

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

**SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SAC/PR
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC**

BRASÍLIA/2016

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

**SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SAC/PR
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC**

Relatório de Gestão Consolidado apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

Unidade Consolidada: Fundo Aeroviário

Responsável pela Elaboração: Superintendência de Planejamento Institucional

Brasília, 30/04/2016

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ASCOM	Assessoria de Comunicação Social
AUD	Auditoria Interna
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CBA	Código Brasileiro de Aeronáutica
CENIPA	Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes
CISSET	Secretaria de Controle Interno
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
COMAER	Comando da Aeronáutica
CONAC	Conselho de Aviação Civil
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
DAC	Departamento de Aviação Civil
DF	Distrito Federal
DN	Decisão Normativa
FAA	<i>Federal Aviation Administration</i>
GGAP	Gerência-Geral de Análise e Pesquisa da Segurança Operacional
GIASO	Gerenciamento de Inspeções de Aeronavegabilidade e Segurança Operacional
GPOF	Gerência de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade
HOTRAN	Horários de Transporte
IN	Instrução Normativa
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INSPAC	Inspetor de Aviação Civil
JR	Junta Recursal
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OACI	Organização Internacional da Aviação Civil
OUV	Ouvidoria da ANAC
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PCISOP	Programa de Capacitação de Inspetores de Segurança Operacional
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PISOR	Programa de Inspeções de Segurança Operacional em Rampa
PNAC	Política Nacional de Aviação Civil
PPA	Plano Plurianual
PR	Presidência da República
PRF	Procuradoria Regional Federal
RAB	Registro Aeronáutico Brasileiro
RFB	Receita Federal do Brasil
RJ	Rio de Janeiro
RP	Restos a Pagar
SAC	Secretaria de Aviação Civil
SAF	Superintendência de Administração e Finanças
SAR	Superintendência de Aeronavegabilidade
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SEMAG	Secretaria de Macroavaliação Governamental
SGSO	Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional
SIA	Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contrato de Repasse do Governo Federal
SIGEC	Sistema Integrado de Gestão de Créditos
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAER	Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação
SP	São Paulo
SPI	Superintendência de Planejamento Institucional
SPO	Superintendência de Padrões Operacionais

SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SRE	Superintendência de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado
SRFB	Secretaria da Receita Federal do Brasil
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
SUCOTAP	Sistema Unificado de Arrecadação e Cobrança de Tarifas Aeroportuárias
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TFAC	Taxa de Fiscalização da Aviação Civil
TI	Tecnologia da Informação
TP	Termo de Parceria
UGO	Unidade Gestora Orçamentária
UGR	Unidade Gestora Responsável
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária
UR	Unidade Regional

LISTA DE QUADROS, TABELAS, FIGURAS E ANEXOS

QUADRO 1 – INFORMAÇÕES SOBRE AS ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	15
QUADRO 2 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS E DE APOIO	22
QUADRO 3 – AÇÃO 20SW RELACIONADA AO PROGRAMA TEMÁTICO (2017 – AVIAÇÃO CIVIL) DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS	36
QUADRO 4 – AÇÃO 2912 RELACIONADA AO PROGRAMA TEMÁTICO (2017 – AVIAÇÃO CIVIL) DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS	37
QUADRO 5 – AÇÃO 6640 RELACIONADA AO PROGRAMA TEMÁTICO (2017 – AVIAÇÃO CIVIL) DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS	38
QUADRO 6 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	41
QUADRO 7 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS.....	42
QUADRO 8 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE	44
QUADRO 9 – SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	44
QUADRO 10 – PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS	45
QUADRO 11 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.....	49
QUADRO 12 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....	50
QUADRO 13 – ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - QUANTIDADE	65
QUADRO 14 – ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS – MONTANTE FINANCEIRO	65
QUADRO 15 – ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS – ARRECADAÇÃO EFETIVA.....	66
QUADRO 16 – INDICADORES DE MULTAS DAS ENTIDADES FISCALIZADORAS – ACÓRDÃO 482/2013-TCU-PLENÁRIO.....	67
QUADRO 17 – FORÇA DE TRABALHO DA ANAC.....	104
QUADRO 18 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA.....	105
QUADRO 19 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA ANAC.....	105
QUADRO 20 – DESPESAS DE PESSOAL	107
QUADRO 21 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA ANAC	108
QUADRO 22 – MEDIDAS ADOTADAS PARA APURAÇÃO E RESSARCIMENTO DE DANOS AO ERÁRIO	144
TABELA 1 – METAS GLOBAIS DO SEXTO CICLO AVALIATIVO	27
TABELA 2 – INDICADORES ESTRATÉGICOS INSTITUÍDOS	28
TABELA 3 – RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	32
TABELA 4 – PROGRAMAÇÃO POR BLOCO	40
TABELA 5 – DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	40
TABELA 6 – RECEITAS PRÓPRIAS PREVISTAS E REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2015	46
TABELA 7 – EVOLUÇÃO DA RECEITA	48
TABELA 8 – ARRECADAÇÃO	51
TABELA 9 – NÚMERO E PERCENTUAL DE ENTIDADES NÃO INSCRITAS NO CADIN EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2013, 2014 E 2015	57
TABELA 10 – RELATÓRIO DE ESTOQUE QUANTIDADE DE MULTAS INCLUÍDAS POR ANO	58
TABELA 11 – RELATÓRIO DE ESTOQUE VALOR ORIGINAL DE MULTAS INCLUÍDAS POR ANO.....	59
TABELA 12 – RELATÓRIO DE ESTOQUE QUANTIDADE DE MULTAS CRITÉRIO ANO DO VENCIMENTO DA MULTA	60
TABELA 13 – RELATÓRIO DE ESTOQUE VALOR ORIGINAL DE MULTAS PELO CRITÉRIO ANO DO VENCIMENTO	61
TABELA 14 – NÚMERO E PERCENTUAL DE PROCESSOS DE COBRANÇA COM RISCOS DE PRESCRIÇÃO	63
TABELA 15 – MULTAS APLICADAS, CANCELADAS E SUSPENSAS NA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA	64
TABELA 16 – ARRECADAÇÃO DE MULTAS POR INFRAÇÃO AO CBA 2011, 2012, 2013, 2014 E 2015 E QUANTIDADE DE MULTAS QUITADAS	68
TABELA 17 – ARRECADAÇÃO DE MULTAS POR INFRAÇÃO AO CBA 2011 E 2015 (RETIRADAS AS MULTAS RECOLHIDAS NO VALOR DE R\$ 5.299.000,00 E R\$ 2.605.750,00 NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011) E QUANTIDADE DE MULTAS QUITADAS.....	68
TABELA 18 – RESULTADO DAS METAS GLOBAIS DO SEXTO CICLO AVALIATIVO	70

TABELA 19 – ASSUNTOS DEMANDADOS NOS ANOS DE 2014 E 2015 À OUVIDORIA	83
TABELA 20 – RESUMO DA PESQUISA	84
TABELA 21 – RECEITA LÍQUIDA X DESPESAS PAGAS (MÉDIA ANUAL).....	92
TABELA 22 – NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS RELATIVOS AO EXERCÍCIO 2015 EXIGIDOS PELA LEI 4.320/64	96
TABELA 23 – NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA E A DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RELATIVAS AO EXERCÍCIO 2015	97
TABELA 24 – TURNOVER 2014/2015	104
TABELA 24 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	109
TABELA 25 – CONTRATOS DA FROTA TERCEIRIZADA	110
TABELA 26 – PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ANAC	115
TABELA 27 – PLANO DE CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DE TI	119
TABELA 28 – QUANTITATIVO DE PESSOAL DE TI	123
TABELA 29 –PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS EM 2015.....	124
TABELA 30 – RECEITAS PRÓPRIAS PREVISTAS E REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2015	130
TABELA 31 – EVOLUÇÃO DA RECEITA (RECEITA REALIZADA POR EXERCÍCIO FINANCEIRO)	132
TABELA 32 – ACÓRDÃOS DO TCU PROFERIDOS NO EXERCÍCIO DE 2015.....	133
TABELA 33 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 1	134
TABELA 34 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 2	134
TABELA 35 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 3	135
TABELA 36 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 4	135
TABELA 37 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 5	136
TABELA 38 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 6	136
TABELA 39 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 7	137
TABELA 40 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 8	137
TABELA 41 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 9	137
TABELA 42 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 10	139
TABELA 43 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 11	139
TABELA 44 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 12	140
TABELA 45 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 13	140
TABELA 46 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SAF	142
TABELA 47 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SAS	143
FIGURA 1 – ORGANOGRAMA GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC	20
FIGURA 2 – MACROPROCESSOS DA ANAC	21
FIGURA 3 – MAPA ESTRATÉGICO – ANAC	25
FIGURA 4 – GRÁFICO COM O NÚMERO DE GRU ARRECADADAS POR TIPO DE RECOLHEDOR (RECOLHIMENTOS DE TFAC POR EXERCÍCIO FINANCEIRO)	47
FIGURA 5 – ARRECADAÇÃO VERSUS EXECUÇÃO.....	51
FIGURA 6 – CAMINHO DO CRÉDITO DE MULTA POR INFRAÇÃO AO CBA	55
FIGURA 7 – FLUXO DE MANIFESTAÇÕES REGISTRADAS NO SISTEMA FOCUS	78
FIGURA 8 – FLUXO DE MANIFESTAÇÕES REGISTRADAS NO FALE COM A OUVIDORIA	79
FIGURA 9 – GRÁFICO COM A DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	85
FIGURA 10 – GRÁFICO COM A AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO PRESTADO PELA OUVIDORIA.....	86
FIGURA 11 – GRÁFICO COM A AVALIAÇÃO DO TEMPO DE RESPOSTA À DEMANDA	86
FIGURA 12 – GRÁFICO COM A CLASSIFICAÇÃO DA RESPOSTA FORNECIDA PELO ATENDIMENTO DA OUVIDORIA	87
FIGURA 13 – GRÁFICO INDICANDO O PERCENTUAL DE PESQUISADOS QUE RECORRERIAM À OUVIDORIA NOVAMENTE	87
FIGURA 14 – GRÁFICO COM A AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO PRESTADO PELA OUVIDORIA – AVALIAÇÃO DE PASSAGEIROS	88
FIGURA 15 – GRÁFICO COM A AVALIAÇÃO DO TEMPO DE RESPOSTA À DEMANDA – AVALIAÇÃO DE PASSAGEIROS.....	88
FIGURA 16 – GRÁFICO COM A CLASSIFICAÇÃO DA RESPOSTA FORNECIDA PELO ATENDIMENTO DA OUVIDORIA – AVALIAÇÃO DE PASSAGEIROS.....	89
FIGURA 17 – GRÁFICO INDICANDO O PERCENTUAL DE PESQUISADOS QUE RECORRERIAM À OUVIDORIA NOVAMENTE – AVALIAÇÃO DE PASSAGEIROS.....	89

FIGURA 18 – GRÁFICO COM O VÍNCULO DAS AÇÕES COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA ANAC.....	114
FIGURA 19 – GRÁFICO INDICANDO NÚMERO DE GRU ARRECADADAS POR TIPO DE RECOLHEDOR (RECOLHIMENTOS DE TFAC POR EXERCÍCIO FINANCEIRO)	131
ANEXO 1 – BALANÇO FINANCEIRO	146
ANEXO 2 – BALANÇO PATRIMONIAL	147
ANEXO 3 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	149
ANEXO 4 – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAS.....	152

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
VISÃO GERAL DA ANAC	12
FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	12
NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ANAC	12
BREVE HISTÓRICO DA ANAC	13
AMBIENTE DE ATUAÇÃO	13
ORGANOGRAMA	15
MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	21
PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	23
PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	23
<i>DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO</i>	<i>26</i>
<i>ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</i>	<i>31</i>
<i>VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS</i>	<i>32</i>
FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS	34
DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	34
<i>OBJETIVOS ESTABELECIDOS NO PPA DE RESPONSABILIDADE DA ANAC E RESULTADOS ALCANÇADOS</i>	<i>35</i>
<i>EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA ANAC</i>	<i>36</i>
<i>FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO</i>	<i>40</i>
<i>RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</i>	<i>41</i>
<i>EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS</i>	<i>42</i>
<i>INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DAS RECEITAS</i>	<i>45</i>
<i>INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS</i>	<i>48</i>
DESEMPENHO OPERACIONAL	51
GESTÃO DAS MULTAS APLICADAS EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO	55
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	70
GOVERNANÇA	71
DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	71
INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADO	71
ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	72
ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	74
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	76
POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES DE MEMBROS DE COLEGIADOS	77
INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA	77
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	78
CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	78
CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	83
AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	83
MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	89
MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	90
DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	92
DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	92
TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	93
SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA ANAC	94
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	95
ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	98

GESTÃO DE PESSOAS	98
<i>ESTRUTURA DE PESSOAL DA ANAC</i>	104
<i>DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL</i>	107
<i>INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTROLES PARA MITIGAR RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL</i>	108
<i>CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E ESTAGIÁRIOS</i>	108
GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA	109
<i>GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIA E TERCEIRIZADA</i>	109
<i>POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE VEÍCULOS INSERVÍVEIS OU FORA DE USO E INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE VEÍCULOS NESSAS CONDIÇÕES</i>	111
<i>GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO</i>	111
<i>CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E IMÓVEIS A ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS</i>	112
<i>INFORMAÇÕES SOBRE OS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS</i>	112
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	113
GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	126
<i>ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS</i>	127
GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS	128
<i>IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DOS FUNDOS NA GESTÃO DA ANAC</i>	128
FUNDO AEROVIÁRIO.....	128
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	133
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	133
TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	144
MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	144
DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993	144
INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	144
INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	145
ANEXO	146
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	146

APRESENTAÇÃO

Estrutura do Relatório de Gestão

O presente Relatório de Gestão Consolidado encontra-se estruturado de acordo com o emanado no Sistema de prestação de contas (e-contas) do Tribunal de Contas da União/TCU, bem como das normas relacionadas (IN TCU nº 63/2010, DN TCU nº 146/2015 e Portaria TCU nº 321/2015), contemplando as exigências nelas contidas.

Principais Realizações da Gestão no Exercício

Podem-se citar como principais avanços da gestão no exercício de 2015 as seguintes realizações:

- O Escritório de Processos concluiu o mapeamento dos Processos de Negócio da ANAC, identificando os processos necessários para entregar os produtos finais de cada uma das unidades da Agência.
- Em relação à segurança da aviação civil, em 2015 não houve acidentes (com ou sem fatalidades) no transporte aéreo regular de passageiros, sendo o índice atual o melhor registrado na história da aviação no Brasil. O ano de 2015 também foi o quarto ano consecutivo sem registro de fatalidades na aviação comercial.
- Tratando-se da aviação geral, merece menção o fato de o número de acidentes aeronáuticos ocorridos na aviação geral no Brasil em 2015 ser o menor registrado dos últimos 5 anos.
- Em relação à fiscalização, além das ações rotineiras de fiscalização das unidades da Agência junto aos regulados, a ANAC ainda participou de diversas operações no ano de 2015, visando à segurança do setor.
- Sobre as atividades regulatórias, pode-se citar que a ANAC trabalhou no sentido de aumentar a segurança no setor de aviação civil, fortalecer a transparência, promover a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e reduzir a burocracia para seus regulados. Nesse sentido, destaca-se abertura da Audiência Pública que propõe regras e procedimentos para utilização de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT) não autônomos, também conhecidos como Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA) e aeromodelos.
- Por fim cabe destacar que, em 2015, o Brasil sofreu verificação direta dos dois principais programas de auditoria em segurança da OACI (Organização de Aviação Civil Internacional): *Universal Safety Oversight Audit Programme – Continuous Monitoring Approach* (USOAP CMA) e o *Universal Security Audit Programme Continuous* (USAP). No primeiro programa relativo à segurança operacional (*safety*) alcançou-se 95,07% de conformidade aos protocolos estabelecidos pela OACI, enquanto que no segundo programa, relativo à segurança contra atos de interferência ilícita (*security*), atingiu-se 97% de conformidade. Esses resultados demonstram a robustez do sistema de gerenciamento de risco como um todo da nossa aviação.

Principais Dificuldades Encontradas pela ANAC para Realização dos Objetivos em 2015

As principais dificuldades encontradas pela Agência para realização dos seus objetivos em 2015 foram o contingenciamento orçamentário e a falta de quórum da Diretoria.

Cabe mencionar que o contingenciamento orçamentário limitou as ações planejadas pela Agência em principalmente dois macroprocessos finalísticos (fiscalização e certificação) sendo

necessária a reprogramação dessas atividades. Os outros macroprocessos (normatização, representação institucional e gestão interna) também foram impactados pelo contingenciamento.

Já sobre a falta de quórum da Diretoria relata-se que a Agência contou com apenas dois Diretores com mandato válido de 19 de março a 24 de agosto, acarretando atrasos nas decisões estratégicas e insegurança no setor. Embora em situações de urgência e relevância o Diretor-Presidente possa proferir decisão de competência da Diretoria, *ad referendum*, tal decisão deverá ser posteriormente confirmada pela Diretoria assim que haja quórum para tal. Dessa forma, foram evitadas decisões mais sensíveis por parte do corpo estratégico da Agência por cinco meses do ano de 2015.

VISÃO GERAL DA ANAC

FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) foi criada pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e começou a atuar em 20 de março de 2006, a partir da publicação do Decreto Presidencial nº 5.731.

No exercício de suas competências, a ANAC observa a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), formulada pelo Conselho Nacional de Aviação Civil (CONAC) e estabelecida no Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2005. Sob essas diretrizes e no exercício de suas competências legais dispostas na Lei nº 11.182, a ANAC atua internacionalmente representando o Brasil em convenções, acordos, tratados e atos de transporte aéreo internacional com outros países ou organizações internacionais de aviação civil. Dentre as entidades, das quais o Brasil é parte, destaca-se a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).

Ainda de acordo com a Lei nº 11.182, a ANAC tem como atribuições a regulação e a fiscalização das atividades de aviação civil e de infraestrutura aeronáutica e aeroportuária no Brasil, com exceção das atividades relacionadas ao controle do espaço aéreo e a investigação de acidentes aeronáuticos. Entre suas principais competências, destacam-se:

- Representar o Brasil junto a organismos internacionais de aviação e negociar acordos e tratados sobre transporte aéreo internacional.
- Emitir regras sobre segurança em área aeroportuária e a bordo de aeronaves civis.
- Conceder, permitir ou autorizar a exploração de serviços aéreos e de infraestrutura aeroportuária.
- Estabelecer o regime tarifário da exploração da infraestrutura aeroportuária.
- Administrar o Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB).
- Homologar, registrar e cadastrar os aeródromos.
- Emitir certificados de aeronavegabilidade atestando aeronaves, produtos e processos aeronáuticos e oficinas de manutenção.
- Fiscalizar serviços aéreos e aeronaves civis.
- Certificar licenças e habilitações dos profissionais de aviação civil.
- Autorizar, regular e fiscalizar atividades de aeroclubes e escolas e cursos de aviação civil.
- Reprimir infrações às normas do setor, inclusive quanto aos direitos dos usuários, aplicando as sanções cabíveis.

NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ANAC

As principais legislações relacionadas à criação, alteração e funcionamento da ANAC são:

- Lei nº 11.182/2005 – Lei de Criação da Agência;
- Decreto nº 5.731/2006 – Decreto de Instalação;
- Lei nº 11.490/2007 – Lei que incorpora cargos à estrutura regimental da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

BREVE HISTÓRICO DA ANAC

A ANAC substituiu o Departamento de Aviação Civil (DAC) como autoridade de aviação civil e órgão regulador do transporte aéreo no país. É uma autarquia especial, caracterizada por independência administrativa, autonomia financeira, ausência de subordinação hierárquica e mandato fixo de seus dirigentes, que atuam em regime de colegiado.

Com a publicação da Medida Provisória nº 527, de 18 de março de 2011, convertida para a Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, a ANAC passou a ser vinculada à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e tem, entre suas atribuições, regular e fiscalizar as atividades de aviação civil e de infraestrutura aeronáutica e aeroportuária.

A Agência é um dos órgãos que compõem o Sistema de Aviação Civil. Também fazem parte do sistema a Secretaria de Aviação Civil (SAC); a Infraero que administra aeroportos; o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) que efetua o controle de espaço aéreo; e o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA) que está à frente da investigação de acidentes. Os dois últimos (DECEA e CENIPA) fazem parte do Comando da Aeronáutica.

AMBIENTE DE ATUAÇÃO

Com relação ao contexto de atuação da ANAC, cabe lembrar que a ANAC é uma Agência Reguladora federal, regulando os diversos elos do setor de aviação civil. Basicamente, estão entre os agentes regulados pela Agência as empresas de transporte aéreo regulares e não regulares, de táxi aéreo e de serviços especializados, a aviação geral, o pessoal de aviação civil (pilotos, comissários, despachantes operacionais de voo, mecânicos e profissionais AVSEC), operadores aeroportuários, empresas fabricantes de aeronaves e componentes, oficinas de manutenção de aeronaves, centros de treinamento, escolas e aeroclubes. Conforme a Lei de Criação da ANAC (Lei nº 11.182/2005), ficam fora da atuação da Agência as atividades de regular e fiscalizar o controle do espaço aéreo e a investigação de acidentes aeronáuticos.

Naturalmente, em virtude do atual regramento disposto na legislação nacional, não se encontram outras instituições que ofertem serviços similares aos ofertados pela ANAC. Em uma aproximação distante, podemos comparar a atuação da ANAC à de outras Agências Reguladoras (por exemplo, ANVISA, ANTT e ANEEL), que também regulam e fiscalizam seus setores de atuação específicos. Não há que se falar em “riscos de mercado” para este ambiente. Outra possibilidade de comparação com outras organizações diz respeito às Agências Reguladoras de outros países. Porém, deve-se também destacar que o arranjo institucional da ANAC é distinto de outras agências. Como exemplo, a ANAC exerce as atividades relativas aos atos de interferência ilícita contra a aviação civil, que não está presente na *Federal Aviation Administration* – FAA, que é a agência norteamericana especializada em aviação. Em contrapartida, a FAA tem como uma de suas atribuições o controle do espaço aéreo, atividade fora do rol de competências da ANAC.

Ainda, a ANAC participa ativamente de fóruns nacionais, com outras agências reguladoras, bem como de fóruns internacionais, com as autoridades aeronáuticas de outros países, no sentido de troca de experiências e atuações conjuntas, naquilo que é cabível.

Devido ao seu papel central para o funcionamento do setor de aviação civil e sua atuação na regulação e fiscalização, a ANAC dispõe de diversos mecanismos institucionais para acompanhar a evolução e tendências do setor. Podem ser citados os relatórios de dados econômicos (Anuário do

Setor Aéreo, Dados Econômicos, Dados Comparativos Avançados), os Relatórios Anuais de Segurança Operacional, os boletins de mercados internacionais, relatório de Desempenho Operacional de Aeroportos e o Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas da Aviação Civil.

Para receber maiores e melhores informações sobre o setor, podem ser citados alguns mecanismos adicionais, como por exemplo o Conselho Consultivo, órgão composto de representantes de todos os segmentos integrantes da aviação civil, que se reúne trimestralmente com a Diretoria da ANAC. No aspecto operacional, a Agência recebe, por meio de sua Ouvidoria, manifestações dos usuários de aviação civil e, ainda, submete a audiência pública todos os seus atos normativos com impactos externos à ANAC. Desde 2013 a ANAC, para elaborar sua Agenda Regulatória, que é um documento de transparência e que organiza a atividade normativa da Agência, organiza eventos abertos presenciais e não presenciais para receber as percepções de regulados e representantes da sociedade sobre o contexto regulatório. Com relação ao ambiente de negócio de longo prazo, a ANAC realizou em agosto de 2014 um evento denominado “Desafios do Setor de Aviação Civil”, no qual representantes de regulados e sociedade expuseram suas visões de longo prazo sobre o setor, mercado e tecnologias. Posteriormente, realizou no contexto da formulação do Plano Estratégico 2015-2019 uma pesquisa Delphi com especialistas externos para a prospecção de cenários futuros.

Por meio desses diversos instrumentos, a Agência forma a visão sobre o seu ambiente de atuação. As principais alterações no setor nos últimos anos dizem respeito à liberdade tarifária, iniciada em 2001 e que foi um dos elementos que proporcionaram um crescimento de aproximadamente 10% ao ano por 10 anos no setor de aviação civil como um todo, fazendo o número de passageiros mais que triplicar neste período, bem como uma nova forma de operação de alguns dos grandes aeroportos do Brasil, sob a forma de concessão. Além disso, mudanças tecnológicas, como a intensificação da utilização de aeronaves não tripuladas, podem gerar novas necessidades de atuação da ANAC.

ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional da ANAC é composta pelos seguintes tipos de órgãos: Diretoria, Órgãos de assistência direta e imediata à Diretoria, Órgãos específicos (Superintendências), Unidades Administrativas Regionais e Órgãos Colegiados (Conselho Consultivo e Plenário).

Segue abaixo Quadro especificando as competências de cada área/subunidade estratégica, bem como seu titular e o período de atuação.

QUADRO 1 – INFORMAÇÕES SOBRE AS ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria	Suas principais atribuições são analisar, discutir e decidir, em regime de colegiado e em instância administrativa final, as matérias de competência da Agência.	Marcelo Pacheco dos Guaranys	Diretor-Presidente	Mandato de 12/07/2013 a 19/03/2016
Diretoria	Suas principais atribuições são analisar, discutir e decidir, em regime de colegiado e em instância administrativa final, as matérias de competência da Agência.	Cláudio Passos Simão	Diretor	Mandato de 20/03/2011 a 19/03/2016
Diretoria	Suas principais atribuições são analisar, discutir e decidir, em regime de colegiado e em instância administrativa final, as matérias de competência da Agência.	Vago	Diretor	Vago
Diretoria	Suas principais atribuições são analisar, discutir e decidir, em regime de colegiado e em instância administrativa final, as matérias de competência da Agência.	José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz	Diretor	Mandato de 24/08/2015 a 19/03/2020
Diretoria	Suas principais atribuições são analisar, discutir e decidir, em regime de colegiado e em instância administrativa final, as matérias de competência da Agência.	Ricardo Fenelon Junio	Diretor	Mandato de 24/08/2015 a 07/08/2019
Gabinete	É a unidade responsável por prestar assistência direta ao Diretor-Presidente no assessoramento técnico, em sua representação política, social e administrativa.	Fernando Ferreira	Chefe de Gabinete	Ocupa o cargo desde 25/03/2015

Assessoria Parlamentar	Sua competência mais relevante é assessorar a Diretoria e demais setores da ANAC em assuntos vinculados à área parlamentar.	George Alex Lima de Souza	Assessor Parlamentar	Ocupa o cargo desde 05/09/2013
Assessoria de Comunicação Social	É a unidade organizacional incumbida de planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de comunicação social e imprensa da ANAC	Gabriela de Souza Leal	Assessora de Comunicação Social	Ocupa o cargo desde 08/10/2012
Assessoria Técnica	Possui a atribuição de exercer as atividades de Secretaria-Geral da ANAC	Ana Carolina Pires da Motta	Assessora Técnica	Ocupa o cargo desde 10/05/2012
Ouvidoria	São competências da unidade: receber, apurar e encaminhar à Diretoria reclamações, críticas e comentários dos cidadãos, usuários e dos prestadores dos serviços aéreos ou de infraestrutura aeroportuária e aeronáutica; receber denúncias de quaisquer violações de direitos individuais ou coletivos, de atos legais, bem como de qualquer ato de improbidade administrativa, praticados por agentes ou servidores públicos de qualquer natureza, vinculados direta ou indiretamente à atuação da ANAC; e promover as ações necessárias à apuração da veracidade das reclamações e denúncias, solicitando as providências necessárias ao saneamento das irregularidades e ilegalidades constatadas.	Erivelton da Silva Santos (Substituto Eventual)	Ouvidor	Ocupa o cargo desde 16/09/2015
Corregedoria	São competências da unidade: fiscalizar as atividades funcionais da ANAC; realizar correição nos diversos órgãos e unidades; e instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares relativamente aos servidores, submetendo-os à decisão do Diretor-Presidente.	Chandre de Araújo Costa	Corregedor	Ocupa o cargo desde 15/07/2015
Procuradoria	Tem em seu escopo de atuação como principais atividades: executar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos; e exercer a representação judicial da ANAC.	Cleso José da Fonseca Filho	Procurador Geral	Ocupa o cargo desde 08/10/2012

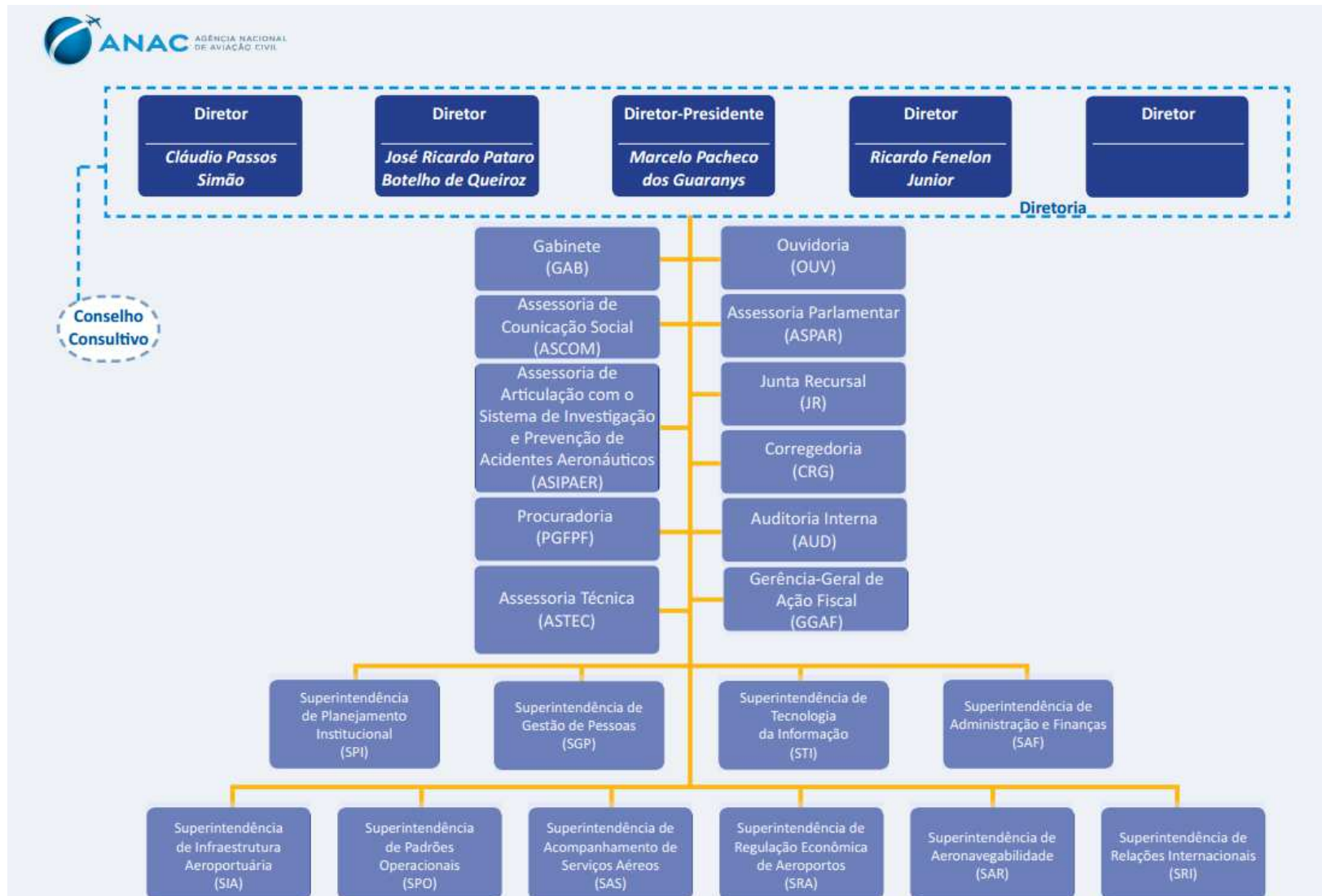
Auditoria Interna	Trata-se da unidade que presta serviços de avaliação (<i>assurance</i>) e de consultoria e tem como objetivo adicionar valor e melhorar as operações da Agência. Estão entre suas competências, além da realização de auditorias internas, responder pela sistematização das informações requeridas pelos órgãos de controle do Poder Executivo e coordenar o processo de Prestação de Contas Anual da ANAC ao Tribunal de Contas da União.	Cosme Leandro do Patrocínio	Auditor Interno	Ocupa o cargo desde 03/04/2012
Gerência-Geral de Ação Fiscal	Possui como principais atribuições planejar, coordenar e executar as ações fiscais da ANAC em colaboração com outros órgãos da administração pública. Ademais, coordena e administra as Unidades Administrativas Regionais.	Cláudio Beschizza Ianelli	Gerente-Geral de Ação Fiscal	Ocupa o cargo desde 03/06/2013
Assessoria de Articulação com o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos	Suas principais funções são tratar assuntos afetos à interface da ANAC com o o órgão responsável pela investigação de acidentes aeronáuticos no Brasil, bem como controlar o cumprimento, no âmbito da Agência, das recomendações de segurança operacional oriundas do referido órgão.	Maurício José Antunes Gusman Filho	Chefe da Assessoria de Articulação com o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos	Ocupa o cargo desde 06/07/2015
Junta Recursal	Tem como atribuição julgar, em segunda instância, os recursos das penalidades interpostas por inobservância ou descumprimento dos dispositivos legais disciplinadores da atividade de aviação civil e de infraestrutura aeronáutica e aeroportuária.	Sérgio Luís Pereira Santos	Presidente da Junta Recursal	Ocupa o cargo desde 17/03/2011
Superintendência de Acompanhamento de Serviços Aéreos	Tem em seu escopo de atuação competências relativas à outorga, à gestão e à fiscalização dos serviços aéreos públicos no Brasil. Destaca-se a competência de assegurar a liberdade tarifária na exploração de serviços aéreos.	Ricardo Bisinotto Catanant	Superintendente de Acompanhamento de Serviços Aéreos	Ocupa o cargo desde 17/03/2015
Superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos	Sua principal função é gerir os contratos de concessão de infraestrutura aeroportuária	Clarissa Costa de Barros	Superintendente de Regulação Econômica de Aeroportos	Ocupa o cargo desde 06/07/2015

	monitorando a prestação dos serviços na referida infraestrutura aeroportuária.			
Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária	Possui atividades que contemplam os aspectos de segurança operacional, sob responsabilidade dos operadores aeroportuários, e os de segurança contra atos de interferência ilícita, realizados por operadores aéreos e operadores aeroportuários. Trata também das relações das atividades aeroportuárias e seu entorno, considerando o ruído aeronáutico e o perigo aviário, além da qualidade do serviço nas operações aeroportuárias.	Fábio Faizi Rahnemay Rabbani	Superintendente de Infraestrutura Aeroportuária	Ocupa o cargo desde 08/11/2011
Superintendência de Padrões Operacionais	Possui como foco de atuação principal a normatização relativa às atividades, a certificação e a vigilância continuada de organizações e de tripulantes e de pessoal de terra conforme legislação aplicável.	Wagner William de Souza Moraes	Superintendente de Padrões Operacionais	Ocupa o cargo desde 06/09/2012
Superintendência de Aeronavegabilidade	Possui como foco de atuação a regulação (certificação, normatização, fiscalização e vigilância continuada) de assuntos correlatos a aeronavegabilidade.	Dino Ishikura	Superintendente de Aeronavegabilidade	Ocupa o cargo desde 10/02/2009
Superintendência de Relações Internacionais	Tem em seu escopo de atuação a representação internacional da Agência, em especial a participação em negociações, a elaboração de relatórios e pareceres sobre acordos, tratados, convenções e outros atos relativos ao transporte aéreo internacional, celebrados ou a serem celebrados com outros países ou organizações internacionais.	Bruno Silva Dalcomo	Superintendente de Relações Internacionais	Ocupa o cargo desde 13/04/2012
Superintendência de Administração e Finanças	As principais atribuições da unidade são Planejamento e Orçamento (coordenar a proposta orçamentária e de PPA; programar e acompanhar a execução orçamentária e financeira; e gerir a arrecadação); Logística e Licitações; e Gestão da Informação (gestão do serviço de protocolo e documental;	Lélio Trida Sene	Superintendente de Administração e Finanças	Ocupa o cargo desde 21/05/2015

	gerenciamento das demandas por informação de usuários dos serviços regulados; e serviço de informação ao cidadão – SIC).			
Superintendência de Planejamento Institucional	Possui entre suas principais competências a formulação, proposição, coordenação e apoio a implementação de programas, projetos e ações sistêmicas integradas voltadas ao fortalecimento institucional da Agência. Cabe ainda à SPI promover a articulação institucional, formentando a capacidade do pensamento estratégico.	Tiago Sousa Pereira	Superintendente de Planejamento Institucional	Ocupa o cargo desde 08/03/2012
Superintendência de Tecnologia da Informação	É a unidade organizacional responsável por gerir os ativos e serviços de tecnologia de informação da Agência.	Tiago Sousa Pereira (interino)	Superintendente de Tecnologia da Informação	Ocupa o cargo desde 23/12/2015
Superintendência de Gestão de Pessoas	Unidade responsável por realizar a gestão de pessoas da ANAC por meio de ações como: proposta de políticas e diretrizes de pessoal da Agência; elaboração de estudos sobre a força de trabalho da Agência para fins de formulação da Política de Gestão de Pessoas; e proposta e administração do plano de benefícios da Agência. Além disso, deve promover a seleção e administrar o ingresso, registro e pagamento de pessoal; e propor e gerenciar o orçamento de capacitação da Agência.	Antônia Valéria Martins Maciel	Superintendente de Gestão de Pessoas	Ocupa o cargo desde 14/11/2012

Segue figura com o Organograma Geral da Agência:

FIGURA 1 – ORGANOGRAMA GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC



MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Na visão da Agência os Macroprocessos são agrupamentos de Processos de Negócio e são importantes sobretudo para conhece-la, definir metas e monitorar seus resultados. Hoje compõem a ANAC os macroprocessos de Normatização, Certificação, Fiscalização, Representação Institucional e Gestão Interna, dispostos na cadeia de valor da seguinte maneira:

FIGURA 2 – MACROPROCESSOS DA ANAC



Importante observar que a estrutura lógica da ANAC está representada na figura acima por meio da relação entre macroprocessos: o processo de normatizar antecede a certificação e a fiscalização. Paralelamente acontecem a Representação Institucional e a Gestão Interna.

Os três macroprocessos que possuem relação de causalidade são ditos finalísticos e apresentam ampla ligação com regulados e demais integrantes do Sistema de Aviação Civil (composto por Infraero, DECEA, CENIPA, SAC, entre outros). O macroprocesso de normatização refere-se à elaboração de normas para definir orientações e requisitos aos regulados e para embasar a atuação técnica da Agência. Entende-se por certificação tudo aquilo que depende da chancela da ANAC para operar. Já a fiscalização engloba as atividades relacionadas à manutenção do direito de operar por meio da checagem do cumprimento dos requisitos estabelecidos pela Agência.

Na tabela abaixo são detalhados os macroprocessos da Agência. Contudo, cabe ressaltar que, em 2014, foi instituído na Agência um Escritório de Processos corporativo com o objetivo de coordenar e uniformizar todos os esforços de Gestão de Processos. Em consequência, no ano de 2015, o Escritório identificou todos os processos de negócio da Agência. Dessarte, os macroprocessos encontram-se em processo de revisão.

QUADRO 2 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS E DE APOIO

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Normatização (Finalístico)	Compreende as atividades que visam elaborar, atualizar e revisar as normas de competência da ANAC, incluindo estudo do potencial impacto regulatório da norma até a avaliação dos efeitos posteriores à sua publicação.	Normas com efeitos externos (Resoluções, RBAC, IS etc)	Empresas Aéreas, Operadores de Aeródromos, Escolas e Centros de Instrução, Oficinas de Manutenção, Indústria de Aviação, Pessoal da Aviação Civil.	Unidades Organizacionais Finalísticas – SPO, SAS, SRA, SIA, SAR, GGAF
Certificação (Finalístico)	Processo sistematizado, acompanhado e avaliado, de forma a propiciar adequado grau de confiança de que um produto, empresa, processo ou serviço, ou ainda um profissional, atende a requisitos pré-estabelecidos em normas e regulamentos da aviação civil.	Licenças, Autorizações, permissões, homologações, certificados e atestados do setor em geral	Interessados em ingressar no sistema de aviação civil (Empresas Aéreas, Operadores de Aeródromos, Escolas e Centros de Instrução, Oficinas de Manutenção, Indústria de Aviação, Pessoal da Aviação Civil.)	Unidades Organizacionais Finalísticas – SPO, SAS, SRA, SIA, SAR
Fiscalização (Finalístico)	Compreende atividades de vigilância continuada para o acompanhamento do desempenho de produto, empresa, processo ou serviço e das pessoas certificados e regulamentados pela ANAC, objetivando manter os padrões originalmente previstos na certificação e de ação fiscal para reprimir atos ilícitos no que concerne às competências da ANAC.	Relatórios de fiscalização, autos de infração, planos de ações corretivas, termos de ajustamento de conduta	Sociedade	Unidades Organizacionais Finalísticas – SPO, SAS, SRA, SIA, SAR, GGAF
Representação Institucional (Apoio)	Envolve as atividades de gestão da imagem da ANAC, de audiências públicas, de relacionamento com a sociedade, regulados, entes públicos e órgãos de controle e de articulação e negociação de acordos com organismos internacionais e nacionais.	Acordo de Serviços Aéreos, participação em eventos externos, respostas a demandas de informação de usuários do setor, regulados, órgãos públicos e público em geral e publicação de peças de comunicação	Governo, Organismos Internacionais e Sociedade	Todas as Unidades Organizacionais
Gestão Interna (Apoio)	Processos ligados a gerenciar, disciplinar e dar suporte às atividades internas da Agência	Serviços internos com o objetivo de capacitar, dar condições de trabalho e melhorar a eficiência da Agência	Colaboradores da ANAC	Unidades Organizacionais de Suporte – SPI, SGP, STI, SAF, SRI e GGAP e Órgãos de assessoramento

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

Primeiramente, cabe ressaltar que para alcançar sua missão institucional, no ano de 2012, instituiu-se na ANAC o Programa de Fortalecimento Institucional (PFI), por meio da Instrução Normativa nº 66, de 13 de novembro de 2012 (IN nº 66/2012). Esse programa tem o fim de aprimorar continuamente os processos organizacionais, assegurar a modernização da instituição e direcionar a implantação das diretrizes estratégicas da Agência. Os três elementos balizadores do Programa são o Grupo de Desenvolvimento Institucional (GDI), o novo modelo de governança e o novo modelo de gestão.

No âmbito do PFI, a ANAC publicou no dia 09 de janeiro de 2015, por meio da Portaria nº 45/2015, o Plano Estratégico 2015-2019 contendo detalhes sobre a identidade estratégica revelada a partir da missão, visão, valores e mapa estratégico adotados pela ANAC, além dos objetivos, estratégias e iniciativas que visam a entregar para a sociedade um transporte aéreo seguro e de qualidade.

O Plano Estratégico foi fruto de um trabalho intenso da Agência durante o ano de 2014. Esse trabalho foi dividido em três fases principais: sensibilização da instituição, que envolveu a execução de um curso disponibilizado a todos os servidores e ciclos de palestras; formulação estratégica; e implementação e acompanhamento da estratégia.

Durante a fase de formulação, foi realizado um amplo diagnóstico baseado em três perspectivas: diagnóstico interno, por meio de uma avaliação dos pontos fortes e fracos da organização, de seus processos e de sua matriz de recursos; diagnóstico externo, por meio de uma avaliação dos principais atores do sistema que permeiam a Agência e das principais variáveis externas (ambientais, econômicas, legais, dentre outras); e prospecção de cenários. A análise desse diagnóstico resultou em um conjunto de medidas a ser empreendido pela ANAC.

A metodologia escolhida para traduzir o planejamento estratégico foi a do *Balanced Scorecard* (BSC). A Agência revisou sua Missão, Visão e Valores e definiu 20 Objetivos Estratégicos divididos em 4 perspectivas (Sociedade, Processos Internos, Aprendizado e Crescimento e Recursos Financeiros). Cada Objetivo Estratégico foi desdobrado em Estratégias e Iniciativas.

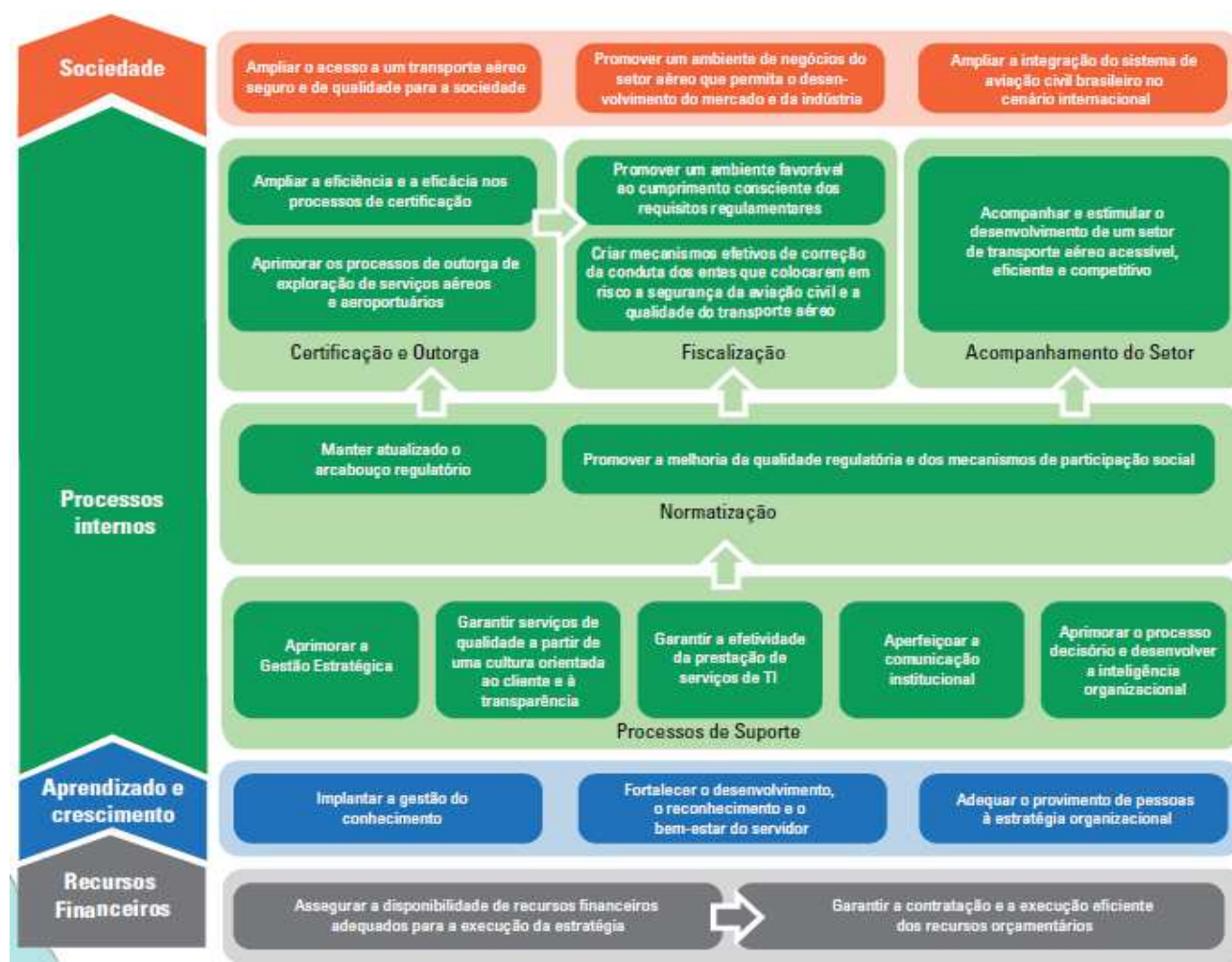
Os atuais Objetivos Estratégicos da Agência constam do Plano Estratégico 2015 2019, publicado em janeiro de 2015, e são:

- Da Perspectiva Sociedade:
 - Ampliar o acesso a um transporte aéreo seguro e de qualidade para a sociedade;
 - Promover um ambiente de negócios do setor aéreo que permita o desenvolvimento do mercado e da indústria;
 - Ampliar a integração do sistema de aviação civil brasileiro no cenário internacional.

- Da Perspectiva de Processos Internos:
 - Ampliar a eficiência e a eficácia nos processos de certificação;
 - Aprimorar os processos de outorga de exploração de serviços aéreos e aeroportuários;

- Promover um ambiente favorável ao cumprimento consciente dos requisitos regulamentares;
 - Criar mecanismos efetivos de correção da conduta dos entes que colocarem em risco a segurança da aviação civil e a qualidade do transporte aéreo;
 - Acompanhar e estimular o desenvolvimento de um setor de transporte aéreo acessível, eficiente e competitivo;
 - Manter atualizado o arcabouço regulatório;
 - Promover a melhoria da qualidade regulatória e dos mecanismos de participação social;
 - Aprimorar a Gestão Estratégica;
 - Garantir serviços de qualidade a partir de uma cultura orientada ao cliente e à transparência;
 - Garantir a efetividade da prestação de serviços de TI;
 - Aperfeiçoar a comunicação institucional;
 - Aprimorar o processo decisório e desenvolver a inteligência organizacional.
- Da Perspectiva de Aprendizado e Crescimento
 - Implantar a gestão do conhecimento;
 - Fortalecer o desenvolvimento, o reconhecimento e o bem-estar do servidor;
 - Adequar o provimento de pessoas à estratégia organizacional.
 - Da Perspectiva de Recursos Financeiros
 - Assegurar a disponibilidade de recursos financeiros adequados para a execução da estratégia;
 - Garantir a contratação e a execução eficiente dos recursos orçamentários.

FIGURA 3 – MAPA ESTRATÉGICO – ANAC



Cabe mencionar que esses Objetivos Estratégicos foram traçados em consonância com as competências institucionais da Agência, como também com o novo PPA 2016 2019, conforme demonstrado no item “VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS”.

Após a publicação do Plano Estratégico no início de 2015, iniciou-se a fase de implementação e acompanhamento.

Durante essa fase, foi necessário um trabalho para materializar as iniciativas estratégicas em projetos. Primeiramente, tais iniciativas foram priorizadas com base em uma metodologia de análise multicritério, levando em consideração diversos elementos para a avaliação do alinhamento estratégico e da viabilidade de execução. Por meio da metodologia Canvas de planejamento de projetos, foi empreendido o detalhamento do escopo de cada uma das iniciativas priorizadas.

Também foi realizado o realinhamento da carteira já existente de projetos com o novo Plano Estratégico. Dessa maneira, alguns novos projetos foram iniciados e outros continuaram o seu desenvolvimento. A atual carteira da ANAC, instituída pela Portaria nº 99, de 19 janeiro de 2016, contém 35 projetos estratégicos, dos quais 16 são considerados como prioritários pela Agência.

Além disso, cabe ressaltar outro importante instrumento de planejamento da Agência, a Agenda Regulatória 2015 2016 da ANAC, que reforça o modelo de transparência e participação social em constante desenvolvimento na ANAC. É um documento que, durante sua vigência, indica formalmente os temas que demandarão uma atuação prioritária no processo de normatização da ANAC, considerando os impactos a serem gerados à sociedade.

Nos últimos meses de 2015, iniciou um processo de revisão da Agenda Regulatória de forma refletir e adequar a capacidade de execução normativa da Agência, de acordo com as prioridades demandadas pela sociedade e pelo setor, bem como com o calendário de eventos previstos para o ano de 2016 – principalmente os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, e alinhá-la com o novo Plano Estratégico.

Por fim, ressalta-se que, no início de 2015, uma nova estrutura organizacional da ANAC foi aprovada com vistas à adequação da Agência para execução de atividades relacionadas à gestão da exploração de infraestrutura aeroportuária e à organização e tratamento das informações coletadas e geradas pela ANAC. A então Superintendência de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado – SRE – foi desmembrada nas Superintendências de Acompanhamento de Serviços Aéreos – SAS – e de Regulação Econômica de Aeroportos – SRA –, a qual também absorveu parte das competências e estruturas da Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária – SIA –, que passou a se dedicar exclusivamente aos assuntos de segurança (*safety e security*) em aeroportos. Além disso, foi instituída a Assessoria de Articulação com o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – Asipaer, que passou a substituir a extinta Gerência-Geral de Análise e Pesquisa – GGAP. As mudanças contemplaram ainda a criação de uma gerência, na Superintendência de Planejamento Institucional (SPI), destinada à organização e tratamento das informações coletadas e geradas pela ANAC, bem como o alinhamento das competências da Diretoria e de unidades organizacionais ao novo Programa de Segurança Operacional Específico (PSOE) da ANAC.

Além de fortalecer a atuação da Agência na gestão das concessões aeroportuárias e na regulação econômica de aeroportos, outro objetivo dessa reestruturação foi preparar a Agência para o processo de implementação do novo Plano Estratégico da ANAC.

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

Até o dia 31 de outubro de 2015, a Agência adotou os indicadores do processo de avaliação de institucional¹ do 6º ciclo avaliativo como seus indicadores institucionais, pois esses indicadores, fixados pela Portaria Nº 2.658, de 10 de outubro de 2014, contemplam o período de 01 de novembro de 2014 até 31 de outubro de 2015. São eles:

¹ Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, que definiu os critérios e procedimentos gerais para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento das gratificações de desempenho (GDAR, GDPCAR, GDATR).

TABELA 1 – METAS GLOBAIS DO SEXTO CICLO AVALIATIVO

Indicador	Metas Globais	Fórmula de Cálculo (valores limitados a 100)	Área responsável pela consolidação
Fiscalizações Realizadas	M1) Cumprir 80% das atividades de vigilância continuada e ação fiscal programadas	Σ Resultados das metas intermediárias de Fiscalização / Quantidade de metas de Fiscalização consideradas	SPI
Certificações realizadas	M2) Concluir 80% dos processos de certificação nos prazos definidos	Σ Resultados metas intermediárias de Certificação / Quantidade de metas de Certificação consideradas	SPI
Cumprimento da Agenda Regulatória	M3) Cumprir 80% do programado na Agenda Regulatória	Cumprimento da meta intermediária de Normatização	SPI

As metas globais foram desdobradas em metas intermediárias, conforme disposto no Decreto 7.133/2010. Fazendo um paralelismo das práticas de gestão, o planejamento estratégico é desdobrado em planejamento tático e operacional, assim, as metas globais são desdobradas em metas intermediárias, relacionadas ao planejamento das áreas da instituição, e em metas individuais, referentes ao comprometimento do servidor ao propósito de sua unidade.

As metas intermediárias para o período (01 de novembro de 2014 à 31 de outubro de 2015) podem ser visualizadas no seguinte endereço: [http://www2.anac.gov.br/Arquivos/avaliacoes/Metas Intermediarias_6ciclo.pdf](http://www2.anac.gov.br/Arquivos/avaliacoes/Metas_Intermediarias_6ciclo.pdf).

Contudo, com o novo Plano Estratégico publicado e os objetivos estratégicos traçados, tornou necessário medir o alcance dos novos objetivos para que seja possível corrigir possíveis desvios no rumo da execução da estratégia. Para isso, a ANAC buscou readequar o alinhamento dos indicadores estratégicos com os indicadores para o processo de avaliação institucional.

Esse processo de readequação foi amplamente discutido no âmbito da Agência e terá efeito em 2016. O processo pode ser segregado em 4 fases:

- Discussão de um rol de indicadores estratégicos para mensuração do alcance à estratégia da Agência;
- Definição de metas para um grupo menor de indicadores de forma a alinhar ao processo de avaliação de institucional – 7º Ciclo de Avaliação Institucional (essa fase foi necessária devido ao fato de não existir coincidência entre os períodos definidos para os ciclos de avaliação de desempenho institucional – compreendido entre novembro de um ano e outubro do ano subsequente – e o período do ano civil), instituído por meio das Portarias nº 2969, de 5 de novembro de 2015, metas globais, e nº 2970, de 5 de novembro de 2015, metas intermediárias;
- Formalização e implementação do rol de indicadores estratégicos, instituído por meio da Portaria nº 98, de 19 de janeiro de 2016;
- Estabelecimento de metas para os demais indicadores estratégicos.

Segue abaixo a tabela dos indicadores estratégicos instituídos para avaliar a estratégia traçada pela ANAC. Os indicadores que já possuem metas estabelecidas estão sendo adotadas para fins de processo de avaliação institucional, 7º ciclo avaliativo, período compreendido entre 01 de novembro de 2015 e 31 de outubro de 2016, conforme o Decreto 7.133/2010. Os demais indicadores ainda estão em processo de implementação e análise, para que seja possível traçar metas que sejam ao mesmo tempo desafiadoras e atingíveis.

TABELA 2 – INDICADORES ESTRATÉGICOS INSTITUÍDOS

Objetivo	Nome do Indicador	Periodicidade de cálculo	Meta para o 7ºCiclo (1/11/2015 à 31/10/2016)
01.03 Ampliar a integração do sistema de aviação civil brasileiro no cenário internacional	Quantidade de cidades estrangeiras atendidas com voos oriundos do Brasil	Mensal	-
	Número de Frequências Internacionais do Brasil	Mensal	-
	Yield Tarifa Aérea Médio Internacional	Mensal	-
	RPK Internacional	Mensal	-
02.01 Aprimorar a Gestão Estratégica	Índice de maturidade em Gestão Estratégica	Bianual	-
	IDEAP - Indicador de desempenho agregado de projetos	Mensal	-
	Índice de maturidade em projetos	Anual	-
	Índice de formalização dos processos de trabalho da organização	Mensal	Índice de formalização dos processos de trabalho da SGP $\geq 80\%$ Índice de formalização dos processos de trabalho da SPI = 100%
	Índice de melhoria de eficiência dos processos da organização	Mensal	-
02.02 Garantir serviços de qualidade a partir de uma cultura orientada ao cliente e à transparência	Índice de recomendações de auditoria vencidas da Agência	Mensal	≤ 10
	Tempo médio de resposta das manifestações - FOCUS	Trimestral	-
	Tempo médio de resposta pelas áreas técnicas das manifestações - ECOAR	Mensal	-
	Índice de satisfação dos serviços prestados pela ANAC listados na Carta de Serviços	Anual	-
02.03 Garantir a efetividade da prestação de serviços de TI	Percentual de pagamento de diárias no prazo regulamentar para as viagens não urgentes	Mensal	$\geq 80\%$
	Índice de atendimento às demandas de manutenções	Mensal	= 100%
	Índice de Governança de TI	Anual	-
	Índice de satisfação dos usuários de TI	Anual	-

Objetivo	Nome do Indicador	Periodicidade de cálculo	Meta para o 7ºCiclo (1/11/2015 à 31/10/2016)
	Índice de entrega efetiva dos projetos do PDTI	Mensal	≥ 90%
	Índice de disponibilidade dos serviços críticos de infraestrutura	Mensal	≥ 99%
02.04 Aperfeiçoar a Comunicação Institucional	Quantidade de acessos à Intranet	Mensal	-
	Quantidade de acessos à Internet	Mensal	-
	Percentual de matérias publicadas na mídia por sugestão de pauta da ANAC	Mensal	-
02.05 Aprimorar o processo decisório e desenvolver a inteligência organizacional	Índice de maturidade em Gestão de Risco (modelo TCU)	Anual	-
	Índice de qualidade dos processos submetidos à apreciação da Diretoria	Mensal	-
02.06 Manter atualizado o arcabouço regulatório	Percentual de execução da Agenda Regulatória	Mensal	≥ 80%
02.07 Promover a melhoria da qualidade regulatória e dos mecanismos de participação social	Qualidade da Análise de Impacto Regulatório	Semestral	-
	Percentual de normas publicadas não constantes da agenda regulatória	Trimestral	-
02.08 Ampliar a eficiência e a eficácia nos processos de certificação	Tempo médio do processo de certificação de empresas RBAC 121	Mensal	-
	Tempo médio do processo de certificação RBAC 135	Mensal	-
	Tempo médio do processo de certificação de Escolas de Aviação Civil	Mensal	-
	Percentual de processos de licenças e habilitações com análise concluída em até 30 dias	Mensal	≥ 80%
	Tempo médio de aprovação de modificações em projetos de produtos aeronáuticos propostas pelo fabricante	Mensal	-
	Tempo médio de aprovação de modificações em projetos de produtos aeronáuticos propostos por terceiros (CST)	Mensal	-
	Tempo médio de análise de aeronavegabilidade de processos de inclusão na EO aos certificados de empresas RBAC 135, 121, 145	Mensal	≤ 25 dias

Objetivo	Nome do Indicador	Periodicidade de cálculo	Meta para o 7ºCiclo (1/11/2015 à 31/10/2016)
	Tempo médio de emissão do primeiro Certificado de Aeronavegabilidade	Mensal	≤ 8 dias
	Tempo médio de análise de requerimento de autorização de centro de instrução AVSEC	Mensal	-
	Percentual de solicitações de autorização prévia de construção / autorização prévia de modificação de características físicas de aeródromos públicos respondidos em até 60 dias	Mensal	≥ 90%
	Percentual de emissão dos relatórios consolidados de certificação de aeroportos inspecionados em até 90 dias	Mensal	≥ 80%
02.09 Aprimorar os processos de outorga da exploração de serviços aéreos e aeroportuários	Percentual de processos de pedidos de outorga de autorizações para operar das empresas prestadoras de serviços aéreos públicos processados no prazo de 90 dias úteis	Mensal	≥ 80%
	Tempo médio de análise de pedido de autorização de exploração de infraestrutura aeroportuária	Semestral	-
	Percentual de análises de solicitações atendidas no prazo contratual	Semestral	-
02.10 Promover um ambiente favorável ao cumprimento consciente dos requisitos regulamentares	Conscientização de regulados	Mensal	2.000 pessoas
02.11 Criar mecanismos efetivos de correção da conduta dos entes que colocarem em risco a qualidade e a segurança da aviação civil	Índice de cumprimento do Plano de Fiscalização	Mensal	≥ 80%
	Tempo médio de processamento de processos administrativos sancionadores em 1ª instância	Trimestral	-
	Tempo médio de processamento de processos administrativos sancionadores em 2ª instância	Trimestral	-
	Índice de aproveitamento dos autos de infração	Trimestral	-
	Percentual de decisões de 1ª Instância anuladas	Trimestral	-
	Tempo médio do estoque de processos sancionadores não exauridos em instâncias administrativas	Mensal	-

Objetivo	Nome do Indicador	Periodicidade de cálculo	Meta para o 7ºCiclo (1/11/2015 à 31/10/2016)
	Índice de atendimento à IN 81	Trimestral	-
02.12 Acompanhar e estimular o desenvolvimento de um setor de transporte aéreo acessível, eficiente e competitivo	Tempo médio de aprovação de voos regulares	Mensal	-
	Percentual de divulgação tempestiva de relatórios do setor	Mensal	-
03.01 Implantar a Gestão do Conhecimento	Índice de maturidade em Gestão do Conhecimento	Anual	-
03.02 Fortalecer o desenvolvimento, o reconhecimento e o bem-estar do servidor	Índice de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)	Bianual	-
	Percentual de servidores identificados em Trilhas de Aprendizagem	Anual	≥ 40%
03.03 Adequar o provimento de pessoas à estratégia organizacional	Índice de adequação da lotação dos servidores	Anual	-
04.01 Assegurar a disponibilidade de recursos financeiros adequados para a execução da estratégia	Percentual de arrecadação efetiva	Mensal	-
04.02 Garantir a contratação e a execução eficiente dos recursos orçamentários	Percentual de execução do PINC	Trimestral	-
	Percentual de execução do orçamento.	Semestral	-
	Percentual de contratos de serviços continuados mantidos no exercício	Mensal	≥ 95%

Por fim, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) participa do Programa Temático 2017 – Aviação Civil, sendo responsável pela gestão do objetivo 0085 e das metas associadas a esse objetivo, além de algumas iniciativas nos demais objetivos do Programa da Aviação Civil.

O objetivo 0085 “Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita” possui as seguintes metas:

- 005J - Realizar 4.866 auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita no período de abrangência do PPA 2012-2015.
- 005K - Reduzir, até 2015, o índice anual de acidentes aeronáuticos para nível igual ou melhor que a média mundial, com referência ao ano de 2011 (índice 0,46), considerando acidentes aeronáuticos com fatalidade de passageiros em operações regulares, por 1 milhão de decolagens.

ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Conforme mencionado acima, o ano de 2015 foi marcado pelo início da execução e acompanhamento do Plano Estratégico da Agência, por meio do realinhamento dos projetos da

Agência à estratégia adotada, materialização de iniciativas traçadas em novos projetos e redefinição dos indicadores de desempenho.

Em relação aos projetos, alguns já estão em andamento e outros estão na fase de planejamento, conforme a metodologia de gerenciamento de projetos da ANAC.

Em relação os indicadores estratégicos, alguns ainda não são possíveis de medição e ações estão sendo implementadas para viabilizar seu acompanhamento. Além disso, uma parte dos processos não tinha histórico e referência, pois não eram medidos. Destarte, análises e estudos estão sendo realizados para que seja possível traçar metas que sejam ao mesmo tempo desafiadoras e atingíveis.

VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS

A Visão traduz a situação de futuro desejada para a organização. A Visão da Agência é “Ser uma autoridade de referência internacional na promoção da segurança e do desenvolvimento da aviação civil.”

Já a Missão representa a razão da existência de uma organização, a finalidade ou o motivo pelo qual ela foi criada. A Missão da Agência é “Garantir a todos os brasileiros a segurança e a excelência da aviação civil.”.

Conforme já citado, os objetivos estratégicos foram traçados utilizando a metodologia *Balanced Scorecard* – BSC. Os objetivos da perspectiva Sociedade estão diretamente vinculados à Missão da Agência e são suportados pelos objetivos das perspectivas de processos internos, aprendizado e crescimento recursos financeiros, por meio de uma relação de causa e efeito entre os objetivos.

Além disso, os objetivos estratégicos estão intrinsecamente ligados às competências institucionais da ANAC, listados no art. 8º, da Lei nº 11.1182, de 27 de setembro de 2005.

Pode-se verificar na tabela abaixo que as principais atribuições institucionais, listadas no item FINALIDADE E COMPETÊNCIAS, estão em consonância com os objetivos estratégicos da perspectiva da Sociedade e de Processos Internos e com o novo PPA.

TABELA 3 – RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Principais competências institucionais	Objetivos Estratégicos		PPA 2016 2019
	Perspectiva Sociedade	Perspectiva Processos Internos (menos processos de suporte)	
Representar o Brasil junto a organismos internacionais de aviação e negociar acordos e tratados sobre transporte aéreo internacional. Emitir regras sobre segurança em área aeroportuária e a bordo de aeronaves civis.	Ampliar o acesso a um transporte aéreo seguro e de qualidade para a sociedade. Promover um ambiente de negócios do setor aéreo que permita o desenvolvimento do mercado e da indústria. Ampliar a integração do sistema de aviação civil	Ampliar a eficiência e a eficácia nos processos de certificação. Aprimorar os processos de outorga de exploração de serviços aéreos e aeroportuários. Promover um ambiente favorável ao cumprimento	Objetivo 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita. Iniciativas: 007N - Promoção da integração do sistema de aviação civil brasileiro no

<p>Conceder, permitir ou autorizar a exploração de serviços aéreos e de infraestrutura aeroportuária.</p> <p>Estabelecer o regime tarifário da exploração da infraestrutura aeroportuária.</p> <p>Administrar o Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB).</p> <p>Homologar, registrar e cadastrar os aeródromos.</p> <p>Emitir certificados de aeronavegabilidade atestando aeronaves, produtos e processos aeronáuticos e oficinas de manutenção.</p> <p>Fiscalizar serviços aéreos e aeronaves civis.</p> <p>Certificar licenças e habilitações dos profissionais de aviação civil.</p> <p>Autorizar, regular e fiscalizar atividades de aeroclubes e escolas e cursos de aviação civil.</p> <p>Reprimir infrações às normas do setor, inclusive quanto aos direitos dos usuários, aplicando as sanções cabíveis.</p>	<p>brasileiro no cenário internacional.</p>	<p>consciente dos requisitos regulamentares.</p> <p>Criar mecanismos efetivos de correção da conduta dos entes que colocarem em risco a segurança da aviação civil e a qualidade do transporte aéreo.</p> <p>Acompanhar e estimular o desenvolvimento de um setor de transporte aéreo acessível, eficiente e competitivo.</p> <p>Manter atualizado o arcabouço regulatório.</p> <p>Promover a melhoria da qualidade regulatória e dos mecanismos de participação social.</p>	<p>cenário internacional com ênfase na expansão das capacidades acordadas por ocasião das negociações de Acordos de Serviços Aéreos.</p> <p>04IS - Promoção de mecanismos de incentivo ao cumprimento consciente dos requisitos regulamentares e aprimoramento da cultura da segurança na aviação civil por meio de ações de qualificação e comunicação.</p> <p>007U - Promoção da melhoria da qualidade regulatória e dos mecanismos de participação social na edição e atualização de normas e requisitos relacionados à infraestrutura aeroportuária e aeronáutica, operações aéreas e aeronavegabilidade.</p> <p>007V - Promoção de mecanismos efetivos de correção da conduta dos entes que colocarem em risco a segurança da aviação civil e a qualidade do transporte aéreo.</p> <p>007Z - Elaboração de estudos e projetos para o planejamento e gestão da aviação civil.</p> <p>007Y - Identificação de novas tecnologias utilizadas na indústria aeronáutica e desenvolvimento de requisitos para a sua certificação.</p> <p>04IU - Promoção da transparência do transporte aéreo por meio do acompanhamento do setor e da publicação de informações à sociedade.</p>
--	---	--	---

Por fim, no âmbito interno, após o desdobramento dos objetivos estratégicos em projetos estratégicos e indicadores, estes foram refletidos nos diversos instrumentos de gestão e planejamento setoriais da Agência, como o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, Plano de Investimento e Novas Contratações – PINC e Plano Anual de Capacitação – PAC, dentre outros.

FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS

As ações estratégicas da Agência são acompanhadas pelos Diretores e Titulares de unidades organizacionais, mensalmente, por meio da Reunião de Gestão, conforme Portaria nº 2184/2015, que instituiu o calendário das reuniões para o ano de 2015. As ações monitoradas incluem as metas de avaliação de desempenho institucional, os projetos estratégicos, a Agenda Regulatória 2015 2016, dentre outras.

Além disso, existem duas instâncias de governança na Agência, que são o Grupo de Desenvolvimento Institucional (GDI) – formado por titulares de áreas-meio, e o Grupo de Desenvolvimento Técnico (GDT) – formado por titulares de áreas-finalística. Esses dois grupos têm como atribuições promover a cooperação, articulação e integração entre as áreas, bem como promover o diagnóstico integrado de demandas, dentre outras.

Também cabe mencionar que os projetos são acompanhados e apoiados pelo Escritório de Projetos, unidade pertencente à Superintendência de Planejamento Institucional.

Por fim, o monitoramento da Agenda Regulatória é publicado mensalmente no site da Agência para que a sociedade possa acompanhar o desenvolvimento dos temas no seguinte endereço: <http://www2.anac.gov.br/AgendaRegulatoria/agenda2015.asp>.

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Os recursos fixados pela Lei Orçamentária Anual (LOA) 2015 para a execução do programa de trabalho da ANAC, no montante de R\$ 635,8 milhões, podem ser distribuídos em três grandes grupos: as despesas discricionárias, como os investimentos e as chamadas “outras despesas de custeio” que somaram R\$ 177,1 milhões; as despesas obrigatórias, com pessoal ativo, inativos e benefícios, que foram fixadas em R\$ 306,8 milhões; por fim houve alocação de R\$ 151,9 milhões em reserva de contingência, rubrica contábil que não pode ser executada.

Contudo, a dotação não foi suficiente para atender as demandas da Agência, havendo necessidade de publicação de créditos suplementares para ajustar as programações e permitir o pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais (R\$ 11,3 milhões), bem como para a realização de despesas com benefícios a servidores (R\$ 40 mil).

Para as despesas discricionárias da ANAC, foram alocados, inicialmente, R\$ 177,1 milhões, dos quais R\$ 26,9 milhões foram cancelados em diferentes momentos dado o cenário econômico restritivo. Assim, a dotação orçamentária para despesas discricionárias, após todas as alterações orçamentárias, ficou em R\$ 150,2 milhões: sendo R\$ 140,7 milhões para despesas de custeio e R\$ 9,5 milhões para investimentos. Todavia, a cota de limite orçamentário, conta que limita a execução orçamentária, ou seja, quantidade de empenho e movimentação de créditos que a unidade pode realizar, foi limitada a R\$ 143,6 milhões em 2015. Deste limite, a execução orçamentária da Agência foi de R\$ 138,5 milhões, índice de execução de cerca de 96%.

OBJETIVOS ESTABELECIDOS NO PPA DE RESPONSABILIDADE DA ANAC E RESULTADOS ALCANÇADOS

Conforme já supracitado, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) participa do Programa Temático 2017 – Aviação Civil.

Cabe à ANAC a responsabilidade sobre a gestão do objetivo 0085 e das metas associadas a esse objetivo. Nos demais objetivos do Programa, a ANAC não é o responsável direto, atuando para o alcance dos Objetivos 0083, 0084 e 0086 por meio das iniciativas constantes desses três objetivos, bem como por meio da programação orçamentária composta de 3 (três) ações finalísticas associadas a essas iniciativas.

Em termos de resultado, no âmbito do Objetivo 00085, pode ressaltar que a segurança do transporte aéreo pode ser dividida em dois tipos: segurança operacional ou de voo (*safety*) e proteção contra atos de interferência ilícita (*security*).

A segurança de voo (*safety*) é o estado no qual o risco de ocorrência de acidentes ou incidentes aeronáuticos é reduzido ou mantido em um nível aceitável por meio de um processo contínuo de identificação de perigos e gerenciamento dos riscos. As ações relativas a *safety* – certificação e fiscalização – alcançam as empresas aéreas, os tripulantes, os operadores de aeródromos e os fabricantes de produtos aeronáuticos. Já *security* é a combinação de medidas, recursos humanos e materiais destinados a proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita em aeroportos e aeronaves que possam colocar em risco a operação aérea – como, por exemplo, os atentados terroristas. As ações relativas a *security* são principalmente focadas nos aeroportos, por ser o local a partir do qual os atos de interferência ilícita podem atingir as aeronaves, mas também alcançam as empresas aéreas.

No que tange a *security*, a ANAC tem mantido sua rotina de fiscalização, com 541 itens fiscalizados no ano de 2015 referentes a auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita, de forma a totalizar o valor de 4.989 itens fiscalizados nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, superando a meta 005J do objetivo estipulada em 4.866 itens.

No que se refere a *safety*, em termos quantitativos, a Agência fiscalizou, no ano de 2015, 13.752 itens relativos à segurança operacional, infraestrutura aeroportuária, regulação econômica e aeronavegabilidade.

Essas ações também contribuem para a redução do índice anual de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens. No ano de 2007, o índice Brasil estava em 1,48, atingiu 0,21 no ano de 2012 e obteve 0,19 no ano de 2015. Dessarte, a meta 005K que previa um índice de 0,46 foi alcançada e superada de forma bastante satisfatória.

Outra ação realizada no sentido de promover a segurança da aviação civil foi a edição e revisão de normas e requisitos relacionados à infraestrutura aeroportuária e aeronáutica, operações aéreas e aeronavegabilidade. No decorrer de 2015 foram editados, ou revogados, ou revisados, 66 normativos. Além disso, destaca-se que foram realizadas 20 audiências públicas que possibilitaram a participação da sociedade no processo de aperfeiçoamento do arcabouço jurídico da aviação civil.

Para as informações dos demais objetivos do Programa Temático 2017 – Aviação Civil, no qual a Agência não é o responsável direto, sugere-se consultar o Relatório de Gestão sob responsabilidade da Secretaria de Aviação Civil – SAC ou o relatório anual de avaliação do PPA 2012 2015 emitido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em seu site.

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA ANAC

Ações do OFSS

QUADRO 3 – AÇÃO 20SW RELACIONADA AO PROGRAMA TEMÁTICO (2017 – AVIAÇÃO CIVIL) DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20SW		Tipo: Atividade			
Título	Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil					
Iniciativa	007W – Ampliação da capacitação dos profissionais da aviação civil.					
Objetivo	Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental Código: 0086					
Programa	Aviação Civil		Código: 2017		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	62201 – Agência Nacional de Aviação Civil					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.480.000,00	1.480.000,00	1.157.339,00				
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Realização de ações de fomento a escolas e centros de treinamento de profissionais da aviação civil e de ações de capacitação direta, a fim de prover e fomentar a formação e a capacitação de profissionais da aviação civil, para garantir a suficiência desses profissionais, em quantidade e qualidade, de modo que sejam atendidos os padrões recomendados de segurança, bem como as demandas decorrentes do crescimento do setor aéreo e do desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias.		Profissional capacitado - unidade	1.520		1.156	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Análise da Ação 20SW

As ações de fomento realizadas pela Agência podem ser segregadas em dois tipos: Ação Nacional de Aviação Civil e bolsas para a formação de aeronautas e aeroviários.

A Ação Nacional de Aviação Civil compreende um conjunto de eventos promovidos conforme a demanda dos regulados a fim de reduzir a assimetria de informações e contribuir para a redução de não-conformidades durante as inspeções. Tais eventos têm o objetivo de desenvolver a aviação civil a partir de atividades ligadas à qualificação, capacitação e divulgação de informações aos profissionais da aviação civil. As atividades apoiadas são, em geral, cursos e palestras para divulgação de boas práticas de segurança, esclarecimentos sobre normas, leis e procedimentos próprios do setor aeronáutico e apresentação do rol de serviços disponibilizados pela ANAC. Foram

realizados 26 eventos no ano de 2015, com a participação de 1156 pessoas. O contingenciamento e a necessidade de reservar a maior parte da dotação orçamentária para o Termo de Execução Descentralizada (TED) com a SAC-PR para o projeto de bolsas de pilotos reduziram a capacidade de financiamento de eventos relacionados à Ação Nacional. Dessa maneira, o número de eventos foi reduzido: de 51 em 2014 para apenas 26 em 2015. Como consequência o número de pessoas capacitadas também foi impactado negativamente e impediu o cumprimento da meta pactuada.

Por fim, a ANAC celebrou, em 29/12/2014, um Termo de Execução Descentralizada junto à SAC para que o Programa de Concessão de Bolsas para formação de pilotos (iniciativa que representa 95% da despesa da ação) seja transferido para aquela Secretaria, no qual os recursos alocados na Ação 20SW, destinados à formação de pilotos, foram descentralizados por meio do SIAFI. Em 2015, foram ofertadas, 65 bolsas para formação prática de pilotos, sendo: 50 pilotos privados de avião e 15 pilotos comerciais de avião, mas após o processo seletivo apenas 55 candidatos foram considerados aptos a receber as bolsas. A formação destes bolsistas acontecerá durante o ano de 2016 e por isso não foram incluídas no total de meta física realizada em 2015.

QUADRO 4 – AÇÃO 2912 RELACIONADA AO PROGRAMA TEMÁTICO (2017 – AVIAÇÃO CIVIL) DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2912 Tipo: Atividade					
Título	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil					
Iniciativa	007V – Promoção de programas, vigilância continuada e fiscalização dos requisitos de regulação junto aos provedores de serviço de aviação civil e órgãos envolvidos					
Objetivo	Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita. Código: 0085					
Programa	Aviação Civil		Código: 2017		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	62201 – Agência Nacional de Aviação Civil					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
63.770.955,00	60.978.752,00	39.415.074,94	31.140.247,73	30.970.150,86	170.096,87	8.274.827,21
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Regulação e fiscalização de empresas, aeroclubes, escolas, centros de formação, equipamentos, instalações, documentação, procedimentos, infraestrutura aeroportuária e aeronautas, de forma a garantir o funcionamento e o controle da aviação civil dentro de padrões internacionais de qualidade e segurança.	Item fiscalizado - unidade	19.500		13.752		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
21.453.627,42	17.454.218,87	235.513,91				

Análise da Ação 2912

1) Análise da realização física:

A Meta Física Realizada refere-se ao número de itens fiscalizados pela Agência durante o ano de 2015. Estes itens têm origem nas ações de auditorias, certificações, exames de proficiência, fiscalizações, inspeções, visitas técnica e vistorias das áreas de aeronavegabilidade, operações aéreas, infraestrutura aeroportuária e ação fiscal. Observou-se uma queda de demanda por vistorias e certificações no ano de 2015, indicando uma menor atividade do setor de aviação civil privada.

2) Análise da execução orçamentária:

A dotação total inicial era de 60.978.752, porém durante o exercício foram registradas no SIOP várias alterações orçamentárias, que resultaram em uma dotação final de 42.262.316. Entretanto, o contingenciamento financeiro impôs limites mais severos para a emissão de empenhos, o que determinou o total empenhado de 39.415.075.

3) Em relação aos Restos a Pagar inscritos de 2014 para 2015, em sua grande maioria corresponde a despesas relacionadas ao PO 0002, Sistemas de Tecnologia da Informação, que apoiam as atividades de fiscalização.

QUADRO 5 – AÇÃO 6640 RELACIONADA AO PROGRAMA TEMÁTICO (2017 – AVIAÇÃO CIVIL) DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	6640 Tipo: Atividade					
Título	Estudos para o Planejamento e Gestão do Transporte Aéreo					
Iniciativa	007Z – Elaboração de estudos e projetos para a aviação civil					
Objetivo	Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental Código: 0086					
Programa	Aviação Civil Código: 2017 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	62201 – Agência Nacional de Aviação Civil					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Realização de estudos relativos ao meio ambiente, focado em aspectos de controle de emissões e ruídos aeronáuticos, e de estudos voltados para modelos aplicáveis à regulação econômica de infraestrutura aeroportuária e outros inerentes ao planejamento e à gestão do transporte aéreo.	Estudo desenvolvido-unidade	1		0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Análise da Ação 6640

Apesar do contingenciamento, as negociações com a Universidade continuaram para que fosse possível viabilizar um Acordo de Cooperação e a execução em 2016. Com isso, no final de 2015 foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnico-Científica nº 01/2015/ANAC/UFSCAR que consistirá na realização de 2 estudos no ano de 2016 a respeito de acessibilidade de passageiros com deficiência no transporte aéreo.

Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a pagar não Processados – OFSS

Não houve saldo na conta de Restos a pagar não processados em ações não previstas na LOA do exercício. Todas as ações previstas na LOA de 2014 estavam também constantes na LOA de 2015 para a ANAC.

Ações do Orçamento de Investimento

A Agência não possui ações de orçamento de investimento.

Análise Situacional

As despesas da Agência são divididas seguindo o planejamento estratégico nos seis seguintes blocos: Manutenção, Suporte e Gestão; Tecnologia da Informação; Diárias e Passagens; Gestão de Pessoas; Planejamento e Fomento e, por fim, Comunicação. Seguem algumas considerações sobre a alocação das ações orçamentárias acima com os blocos:

- **Manutenção, Suporte e Gestão:** Contém recursos tanto da ação 2000 – Administração da Unidade como da ação 2912 – Regulação e Fiscalização. Os recursos desta última ação destinam-se a manutenção da estrutura de fiscalização da agência;
- **Tecnologia da Informação:** Existe Plano Orçamentário (PO) específico da ação 2912 – Regulação e Fiscalização para este bloco, que concentra despesas com sistemas de informação da agência;
- **Diárias e Passagens:** Contém recursos da ação de regulação e fiscalização da agência;
- **Gestão de Pessoas:** Existe PO específico da ação 2000 – Administração da Unidade para as despesas de capacitação de pessoal, além de outros recursos da ação 2000 destinados a rubricas como ajuda de custo, pagamento de estagiários e auxílios não classificados em ação orçamentária própria;
- **Planejamento e Fomento:** Concentra toda a execução da ação 20SW – Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil, especificamente fomento à formação e capacitação de profissionais da aviação civil via bolsas;
- **Comunicação:** Contém recursos da ação 2000 – Administração da Unidade, destinadas a ações de comunicação institucional da Agência.

Abaixo segue tabela-resumo com a execução de cada um dos blocos citados:

TABELA 4 – PROGRAMAÇÃO POR BLOCO

Bloco	Programação Inicial	Programação Efetiva	Empenhado		Liquidado	
Manutenção, Suporte e Gestão	98.796.513	98.796.513	97.975.671	99,2%	87.724.298	89,5%
Tecnologia de Informação	20.318.694	20.318.694	20.169.957	99,3%	13.422.483	66,5%
Diárias e Passagens	14.168.903	14.168.903	13.122.346	92,6%	12.762.310	97,3%
Gestão de Pessoas	7.522.803	4.781.695	4.595.398	61,1%	3.692.055	80,3%
Planejamento e Fomento	1.353.201	1.353.201	1.157.339	85,5%	-	0,0%
Comunicação	1.442.917	1.442.917	1.442.917	100,0%	1.060.843	73,5%
Total Geral	143.603.031	140.861.923	138.463.629	96,4%	118.661.898	85,7%

FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Como fatores intervenientes no desempenho orçamentário da ANAC, citamos a Portaria MPOG nº 172, de 27 de Maio de 2015, que limitou com detalhamento por subelemento de despesa, o empenho de despesas com contratação de bens e serviços e com a concessão de diárias e passagens. No que diz respeito especificamente à Agência, o sublimite inicialmente fixado em R\$ 99,8 milhões foi cumprido com exatidão. Nota-se ainda o esforço efetuado, evidenciado pela diminuição das despesas descritas na portaria num montante de R\$ 6,7 milhões em relação ao exercício anterior, a seguir detalhado:

TABELA 5 – DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

Despesas de Funcionamento (Portaria MPOG nº 172, de 27/05/2015)	Empenhado 2014	Empenhado 2015	Liquidado 2015
Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	33.301,50	37.705,30	33.806,00
Locação de Imóveis	36.656,90	35.098,60	33.926,50
Locação de Máquinas e Equipamentos	-	0,00	-
Locação de Veículos	5.332,50	3.484,20	3.149,10
Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	828,90	925,70	836,60
Serviços de Consultoria	170,00	-	-
Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	1.037,30	1.047,70	776,70
Serviços de Limpeza e Conservação	2.840,10	2.771,20	2.591,40
Serviços de Telecomunicações	1.269,50	1.103,20	750,30
Vigilância Ostensiva	4.005,40	4.633,80	4.289,00
Diárias e Passagens	21.044,40	13.050,40	12.710,70
SOMA	106.486,50	99.820,00	92.836,30

Houve também readaptação do cronograma de desembolso do TED 002/ANAC/2015 para realização do concurso público para seleção de pessoal para o quadro efetivo da agência. Esta mudança adiou R\$ 2,8 milhões do desembolso do exercício de 2015 para o de 2016.

RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO 6 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano
2014	556,98	556,98	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano
2014	39.301.735,00	31.655.161,09	989.192,87	6.657.381,04
2013	7.530.480,44	81.116,65	5.902.923,73	1.546.440,06
2012	249.792,40	148.156,25	101.636,15	0,00

Inicialmente, destaca-se que os pagamentos dos Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores ao exercício de referência do presente Relatório de Gestão não causaram impactos na gestão financeira desta Unidade de Prestação de Contas.

O saldo de restos a pagar de exercícios anteriores em 1º de janeiro de 2015 totalizava o valor de R\$ 46.316.559,50 (quarenta e seis milhões, trezentos e dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos). Este montante teve sua execução orçamentária da seguinte forma:

- Pago durante o exercício de 2015: R\$ 31,5 milhões, ou 68%;
 - Valor liquidado mas pendente de pagamento: R\$ 53,3 mil ou 0,11%;
- Cancelamentos diversos de Restos a Pagar: R\$ 6,9 milhões, ou 14,9%;
- Bloqueio, em cumprimento ao Decreto nº 8.407/2015: R\$ 6,3 milhões, ou 13,6%;
- Desbloqueado a liquidar: R\$ 1,55 milhão, ou 3,4%.

Vale frisar que o cancelamento automático dos saldos bloqueados ocorrera no encerramento do SIAFI, no mês de fevereiro de 2016.

Ao final de 2015 o saldo total pendente de liquidação corresponde a serviços ainda não prestados ou que mesmo tendo sido realizados não tiveram a emissão de documento fiscal por parte dos contratados. O saldo a liquidar que não fora bloqueado diz respeito às despesas que possuem previsão de liquidação e foram supervisionadas empenho a empenho.

EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos

QUADRO 7 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Agência Nacional de Aviação Civil					
UG/GESTÃO:	113214/20214					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Contrato de repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Execução Descentralizada	2	4	2	1.531.909,02	525.014,20	989.607,80
Totais	2	4	2	1.531.909,02	525.014,20	989.607,80

Fonte: SIAFI

O montante repassado no exercício de 2015 refere-se aos seguintes Termos de Execução Descentralizada:

- TED 002/2015 – Concurso público da ANAC

Este termo tem por objeto estabelecer parceria entre a ESAF e a ANAC, visando a organização e realização de concurso público para provimento dos cargos do quadro efetivo de pessoal desta Agência. A realização do concurso público para a ANAC representa a continuidade da formação das carreiras do quadro de pessoal efetivo da Agência, imprescindível à sua consolidação e, especialmente, à estruturação das atividades de regulação, inspeção, fiscalização e controle da aviação civil, serviços aéreos, auxiliares e da infraestrutura aeroportuária.

Inicialmente, eram programados desembolsos em 2015 no montante de R\$ 3.102.552,70 e R\$ 951.585,62 em 2016. Devido a mudanças no cronograma de desembolsos, desembolsou-se apenas R\$ 266.020,00. O destaque inicial ocorreu devido às preparações iniciais para a realização do Concurso Público para provimento de cargos efetivos da ANAC. O TED em tela ainda não teve seu objeto encerrado em 2015.

- TED 003/2014 – Tabela de Temporalidade

Termo de Execução Descentralizada entre a ANAC e a FUB/UnB para desenvolvimento de metodologia para elaboração do código de classificação e da tabela de temporalidade de documentos de arquivos das atividades-finalísticas da ANAC. Em virtude do crescimento documental da ANAC associado à massa documental herdada do DAC, faz-se necessário a elaboração de tal tabela por intermédio da adoção de estratégias de gestão de documentos. A referida gestão busca facilitar o processo de recuperação das informações, além de otimizar os espaços de armazenamento. Em 2015 efetuou-se o desembolso de R\$ 83.050,00 para este TED.

- TED 04/2014 – Fomento a profissionais de aviação civil

Este termo diz respeito a bolsas de fomento à capacitação de profissionais de aviação civil, mediante a oferta de bolsas para formação de pilotos de avião em cursos especializados em

treinamentos práticos de “piloto privado de avião” e/ou “piloto comercial de avião”. Tais treinamentos serão realizados por alunos selecionados, conforme “edital de seleção de alunos”, em escolas de aviação civil credenciadas, conforme “edital de credenciamento”.

Em razão de não terem sido contempladas todas as bolsas para Piloto Comercial que foram ofertadas em edital, houve devolução de R\$ 195.862,40 não empenhados pela Secretaria de Aviação Civil do total de R\$ 1.353.201,38 inicialmente previstos e descentralizados. Assim, o destaque total para este termo somou: R\$ 1.157.338,98.

- TED 001/2015 – ANAC e ENAP – desenvolvimento técnico gerencial

Termo que objetiva a realização de cursos de educação continuada para desenvolvimento técnico e gerencial destinados à capacitação de servidores públicos da ANAC. Os cursos serão ofertados conforme condições e especificações constantes no Plano de Trabalho do TED. Há contínua necessidade de aperfeiçoamento da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, por meio do desenvolvimento permanente dos seus servidores públicos e da adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos da instituição, tendo como referência o Plano Estratégico 2015-2019 e o Plano Anual de Capacitação.

O desembolso deste termo foi integralmente efetuado em 2015, no montante de R\$ 8.500,00. O termo fora, então, devidamente concluído.

- TED 002/2014 – ESAF – mestrado economia setor público

Termo de Execução Descentralizada entre a ANAC e a ESAF, em parceria com a UnB, para inscrição de servidor no evento de capacitação “Mestrado em Economia do Setor Público”, promovido e certificado pela UnB. Busca promover o desenvolvimento permanente dos servidores públicos da ANAC.

O termo foi constituído de 3 parcelas para os exercícios de 2014 a 2016. Em 2015, foram descentralizados R\$ 17.000,04 referentes a um ano letivo completo e seguindo o cronograma de desembolso acordado. Para 2016, é previsto um desembolso de R\$ 11.333,28.

Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores

QUADRO 8 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Agência Nacional de Aviação Civil					
UG/GESTÃO: 113214/20214					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	2
		Montante Repassado	0,00	0,00	182.458,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Foram concluídos e tiveram as contas prestadas os seguintes Termos de Execução Descentralizada:

- TED 003/2014 - Tabela de Temporalidade
 - Total de R\$ 172.258,00 Concluído, sendo que R\$ 10.922,00 não foram repassados do total inicialmente firmado pelo Termo, de R\$ 183.180,00
- TED 001/2015 - ANAC e ENAP - desenvolvimento técnico gerencial
 - O termo foi integralmente concluído, seu valor é de R\$ 10.200,00.

Visão gerencial da análise das contas prestadas

QUADRO 9 – SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Agência Nacional de Aviação Civil				
UG/GESTÃO: 113214/20214				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão	Instrumentos			
	Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada	
Contas analisadas	Quantidade aprovada	0	0	1
	Quantidade reprovada	0	0	0
	Quantidade de TCE instauradas	0	0	0
	Montante repassado (R\$)	0,00	0,00	10.200,00
Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0	1
	Montante repassado (R\$)	0,00	0,00	172.258,00

Quanto à análise das contas prestadas:

- TED 003/2014 - Tabela de Temporalidade
 - O atraso na prestação de contas deve-se a um atraso no relatório final do Termo de Execução Descentralizada por meio do fiscal. Já há, contudo, conclusão e baixa do TED no SIAFI. Como medida preventiva deste tipo de situação, a agência está adotando um mapeamento dos processos onde inclui a etapa do relatório, define rol de responsáveis por ele e estabelece prazos para sua confecção.

- TED 001/2015 - ANAC e ENAP - desenvolvimento técnico gerencial
 - Contas devidamente analisadas.

QUADRO 10 – PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Agência Nacional de Aviação Civil					
UG/GESTÃO: 113214/20214					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	0	0	0	0	0
Contratos de repasse	0	0	0	0	0
Termo de Execução Descentralizada	0	1	0	0	0

Por fim, informa-se que as informações relativas às execuções descentralizadas estão disponíveis no seguinte sítio da ANAC na internet: <http://www.anac.gov.br/aceso-a-informacao/convenios>.

INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DAS RECEITAS

Diante das determinações legais, a Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2015 (LOA 2015) como já ocorrido nas LOAs de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, não foi consignada dotação orçamentária para o Fundo Aeroviário – UG 113215. A previsão das receitas a ele vinculadas pela Lei 5.989, de 17 de dezembro de 1973, foram consignadas na UG/Gestão 113214/20214 (UO – 62201).

Por isso, é na unidade gestora setorial de programação orçamentária e financeira da ANAC que são efetuados os registros contábeis da previsão e realização das receitas vinculadas ao orçamento da UO – 62201 (ANAC).

A LOA/2015 vinculou à ANAC receitas de dois tipos de fonte: fontes do Tesouro Nacional (0174 e 0176), as quais têm registros contábeis nos órgãos arrecadadores, porém seus recursos financeiros são automaticamente transferidos para a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; e fontes Próprias (0250 e 0280), que tem seus registros contábeis e recursos financeiros mantidos no órgão arrecadador.

Apesar dos registros de previsão e arrecadação das receitas vinculadas ao Fundo ocorrerem na UG 113214 – ANAC, os recursos financeiros arrecadados nas fontes 0250 e 0280 (fontes próprias) são transferidos para a UG 113215 – Fundo Aeroviário, que posteriormente são aplicados.

A Tabela a seguir demonstra um aumento de 17,65% da realização de receita em relação à previsão da receita própria orçada para o exercício de 2015. A previsão de receita é calculada a partir da análise de séries históricas de arrecadação, adotando-se o modelo de média móvel.

TABELA 6 – RECEITAS PRÓPRIAS PREVISTAS E REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2015

Receitas Próprias Previstas e Realizadas no exercício de 2015 (R\$)				
Fonte	Receita	Previsão de Receita (R\$)	Receita Realizada (R\$)	%
174	Multas previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica	18.596.385	18.776.436	0,97%
176	Contribuição para o Ensino Aeroviário	129.038.117	175.685.355	36,15%
250	Serviços de inspeção e fiscalização (Taxa de Fiscalização da Aviação Civil - TFAC)	59.667.625	56.845.041	-4,73%
280	Remuneração de Depósitos Bancários	79.130.614	85.677.951	8,27%
	Total	286.432.741	336.984.783	17,65%

Fonte: SIAFI

Esclarece-se que houve uma queda da arrecadação de TFAC em relação à previsão original, feita no exercício anterior. Essa queda reflete a desaceleração do setor em face à situação econômica do país. Não obstante, o reajuste das TFAC vigente a partir de 11 de setembro de 2015, atenuou o impacto dessa desaceleração sobre a arrecadação, que foi afinal superior à de 2014.

Destacam-se na arrecadação de receita no exercício financeiro de 2015, a arrecadação de Taxa de Fiscalização da Aviação Civil – TFAC (Fonte 250) e Multas previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica (Fonte 174), que são oriundas das atividades de fiscalização, homologação e registro.

Na arrecadação de TFAC os destaques foram (fonte Sistema Integrado de Gestão de Créditos – SIGEC):

- taxas referentes a exames de conhecimento teórico de aeronautas, emissões/renovações de licenças e habilitações de pilotos, comissários, mecânicos de manutenção aeronáutica, avaliação de experiência de voo, voos de avaliação de proficiência de pilotos (voos de cheque e recheque) e avaliação de simuladores de voo;
- taxas referentes a vistorias de aeronaves, aprovação de dados técnicos relativos a grandes modificações através de certificado de homologação suplementar de tipo, certificações de empresas de manutenção aeronáutica, reserva de marcas e certificados de aeronavegabilidade;
- taxas referentes a inspeções aeroportuárias, registros de aeródromos e autorização de construção de aeródromo ou de heliponto privado;
- taxas referentes ao cancelamento de voo por tempo determinado – empresa aérea regular brasileira (por voo), autorização para operação de voo extra, fretamento e charter de passageiros e emissão de HOTRAN.

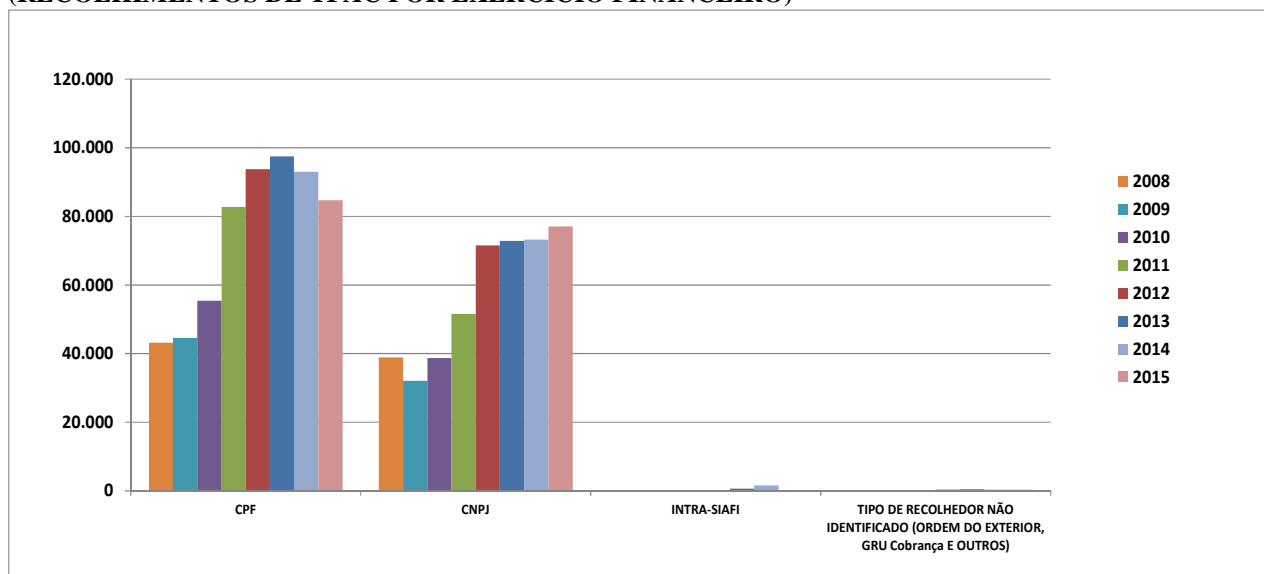
Com relação à quantidade de GRUs recolhidas por CPF referente ao pagamento de TFAC (Fonte – 0250) em 2015 é verificado que voltou ao patamar de 2011 (2015 – 84.740 GRUs e 2011 –

82.737, já em 2014 foram 93.078). O que reforça a tendência de queda nas TFACs arrecadadas por CPFs (em regra certificações de pessoal da aviação civil), conforme Gráfico abaixo.

Antes da atualização monetária da TFAC havia uma forte tendência de diminuição da arrecadação de TFAC em 2015, como pode ser verificado na diminuição no número de GRUs recolhidas na ordem de 3,6% em relação a 2014 (2014 – 168.253 e 2015 – 162.170).

Porém, a partir de setembro de 2015 com a atualização dos valores da TFAC foi verificado um aumento da arrecadação em relação a 2014 na ordem de 4,2%.

FIGURA 4 – GRÁFICO COM O NÚMERO DE GRU ARRECADADAS POR TIPO DE RECOLHEDOR (RECOLHIMENTOS DE TFAC POR EXERCÍCIO FINANCEIRO)



Fonte – SIAFI e Sistema Integrado de Gestão de Créditos – SIGEC

Alguns fatores vêm contribuindo com o aumento da arrecadação de Multas por infrações ao Código Brasileiro de Aeronáutica – CBA (Fonte – 0174). Entre eles destacam-se:

- O aumento na quantidade de Recursos Julgados (Junta Recursal);
- Convênio com a Receita Federal do Brasil para acesso ao Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas para obtenção de endereços atualizados para remessa de notificações de decisão;
- Identificação de processos semelhantes, ou seja, aqueles que continham a mesma matéria aeronáutica, como forma de viabilizar a relatoria e, por conseguinte, o fluxo de processos decididos e julgados;
- Implantação do Sistema de Dívida Ativa da ANAC e Nada Consta de Multas por Infração ao CBA – Certidão de Débitos em Dívida Ativa (2009);
- Inclusão do CPF/CNPJ dos inadimplentes no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN (2009);
- Aumento do encargo por atraso no pagamento. Além da Taxa SELIC, para as multas vencidas a partir de 04/12/2008, é cobrada multa moratória de 0,33% ao dia até o limite de 20% (MP 449/08, convertida em Lei nº 11.941/2009);
- Aumento de pedidos do benefício de desconto de 50% do valor da multa ainda na fase de defesa prévia do auto de infração nos termos do parágrafo 1º do art. 61 da IN/ANAC nº 08/2008.

A Contribuição do Ensino Aeroviário é referente ao recolhimento do percentual de 2,5% (dois e meio por cento), incidente sobre o total bruto da remuneração paga ou creditada aos empregados e trabalhadores avulsos, até o limite máximo estabelecido na legislação previdenciária de todas as empresas privadas, públicas, de economia mista e autárquicas, quer federais, estaduais ou municipais, de transporte aéreo regular, não regular, de táxi aéreo e de serviços aéreos especializados; de telecomunicações aeronáuticas; de implantação, administração, operação e exploração da infraestrutura aeroportuária, e de serviços auxiliares; de fabricação, reparos e manutenção, ou de representação, de aeronaves, suas peças e acessórios, e de equipamentos aeronáuticos.

A arrecadação, a fiscalização, a cobrança e o recolhimento da Contribuição do Ensino Aeroviário são delegados à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB por força § 6º do Art. 3º da Lei nº 11.457/2007. A ANAC apenas recebe a informação da RFB quanto ao montante recolhido mensalmente e que será repassado à Agência. Não há nenhuma gestão da arrecadação desse recurso pela SAF.

Estima-se que o aumento da arrecadação da Contribuição do Ensino Aeroviário nos últimos anos refletiu o crescimento da massa salarial no setor de aviação civil, conforme histórico de arrecadação de 2007 a 2015.

A seguir é apresentada Tabela demonstrativa da evolução das receitas arrecadadas, bem como a execução da receita durante o exercício de 2015.

TABELA 7 – EVOLUÇÃO DA RECEITA

Evolução da Receita (R\$ mil)													
Fonte	Receitas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	%	
172	Adicional sobre Tarifas de Passagens Aéreas Domésticas (Adicional Tarifário)	527	119	2	0	0	0	0	0	0	648	0,03%	
174	Multas previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica	808	1.666	7.299	17.430	19.390	14.355	15.250	18.178	18.776	113.150	5,87%	
176	Contribuição para o Ensino Aeroviário	61.962	71.560	73.724	83.216	98.048	89.468	119.105	159.247	175.685	932.016	48,34%	
250	Serviços de inspeção e fiscalização (Taxa de Fiscalização da Aviação Civil - TFAC)	40.875	51.664	38.746	41.736	61.857	54.988	51.342	53.537	56.845	451.590	23,42%	
	Receitas de serviços administrativos (SUCOTAP)	678	11.741	11	0	0	0	0	0	0	12.431	0,64%	
	Demais receitas	0	4	507	0	23	29	246	83	134	1.025	0,05%	
280	Remuneração de Depósitos Bancários	13.091	22.833	22.793	33.421	47.096	53.931	66.214	72.165	85.678	417.222	21,64%	
Total Geral		117.942	159.587	143.083	175.803	226.413	212.770	252.157	303.210	337.118	1.928.082	100,00%	
Fonte: SIAFI - Conta Contábil 191140000 - Receita Realizada (2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014).													
2007 - Fonte: SIAFI - Conta Contábil 191140000 e 193510601.													
2015 - Fonte: SIAFI - Conta Contábil 621200000 - RECEITA REALIZADA.													

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS

São apresentados abaixo os quadros referentes às despesas por modalidade de contratação e despesas por grupo e elemento de despesa.

QUADRO 11 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Unidade orçamentária: Agência Nacional de Aviação Civil		Código UO: 62201		UGO: 113214	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	57.384.057,95	62.871.922,29	56.972.213,26	62.871.922,29	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão	57.384.057,95	62.871.922,29	56.972.213,26	62.871.922,29	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	48.521.073,84	50.594.118,42	46.740.718,11	46.957.244,06	
h) Dispensa	37.957.712,45	41.703.199,02	36.210.162,77	39.771.997,74	
i) Inexigibilidade	10.563.361,39	8.890.919,40	10.530.555,34	7.185.246,32	
3. Regime de Execução Especial	6.590,00	10.975,77	6.590,00	10.975,77	
j) Suprimento de Fundos	6.590,00	10.975,77	6.590,00	10.975,77	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	320.504.397,92	299.495.367,42	311.920.215,66	299.495.367,42	
k) Pagamento em Folha	314.286.768,71	289.510.494,42	305.702.586,45	289.510.494,42	
l) Diárias	6.217.629,21	9.984.873,00	6.217.629,21	9.984.873,00	
5. Outros	15.111.328,28	-	15.108.880,81	-	
6. Total (1+2+3+4+5)	441.527.447,99	441.873.019,06	430.748.617,84	409.335.509,54	

QUADRO 12 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Aviação Civil				Código UO: 62201		UGO: 113214		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	241.047.895,62	225.701.437,84	241.047.895,62	223.429.962,59	0,00	2.271.475,25	237.562.657,30	223.429.962,59
Obrigações patronais	48.246.467,72	44.352.931,16	48.246.467,72	44.305.130,57	0,00	47.800,59	44.567.747,68	44.305.130,57
Ressarcimento despesas pessoal requisitado	15.274.631,00	14.075.440,92	13.494.738,82	11.458.306,33	1.779.892,18	2.617.134,59	12.074.514,92	11.458.306,33
Demais elementos do grupo	11.497.666,55	10.343.566,24	11.497.666,55	10.317.094,93	0,00	26.471,31	11.497.666,55	10.317.094,93
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
Outros serviços de terceiros pj - op.int.orc.	69.747.683,81	78.974.367,19	59.990.235,78	66.962.964,86	9.757.448,03	12.011.402,33	58.112.759,10	66.962.964,86
Locação de mão-de-obra	35.206.622,25	31.033.440,01	31.302.597,06	26.313.796,85	3.904.025,19	4.719.643,16	31.155.931,79	26.313.796,85
Passagens e despesas com locomoção	10.316.991,53	16.375.060,79	9.642.127,45	14.405.208,88	674.864,08	1.969.851,91	9.472.030,58	14.405.208,88
Demais elementos do grupo	20.915.452,45	19.846.470,77	20.236.834,63	18.686.646,39	678.617,82	1.248.042,79	20.236.425,56	24.946.079,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
Outros serviços de terceiros PJ - op.int.orc.	7.684.947,02	12.737.254,61	5.611.659,91	1.399.870,96	2.073.287,11	11.337.383,65	5.611.659,91	1.399.870,96
Equipamentos e material permanente	1.790.497,38	3.057.420,01	438.329,72	454.635,77	1.352.167,66	2.602.784,24	438.329,72	454.635,77
Obras e instalações	18.894,73	275.000,00	18.894,73	275.000,00	0,00		18.894,73	275.000,00
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Informa-se ainda que a ANAC acompanha a execução de suas despesas seguindo o critério administrativo de classificação em blocos, como já mencionado. Semanalmente há emissão de um relatório da execução orçamentária, que acompanha o processo de empenho das despesas, bem como a liquidação. Esta última é administrada dentro de uma banda prevista de flutuação, calculada por meio do histórico e por características de cada despesa. Caso a liquidação esteja fora desta banda, efetua-se controle junto aos fiscais de contrato para checagem de eventuais notas fiscais retidas ou problemas similares.

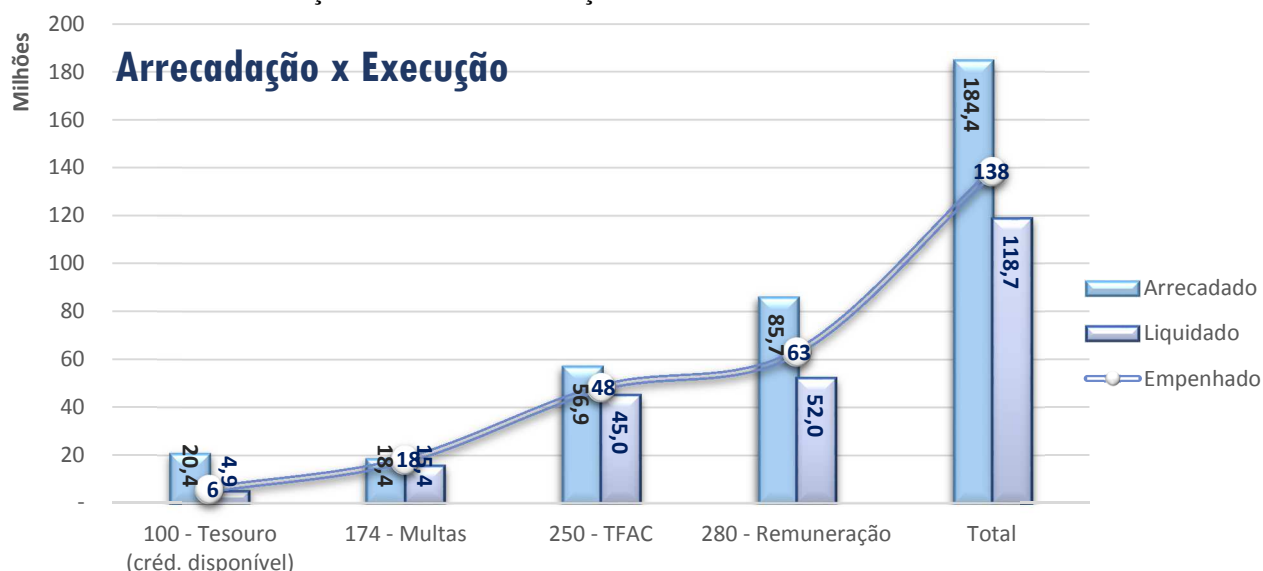
Além disso, acompanha-se também o empenho e a liquidação em comparação com a arrecadação por fonte de recursos. Assim, a Agência diminui a possibilidade de uma eventual frustração de receitas. Este acompanhamento é efetuado em tabelas e gráficos gerenciais tais como os seguintes:

TABELA 8 – ARRECADAÇÃO

ARRECADAÇÃO				
Fonte	Arrecadado	Empenhado	Liquidado	Arrec (-) Emp
100 - Tesouro (créd. disponível)	20.447.098	5.829.806	4.903.384	14.617.292
174 - Multas	18.360.054	18.086.221	15.390.345	273.832
176 - Contribuição	175.685.355	3.042.355	1.325.017	172.643.000
250 - TFAC	56.913.171	48.318.043	44.995.600	8.595.127
280 - Remuneração	85.677.951	63.187.204	52.047.643	22.490.747
Total	357.083.628	138.463.629	118.661.989	218.619.999

Fonte: Tesouro Gerencial. Consulta em 05/01/2016

FIGURA 5 – ARRECADAÇÃO VERSUS EXECUÇÃO



DESEMPENHO OPERACIONAL

Em relação aos resultados e produtos referentes à gestão interna da ANAC, no ano de 2015, que permitiram a Agência avançar em seu Programa de Fortalecimento Institucional, podemos destacar os seguintes:

1 - Nova estrutura organizacional da ANAC foi aprovada na Reunião Administrativa da Diretoria realizada em 17 de março de 2015, com vistas à adequação da Agência para execução de atividades relacionadas à gestão da exploração de infraestrutura aeroportuária e à organização e tratamento das informações coletadas e geradas pela ANAC.

2 - Em maio, foi disponibilizada a Nova Intranet da Agência contendo um planejamento gráfico-visual moderno e interface intuitiva, com menus organizados de acordo com os assuntos de maior interesse dos colaboradores, de forma aprimorar a comunicação interna.

3 - Já no mês de novembro, o Escritório de Processos concluiu o mapeamento dos Processos de Negócio da ANAC, identificando os processos necessários para entregar os produtos finais de cada uma das unidades da Agência, sejam eles para clientes internos (processos de suporte e gerenciais) ou clientes externos (processos finalísticos).

4 - Por fim, no segundo semestre de 2015, foram discutidas a revisão da Agenda Regulatória 2015 2016 da ANAC, que foi concluída com publicação, em janeiro de 2016, da Portaria nº 160, de 26 de janeiro de 2016, e a formalização de uma carteira de indicadores e projetos estratégicos, alinhado ao Plano estratégico 2015 2019, que resultaram na publicação do conjunto de indicadores estratégicos, por meio da Portaria nº 98, de 19 de Janeiro de 2016, e da nova carteira de projetos estratégicos, por meio da Portaria nº 99, de 19 de Janeiro de 2016.

Em relação às atividades finalísticas e o sistema de aviação civil, podem ser destacados os seguintes resultados e ações:

1 - Em relação à segurança da aviação civil, em 2015 não houve acidentes (com ou sem fatalidades) no transporte aéreo regular de passageiros. O índice é o melhor registrado na história da aviação no Brasil. O ano de 2015 também foi o quarto ano consecutivo sem registro de fatalidades na aviação comercial.

Em relação à aviação geral, o número de acidentes aeronáuticos ocorridos no Brasil em 2015 foi o menor registrado dos últimos 5 anos. As informações consideram dados da aviação geral, exceto aeronaves experimentais, e mostram que em 2015 ocorreram 117 acidentes em todo país envolvendo aeronaves nacionais e certificadas pela Agência.

O índice apresentado em 2015 é 15,82% menor do que os dados registrados em 2014, com 139 acidentes. Comparado com o ano de 2012, com 175 acidentes, a redução em 2015 foi maior que 33%. Os números de acidentes do ano passado representam a terceira queda seguida do indicador.

O número de acidentes aeronáuticos com fatalidades ocorridos no Brasil em 2015 também apresentou redução. Foram 26 acidentes com fatalidades no ano passado, contra 28 registrados em 2013. O número apresentado no ano passado é o menor dos últimos cinco anos.

2 - Em relação à fiscalização, além das ações rotineiras de fiscalização das unidades da Agência junto aos regulados, a ANAC ainda participou de diversas operações no ano de 2015, visando à segurança do setor, como:

- Participação da Operação Amazônia Azul 2015 para fiscalizar aeronaves e contribuir para a segurança de voo. A Operação foi realizada em todo o Brasil e em especial na Região Norte, sob a coordenação da Marinha do Brasil e com o apoio de diversos órgãos federais e estaduais. Um dos objetivos desta operação foi a desativação de garimpos irregulares situados na fronteira do Amapá (AP) com o Pará (PA), que são abastecidos principalmente por vias aéreas e marítimas;

- Participação da 9ª edição da Operação Ágata em conjunto com o Ministério da Defesa e coordenada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA). A Operação foi realizada em 166 municípios brasileiros e envolveu a fiscalização de diversos aeródromos;
- Participação da 2ª Operação Aeroporto Seguro, no Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre (RS). Promovida pela Autoridade Aeroportuária, uma comissão integrada por todos os órgãos e entidades públicas que atuam no aeroporto, a ação teve por objetivo intensificar a atuação fiscalizadora e integrada dos órgãos de inspeção aeroportuária.

Ainda com relação às atividades de fiscalização, cabe fazer uma ressalva quanto aos impactos da limitação orçamentária (já citada no tópico “Principais Dificuldades Encontradas pela ANAC para Realização dos Objetivos em 2015”) sobre a capacidade de execução dos planejamentos iniciais das áreas técnicas. Em função do contingenciamento na rubrica de diárias e passagens, as áreas da Agência tiveram de rever os respectivos planejamentos de fiscalização (aprovados ao final de 2014) de forma a adequá-los à nova realidade orçamentária que se impunha à ANAC.

3 - Já em relação às suas atividades regulatórias, a ANAC trabalhou no sentido de aumentar a segurança no setor de aviação civil, fortalecer a transparência, promover a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e reduzir a burocracia para seus regulados, dentre outros objetivos.

Dentre as principais normas trabalhadas em 2015, podem ser citadas:

- Aberta Audiência Pública nº 6/2015, que propõe a atualização e a adequação das normas de Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita (AVSEC) e cria o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) nº 107, o qual versa especificamente sobre os operadores de aeródromos no País no que refere à AVSEC;
- Aberta Audiência Pública nº. 07/2015, que propõe norma para unificar e otimizar os regulamentos que tratam sobre a outorga para exploração de serviços aéreos. O objetivo é promover a atualização normativa dos regulamentos expedidos pelo extinto Departamento de Aviação Civil (DAC) e estabelece requisitos transparentes para a outorga e para aprovação de atos que requerem prévia anuência da ANAC;
- Aberta Audiência Pública nº. 08/2015, que propõe a simplificação do processo de certificação operacional de aeroportos, por meio de edição de emenda ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 139 (RBAC nº 139), o que poderá reduzir encargos regulatórios e melhorar o fluxo administrativo de condução e avaliação;
- Aberta Audiência Pública nº. 05/2015, que propõe que os aeroportos não concedidos à iniciativa privada serão avaliados segundo indicadores de nível de serviço, tal como acontece com aqueles operados pelas concessionárias. O objetivo da Agência com as novas regras é contribuir para melhorar a qualidade de serviço prestado por esses aeroportos aos usuários;
- Aberta Audiência Pública nº. 13/2015, que propõe regras e procedimentos para utilização de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT) não autônomos, também conhecidos como Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA) e aeromodelos. A proposta de norma teve como premissas viabilizar as operações, desde que a segurança das pessoas possa ser preservada, minimizar ônus administrativos e burocracia, tendo em vista que as regras estarão estabelecidas de acordo com o nível de complexidade e risco envolvido nas operações, e permitir evolução do regulamento conforme o desenvolvimento do setor;

- Aberta Audiência Pública nº 15/2015, que propõe a edição de resolução para disciplinar a padronização das regras para a aferição, fiscalização e a apresentação dos resultados dos Indicadores de Qualidade de Serviço (IQS), do Plano de Qualidade de Serviços (PQS) e do Relatório de Qualidade de Serviço (RQS) pelas Concessionárias de Serviço Público de Infraestrutura Aeroportuária.

4 - Em relação ao macroprocesso de certificação, no ano de 2015, podemos destacar as seguintes certificações que promoveram o desenvolvimento do setor:

- Foi concedido ao aeroporto de Guarulhos certificação que possibilita operações de pousos por ILS (*Instrument Landing System*) Categoria IIIA. Com isso, o aeroporto poderá operar em condições meteorológicas mais adversas, o que garante mais tempo de operacionalidade. O aeroporto é o primeiro do País a receber operações deste tipo;
- Foi entregue o Certificado de Tipo da aeronave EMB-545 (Legacy 450) da Embraer, modelo de avião executivo da empresa derivado do Legacy 450. O jato foi apresentado na LABACE (*Latin American Business Aviation Conference & Exhibition*), maior evento da aviação executiva da América Latina que reúne os principais fabricantes e empresas da aviação executiva em São Paulo. A certificação da aeronave é resultado de mais de seis anos de trabalho conjunto da ANAC e da Embraer, envolvendo também as autoridades dos Estados Unidos e da Europa em um trabalho de certificação paralelo, que permitirá a comercialização do modelo no exterior;
- O Aeroporto de Guarulhos foi autorizado a receber a aeronave A380 – um dos maiores modelos em operação no mundo. A partir da autorização, as companhias aéreas que operam com o A380 podem solicitar voos tendo como destino ou origem o aeroporto de Guarulhos. Além do terminal de São Paulo, o aeroporto do Galeão também possui certificação para operar o modelo.

5 - Além disso, algumas ações foram realizadas para fortalecer a participação social e aumentar a transparência, como:

- Lançamento do tridígito 163 da Agência (Fale com a ANAC). Profissionais da aviação civil, passageiros e cidadãos podem entrar em contato com a Agência por meio do novo número, de mais fácil acesso e memorização, para sanar dúvidas e/ou encaminhar reclamações, denúncias, sugestões, críticas ou elogios;
- Lançamento do canal da ANAC no site do Youtube. Esse novo canal de comunicação permitirá um maior acompanhamento da sociedade das principais decisões da Diretoria Colegiada, como a aprovação de novos regulamentos, a abertura de audiências públicas e a autorização do funcionamento de empresas, entre outros.

6 – Por fim, cabe destacar que, em 2015, o Brasil sofreu verificação direta dos dois principais programas de auditoria em segurança da OACI: *Universal Safety Oversight Audit Programme – Continuous Monitoring Approach* (USOAP CMA) e o *Universal Security Audit Programme Continuous* (USAP).

Com foco na segurança da aviação contra atos de interferência ilícita (AVSEC), os auditores do USAP atestaram que o Brasil cumpre 97% dos protocolos estabelecidos pela OACI, índice muito significativo, que demonstra a robustez do sistema de gerenciamento de risco da nossa aviação.

Já em novembro de 2015, auditores da OACI (Organização Internacional de Aviação Civil) realizaram na ANAC uma missão coordenada de validação presencial (ICVM, sigla em inglês), com

o objetivo de acompanhar a implementação pela Agência dos protocolos do *Universal Safety Oversight Audit Programme – Continuous Monitoring Approach (USOAP CMA)*.

Com essa missão, o Brasil avançou em relação ao índice de implementação dos protocolos, atingindo mais de 95,07%, posicionando-se entre os cinco melhores países do mundo.

Esses resultados demonstram que a aviação civil brasileira encontra-se entre as mais seguras do mundo (tanto em segurança operacional quanto em AVSEC), servindo inclusive de modelo para outros países. Nesse sentido, o país foi designado pela OACI para apoiar as demais nações lusófonas na implementação do USOAP.

GESTÃO DAS MULTAS APLICADAS EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

O processo sancionador da ANAC, regido pela Resolução ANAC nº 25/2008 e pelas Instruções Normativas nº 08 e 09/2008, inicia-se com a lavratura do Auto de Infração pelo agente da fiscalização, noticiando a constatação de indícios de violação à legislação em vigor.

O interessado é, então, notificado para, querendo, apresentar sua defesa em relação aos fatos que lhe são imputados, no prazo de vinte dias. Terminado este prazo, o processo segue para decisão em primeira instância por uma das Superintendências da ANAC, observadas suas respectivas áreas de competência (Resolução ANAC nº 111/2009).

Da decisão proferida pela Superintendência competente (pela aplicação da multa/ato do lançamento, que é realizado no SIGEC) caberá, no prazo de dez dias, recurso administrativo a ser apreciado pela Junta Recursal – JR, (segunda instância administrativa) da ANAC. A JR, por sua vez, poderá se manifestar pelo cancelamento ou manutenção da multa. Da decisão de segunda instância caberá ainda, nos casos descritos na IN nº 08/2008, recurso à Diretoria Colegiada.

Decorridos 75 dias da comunicação ao devedor, e não havendo registro de pagamento voluntário da penalidade, o crédito estará sujeito à Inscrição no CADIN (promovida pela Superintendência de Administração e Finanças – SAF) e em Dívida Ativa (efetivada pela Procuradoria Federal junto à ANAC), quando for o caso.

Assim, nesse contexto do caminho do crédito (decisão de 1ª instância/lançamento – SIA, SAS, SAR e SPO, avaliação de Recurso – JR, Dívida Ativa – DDA/PF-ANAC, CADIN e Controle do Pagamento – Gerência de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (GPOF) da SAF), a figura abaixo ilustra o funcionamento do processamento de créditos de multas por infração ao CBA.

FIGURA 6 – CAMINHO DO CRÉDITO DE MULTA POR INFRAÇÃO AO CBA



O Setor de Arrecadação da ANAC realiza a Gestão dos seguintes Sistemas correlacionados e integrados ao processamento de créditos de Multas por Infração ao CBA:

- SIGEC (o módulo de dívida ativa é de gestão da DDA/PF-ANAC);

- Sistema GRU;
- Nada Consta de Multas por Infração ao CBA, para fins de cumprimento do Inciso III, parágrafo único do Art. 24 da Resolução ANAC nº 114/2009;
- Sistema de Parcelamento de multas por infração ao CBA em dívida corrente.

Seguem os dados consolidados sobre o processamento de multas oriundas das atividades de fiscalização da Agência.

Número absoluto e percentual de pessoas físicas ou jurídicas pendentes de inscrição no CADIN, sob sua responsabilidade, nos últimos dois exercícios

Por força do art. 3º, da Portaria Conjunta nº 3 – AGU/PGF/CGCOB, de 31 de dezembro de 2009, a inclusão do nome do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN ocorre após a verificação da legalidade do procedimento de constituição do crédito e procedida a sua inscrição na dívida ativa pelas Procuradorias Regionais Federais – PRFs e Procuradorias Federais nos Estados – PFs.

Ou seja, a inscrição no CADIN no que se refere ao processo de multa por infração ao CBA apenas ocorre após a inscrição do crédito em dívida ativa. Em seguida o processo administrativo é tramitado ao Setor de Arrecadação/GPOF/SAF, onde é realizada a rotina CADIN junto ao SIGEC com a alimentação dos dados do Aviso de Recebimento – AR, correspondente à última decisão administrativa.

Nestes termos, o SIGEC possui as seguintes regras para geração de Lote CADIN para carga junto ao Sistema de Informações do Banco Central – SISBACEN (Lei nº 10.522/2002 e Portaria STN 685/2006):

- Valor do débito maior do que R\$ 1.000,00 (um mil reais) para um dado N° ANAC;
- AR de Notificação CADIN com mais de 75 dias do recebimento;
- Crédito inscrito em dívida ativa.

Isso posto, para obtenção do número de pessoas físicas ou jurídicas pendentes de inscrição no CADIN, identifica-se a quantidade de entidades com créditos inscritos em Dívida Ativa e com a situação devedora, ou seja, em 31/12/2015 no código de receita SIGEC 2081 – Multa CBA e débitos acima de R\$ 1.000,00 sem informação cadastrada quanto à ocorrência de depósito judicial, pagamento e/ou benefício de parcelamento.

A partir desses critérios, foi observado que em 2015 essas entidades representavam 8,33% das Pessoas Físicas e Jurídicas que tiveram ao menos uma inscrição em dívida ativa de código de receita SIGEC 2081 – conforme Tabela abaixo. Ou seja, em 2015, há 66 entidades pendentes de inscrição no CADIN. Ressalta-se que 53 dessas entidades correspondem a créditos de multas por infração ao CBA com inscrições em dívida ativa realizadas no exercício de 2015, e que não houve tempo hábil para sua tramitação à SAF. As demais 13 entidades dizem respeito a inscrições em dívida ativa ocorridas em anos anteriores a 2015, cujos processos não foram tramitados para o Setor de Arrecadação: 5 de 2014, 6 de 2013 e 2 de 2012.

TABELA 9 – NÚMERO E PERCENTUAL DE ENTIDADES NÃO INSCRITAS NO CADIN EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2013, 2014 E 2015

Exercício financeiro	Nº de entidades pendentes de inscrição no CADIN	Nº de entidades inscritas em Dívida Ativa por exercício financeiro (código receita 2081, com ao menos um crédito com a situação devedora)	(%) de entidades não inscritas no CADIN
2012	86	822	10,5%
2013	95	965	9,8%
2014	123	1.199	10,3%
2015	66	792	8,3%

Fonte: SIGEC - Sistema Integrado de Gestão de Crédito.

Número absoluto e percentual de processos de cobrança de multas que, em virtude dos prazos legais, sofram maiores riscos de prescrição, nos últimos dois exercícios, bem como as providências adotadas para reduzir esse risco

O tema relativo aos riscos de prescrição de créditos foi abordado pelo TCU nos Acórdãos nº 482/2012 e nº 1817/2010. Para o Acórdão de 2010, naquela oportunidade ressaltou-se o expressivo estoque de processos de multas por infração ao CBA que a ANAC herdou do extinto DAC – Departamento de Aviação Civil, bem como a desativação do ambiente MAPPER/UNISYS e a implantação do SIGEC.

Inclusive, no próprio Relatório de Monitoramento de arrecadação de multas, que deu origem ao Acórdão nº 1817/2010, item 2.4.2, foi informada a seguinte situação: “A agência relatou ter recebido do DAC um passivo de mais de 20 mil processos administrativos, parte dos quais paralisados desde 2003 (...)” (grifo nosso).

A novidade trazida pelo Acórdão nº 482/2012 refere-se à determinação do TCU de fazer constar nos relatórios de Gestão dos anos de 2012 a 2016 o *número absoluto e percentual de processos de cobrança de multas que, em virtude dos prazos legais, sofram maiores riscos de prescrição, nos últimos dois exercícios, bem como as providências adotadas para reduzir esse risco*. O Tribunal não especificou a base de cálculo à qual deveria se relacionar o percentual.

Para apuração do número de processos de cobrança que sofram maiores riscos de prescrição, com relação ao estoque de 2015, utilizou-se o número de processos do antigo sistema do DAC (MAPPER/UNISYS), constituídos até 2010 (ano do lançamento da multa), transferidos para o SIGEC e que, desde a implantação deste, em 2009, não foram inscritos em dívida ativa, não tiveram a exigibilidade suspensa por recurso administrativo ou judicial e que não foram objeto de pagamento e/ou benefício de parcelamento (processos em cobrança lançados até 2010).

As informações das tabelas a seguir tiveram como fonte a base de dados do Sistema Integrado de Gestão de Créditos – SIGEC. Os dados foram extraídos e convertidos em planilhas do aplicativo Excel. Como critério do exercício financeiro foram utilizados o ano de lançamento e o ano de vencimento da multa.

TABELA 10 – RELATÓRIO DE ESTOQUE QUANTIDADE DE MULTAS INCLUÍDAS POR ANO

Multa CBA estoque (qtde)	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total Geral
Cancelado	5	-	3	10	1	2	1	45	57	73	247	419	962	1055	573	112	140	281	3986
Depósito judicial	-	-	-	-	-	2	-	-	3	3	12	56	33	30	33	7	3	76	258
Parcelamento - dívida ativa	-	-	-	-	-	-	-	1	7	76	200	292	136	85	154	60	26	3	1040
Parcelamento - dívida corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34	101	97	36	15	8	157	76	524
Punido - dívida ativa	1	-	-	-	-	-	2	41	166	148	404	458	551	792	578	660	893	118	4812
Punido - dívida corrente	246	125	184	405	488	296	88	38	21	10	24	18	15	101	488	145	386	3728	6806
Quitado	2	1	4	19	13	13	13	64	185	635	1269	1280	1683	2453	2338	1703	1613	1989	15277
Recurso - dívida corrente	-	-	-	7	1	-	1	19	8	8	6	4	3	114	625	2051	2096	612	5555
Total geral	254	126	191	441	503	313	105	208	447	953	2196	2628	3480	4666	4804	4746	5314	6883	38258

Fonte – Sistema Integrado de Gestão de Créditos da ANAC – SIGEC

Critérios:

1. Ano do Lançamento;
2. Valor Original da Multa (R\$);
3. Agrupamento das situações dos créditos lançados:
 - Cancelado – Situações: CA e CAN.
 - Depósito Judicial – Situações: GDE, GPE, SDE e SDJ.
 - Parcelamento de Dívida Ativa: PP e DA-PC.
 - Parcelamento Dívida Corrente: PC.
 - Devedor Dívida Ativa: DA, DA-CD e DA-CD-EF.
 - Punido em Dívida Corrente: PU, DC1, PU1, DC2, PU2, DC3, PU3, ITD, IT2, ITT, IT3, IN3 e INR.
 - Recurso Dívida Corrente: RE, RE2, RS, DG2, DG3, AD3, RE3, RVS, RVT e RAN.
 - Quitado: PG e PGDJ.

TABELA 11 – RELATÓRIO DE ESTOQUE VALOR ORIGINAL DE MULTAS INCLUÍDAS POR ANO

Multa CBA estoque (valor original R\$)	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total Geral
Cancelado	R\$ 16.000	-	R\$ 5.600	R\$ 25.900	R\$ 2.800	R\$ 1.800	R\$ 500	R\$ 37.650	R\$ 83.013	R\$ 162.052	R\$ 2.175.867	R\$ 3.108.800	R\$ 11.637.550	R\$ 7.352.238	R\$ 4.535.950	R\$ 530.650	R\$ 505.950	R\$ 1.124.150	R\$ 31.306.470
Depósito judicial	-	-	-	-	-	R\$ 60.000	-	-	R\$ 4.500	R\$ 6.999	R\$ 87.700	R\$ 463.096	R\$ 1.036.000	R\$ 601.800	R\$ 658.000	R\$ 86.800	R\$ 157.500	R\$ 347.200	R\$ 3.509.595
Parcelamento - dívida ativa	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 250	R\$ 17.667	R\$ 142.891	R\$ 1.706.190	R\$ 2.032.500	R\$ 850.200	R\$ 365.600	R\$ 1.398.200	R\$ 268.700	R\$ 133.700	R\$ 19.100	R\$ 6.934.998
Parcelamento - dívida corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 222.200	R\$ 664.700	R\$ 611.100	R\$ 193.500	R\$ 110.700	R\$ 59.500	R\$ 725.800	R\$ 545.300	R\$ 3.132.800
Punido - dívida ativa	R\$ 1.400	-	-	-	-	-	R\$ 2.800	R\$ 61.450	R\$ 212.575	R\$ 297.410	R\$ 2.990.834	R\$ 3.442.700	R\$ 3.395.900	R\$ 5.986.300	R\$ 3.778.000	R\$ 2.872.400	R\$ 3.675.700	R\$ 324.500	R\$ 27.041.969
Punido - dívida corrente	R\$ 668.850	R\$ 243.900	R\$ 361.550	R\$ 617.350	R\$ 748.650	R\$ 466.000	R\$ 82.500	R\$ 34.510	R\$ 20.933	R\$ 14.667	R\$ 139.434	R\$ 89.900	R\$ 269.700	R\$ 1.349.200	R\$ 5.355.400	R\$ 893.200	R\$ 1.575.100	R\$ 23.389.870	R\$ 36.320.714
Quitado	R\$ 2.100	R\$ 1.000	R\$ 4.900	R\$ 16.200	R\$ 12.450	R\$ 15.600	R\$ 6.400	R\$ 49.184	R\$ 351.648	R\$ 1.231.773	R\$ 7.847.029	R\$ 7.444.747	R\$ 16.353.300	R\$ 19.089.500	R\$ 16.204.300	R\$ 8.031.027	R\$ 6.803.950	R\$ 7.841.800	R\$ 91.306.908
Recurso - dívida corrente	-	-	-	R\$ 4.300	R\$ 600	-	R\$ 400	R\$ 104.300	R\$ 31.300	R\$ 13.000	R\$ 52.800	R\$ 20.500	R\$ 21.200	R\$ 1.332.800	R\$ 7.069.900	R\$ 14.471.000	R\$ 15.701.800	R\$ 24.428.700	R\$ 63.252.600
Total geral	R\$ 688.350	R\$ 244.900	R\$ 372.050	R\$ 663.750	R\$ 764.500	R\$ 543.400	R\$ 92.600	R\$ 287.344	R\$ 721.636	R\$ 1.868.792	R\$ 15.222.054	R\$ 17.266.943	R\$ 34.174.950	R\$ 36.270.938	R\$ 39.110.450	R\$ 27.213.277	R\$ 29.279.500	R\$ 58.020.620	R\$ 262.806.055

Fonte – Sistema Integrado de Gestão de Créditos da ANAC – SIGEC

Critérios:

1. Ano do Lançamento;
2. Valor Original da Multa (R\$);
3. Agrupamento das situações dos créditos lançados:
 - Cancelado – Situações: CA e CAN.
 - Depósito Judicial – Situações: GDE, GPE, SDE e SDJ.
 - Parcelamento de Dívida Ativa: PP e DA-PC.
 - Parcelamento Dívida Corrente: PC.
 - Devedor Dívida Ativa: DA, DA-CD e DA-CD-EF.
 - Punido em Dívida Corrente: PU, DC1, PU1, DC2, PU2, DC3, PU3, ITD, IT2, ITT, IT3, IN3 e INR.
 - Recurso Dívida Corrente: RE, RE2, RS, DG2, DG3, AD3, RE3, RVS, RVT e RAN.
 - Quitado: PG e PGDJ.

TABELA 12 – RELATÓRIO DE ESTOQUE QUANTIDADE DE MULTAS CRITÉRIO ANO DO VENCIMENTO DA MULTA

Multa CBA estoque (qtde)	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total Geral
Cancelado	3	2	3	8	1	3	1	34	30	68	195	428	875	1062	687	125	154	298	9	3986
Depósito judicial	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	7	43	37	39	29	12	5	84	-	258
Parcelamento - dívida ativa	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2	203	223	246	82	152	94	28	8	-	1040
Parcelamento - dívida corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	97	92	62	-	7	123	140	-	524
Punido - dívida ativa	-	1	-	-	-	-	-	20	105	53	240	472	597	680	637	637	1064	306	-	4812
Punido - dívida corrente	199	166	183	353	355	410	133	59	17	18	26	19	14	11	61	62	233	3517	970	6806
Quitado	2	1	4	16	8	17	10	30	44	379	587	1374	2172	1450	1948	2218	2392	2563	62	15277
Recurso - dívida corrente	-	-	-	-	8	-	1	18	5	9	9	3	2	83	537	1967	2120	790	3	5555
Total geral	204	170	190	377	372	430	147	162	202	529	1270	2659	4035	3469	4051	5122	6119	7706	1044	38258

Fonte – Sistema Integrado de Gestão de Créditos da ANAC – SIGEC

Critérios:

1. Ano do Vencimento;
2. Valor Original da Multa (R\$);
3. Agrupamento das situações dos créditos lançados:
 - Cancelado – Situações: CA e CAN.
 - Depósito Judicial – Situações: GDE, GPE, SDE e SDJ.
 - Parcelamento de Dívida Ativa: PP e DA-PC.
 - Parcelamento Dívida Corrente: PC.
 - Devedor Dívida Ativa: DA, DA-CD e DA-CD-EF.
 - Punido em Dívida Corrente: PU, DC1, PU1, DC2, PU2, DC3, PU3, ITD, IT2, ITT, IT3, IN3 e INR.
 - Recurso Dívida Corrente: RE, RE2, RS, DG2, DG3, AD3, RE3, RVS, RVT e RAN.
 - Quitado: PG e PGDJ.

TABELA 13 – RELATÓRIO DE ESTOQUE VALOR ORIGINAL DE MULTAS PELO CRITÉRIO ANO DO VENCIMENTO

Multa CBA estoque (valor original r\$)	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total Geral
Cancelado	R\$ 10.400	R\$ 5.600	R\$ 5.600	R\$ 15.200	R\$ 2.800	R\$ 11.800	R\$ 500	R\$ 24.750	R\$ 26.603	R\$ 140.453	R\$ 1.745.333	R\$ 3.065.367	R\$ 11.041.533	R\$ 7.691.081	R\$ 4.605.950	R\$ 1.071.850	R\$ 596.550	R\$ 1.140.300	R\$ 104.800	R\$ 31.306.470
Depósito judicial	-	-	-	-	-	-	R\$ 60.000	-	-	-	R\$ 54.500	R\$ 355.832	R\$ 391.631	R\$ 1.048.132	R\$ 549.500	R\$ 198.300	R\$ 262.500	R\$ 589.200	-	R\$ 3.509.595
Parcelamento - dívida ativa	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 250	R\$ 1.000	R\$ 5.667	R\$ 1.434.382	R\$ 1.564.933	R\$ 1.588.266	R\$ 388.000	R\$ 914.500	R\$ 856.300	R\$ 113.900	R\$ 67.800	-	R\$ 6.934.998
Parcelamento - dívida corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 15.000	R\$ 644.100	R\$ 563.200	R\$ 377.700	-	R\$ 45.500	R\$ 632.600	R\$ 854.700	-	R\$ 3.132.800
Punido - dívida ativa	-	R\$ 1.400	-	-	-	-	-	R\$ 43.100	R\$ 105.763	R\$ 102.001	R\$ 1.456.178	R\$ 3.552.731	R\$ 3.023.781	R\$ 4.771.515	R\$ 3.656.600	R\$ 3.254.700	R\$ 5.722.700	R\$ 1.351.500	-	R\$ 27.041.969
Punido - dívida corrente	R\$ 542.800	R\$ 365.100	R\$ 360.400	R\$ 508.200	R\$ 610.600	R\$ 621.300	R\$ 131.000	R\$ 61.850	R\$ 13.393	R\$ 35.350	R\$ 133.901	R\$ 92.850	R\$ 180.300	R\$ 33.700	R\$ 734.300	R\$ 324.000	R\$ 1.723.600	R\$ 24.723.920	R\$ 5.124.150	R\$ 36.320.714
Quitado	R\$ 2.100	R\$ 1.000	R\$ 4.900	R\$ 12.200	R\$ 11.700	R\$ 14.250	R\$ 4.900	R\$ 17.000	R\$ 68.809	R\$ 668.011	R\$ 2.690.893	R\$ 7.893.009	R\$ 12.905.447	R\$ 16.484.162	R\$ 11.823.500	R\$ 12.385.127	R\$ 13.522.200	R\$ 12.528.800	R\$ 268.900	R\$ 91.306.908
Recurso - dívida corrente	-	-	-	-	R\$ 4.900	-	R\$ 400	R\$ 102.300	R\$ 21.300	R\$ 20.000	R\$ 57.800	R\$ 19.100	R\$ 15.600	R\$ 629.300	R\$ 5.290.800	R\$ 15.221.000	R\$ 16.295.100	R\$ 14.948.300	R\$ 10.626.700	R\$ 63.252.600
Total geral	R\$ 555.300	R\$ 373.100	R\$ 370.900	R\$ 535.600	R\$ 630.000	R\$ 647.350	R\$ 196.800	R\$ 249.250	R\$ 236.868	R\$ 971.482	R\$ 7.587.987	R\$ 17.187.922	R\$ 29.709.758	R\$ 31.423.590	R\$ 27.575.150	R\$ 33.356.777	R\$ 38.869.150	R\$ 56.204.520	R\$ 16.124.550	R\$ 262.806.055

Fonte – Sistema Integrado de Gestão de Créditos da ANAC – SIGEC

Critérios:

1. Ano do Vencimento;
2. Valor Original da Multa (R\$);
3. Agrupamento das situações dos créditos lançados:
 - Cancelado – Situações: CA e CAN.
 - Depósito Judicial – Situações: GDE, GPE, SDE e SDJ.
 - Parcelamento de Dívida Ativa: PP e DA-PC.
 - Parcelamento Dívida Corrente: PC.
 - Devedor Dívida Ativa: DA, DA-CD e DA-CD-EF.
 - Punido em Dívida Corrente: PU, DC1, PU1, DC2, PU2, DC3, PU3, ITD, IT2, ITT, IT3, IN3 e INR.
 - Recurso Dívida Corrente: RE, RE2, RS, DG2, DG3, AD3, RE3, RVS, RVT e RAN.
 - Quitado: PG e PGDJ.

Legenda do Campo Situação

DC1 - Decidido em 1ª instância mas ainda aguardando ciência

PU1 - Punido 1ª Instância

RE2 - Recurso de 2ª Instância

ITD - Recurso em 2ª instância intempestivo , mas ainda aguardando ciência do infrator

DC2 - Decidido em 2ª instância mas aguardando ciência

DG2 - Diligências por iniciativa da 2ª instância

CAN - Cancelado

PU2 - Punido 2ª instância

IT2 - Punido pq recurso em 2ª foi intempestivo

RE3 - Recurso de 3ª instância

ITT - Recurso em 3ª instância intempestivo , mas ainda aguardando ciência do infrator

IN3 - Recurso não foi admitido a 3ª instância

AD3 - Recurso admitido em 3ª instância

DC3 - Decidido em 3ª instância mas aguardando ciência

DG3 - Diligências por iniciativa da 3ª instância

RVT - Revisto

RVS - Processo em revisão por iniciativa do interessado

INR - Revisão a pedido ou por iniciativa da ANAC não foi admitida

PU3 - Punido 3ª instância

IT3 - Punido pq recurso em 3ª instância foi intempestivo

RAN - Processo em revisão por iniciativa da ANAC

CD - CADIN

EF - EXECUÇÃO FISCAL

PP - PARCELADO PELA PROCURADORIA

GPE - GARANTIA DA EXECUÇÃO POR PENHORA REGULAR E SUFICIENTE

SDE - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE POR DEPÓSITO JUDICIAL

SDJ - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE POR DECISÃO JUDICIAL

GDE - Garantia da Execução por Depósito Judicial

PC - PARCELADO

PG - Quitado

DA - Dívida Ativa

PU - Punido

RE - Recurso

RS - Recurso Superior

CA - Cancelado

PGDJ – Quitado Depósito Judicial Convertido em Renda

Assim, a tabela abaixo traz uma visão do estoque no final dos exercícios financeiros de 2012, 2013, 2014 e 2015 em que se verifica um aumento percentual de processos em cobrança (créditos em dívida corrente), na ordem de 50% se comparado 2015 a 2014 devido a um aumento no volume de multas lançadas e uma diminuição dos processos com potencial risco de prescrição – os constituídos até 2010 (para o estoque de 2015) se comparado a 2014.

TABELA 14 – NÚMERO E PERCENTUAL DE PROCESSOS DE COBRANÇA COM RISCOS DE PRESCRIÇÃO

	Estoque ao final do exercício				Variação 2015/2014
	2012 (a)	2013 (a)	2014 (b)	2015 (c)	
I) Processos em cobrança (*)	3.560	3.932	4.537	6.806	50,0%
II) Processos em cobrança constituídos até 2008 (a), 2009 (b) ou 2010 (c)	2.039	2.011	1.963	1.958	-0,25%
(%) Percentual (II/I)	57,3%	51,1%	43,3%	28,8%	

Fonte – Sistema Integrado de Gestão de Créditos da ANAC – SIGEC.

Crerios: Ano de Lançamento da Multa. Créditos que não foram inscritos em dívida ativa, não tiveram a exigibilidade suspensa por recurso administrativo ou judicial e que não foram objeto de pagamento e/ou benefício de parcelamento.

Ademais, verifica-se que os processos constituídos até o exercício financeiro de 2010 representam 1.958 processos, sendo que grande parte são multas lançadas até o exercício financeiro de 2005 (95,5% – 1.870 multas).

A Lei nº 9.873 de 1999 estabelece o prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta. A prescrição da ação punitiva (processamento da multa) e o prazo prescricional da ação executória (cobrança da multa) possuem uma série de atos que interrompem a prescrição, nos termos dos artigos 2º e 2º-A da referida Lei. E tais atos que podem interromper a prescrição, salvo melhor juízo, envolvem tanto atividades da 1ª instância (SIA, SAR, SPO e SAS), quanto da 2ª instância (JR), e também Dívida Ativa (DDA/PF-ANAC) e GPOF/SAF.

Quantidade de multas canceladas ou suspensas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de cancelamento e suspensão em relação ao total de multas aplicadas anualmente, nos dois últimos exercícios

Para essa informação, extraiu-se do estoque de processos de multas do SIGEC, em 11/01/2016, a quantidade e o valor original das multas canceladas e suspensas em instâncias administrativas (o critério de filtro utilizado para separação do exercício financeiro é o ano de lançamento da multa), conforme tabela a seguir.

TABELA 15 – MULTAS APLICADAS, CANCELADAS E SUSPENSAS NA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

DESCRIÇÃO	2013	2014	2015	Crescimento 2015/2014	Crescimento 2015/2013
Valor original de multas canceladas (R\$)	R\$ 530.650	R\$ 505.950	R\$ 1.124.150	122,19%	111,84%
Qtde de multas canceladas	112	140	281	100,71%	150,89%
Valor original de multas suspensas em instância administrativa (R\$)	R\$ 14.471.000	R\$ 15.701.800	R\$ 24.428.700	55,58%	68,81%
Qtde de multas suspensas em instância administrativa	2051	2096	612	-70,80%	-70,16%
Valor original de multas aplicadas	R\$ 27.213.277	R\$ 29.279.500	R\$ 58.020.620	98,16%	113,21%
Qtde de multas aplicadas	4746	5314	6883	29,53%	45,03%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Créditos da ANAC - SIGEC.

Critério: Ano do lançamento da multa e valor original do lançamento. Multas Suspensas em Instância Administrativa – situação dos créditos: RE, RE2, RS, DG2, DG3, AD3, RE3, RVS, RVT e RAN, e Multas Canceladas – situação dos créditos: CA e CAN.

O parágrafo 1º do art. 61 da Instrução Normativa ANAC nº 08 de 2008 prevê que, antes da decisão em primeira instância, poderá o autuado apresentar requerimento dirigido à autoridade competente para o processamento da autuação, renunciando ao contencioso administrativo e postulando o arbitramento de multa para imediato cumprimento, hipótese em que será concedido desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da multa.

O aumento na quantidade de multas canceladas em 2015 deveu-se principalmente pela prática de cancelar multas lançadas no SIGEC com o benefício de desconto. Quando ocorre a perda do benefício na fase de defesa prévia, período em que o devedor poderia pagar a multa com desconto de 50%, a multa é cancelada para que seja lançada novamente no sistema com o valor original.

Em complemento, as informações abaixo têm como fonte a base de dados do Sistema Integrado de Gestão de Créditos – SIGEC. Os dados foram extraídos e aplicados no modelo definido pelo TCU.

QUADRO 13 – ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - QUANTIDADE

QUANTIDADES DE MULTAS

Multas Aplicadas		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)										Validação			
						Suspensas Administrativamente		Multas não inscritas no CADIN		Multas com Risco de Prescrição Executória		Outras		Total das Multas Exigíveis e Definitivamente		Demais Situações		Multas Aplicadas por Período Competência	
Período de Competência	Quantidade	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		2015	2014
		2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014		
2015	6.145	2.041	-	281	-	610	-	2.187	-	0	-	950	-	3137	-	76	-	6.145	-
2014	5.188	474	1.278	31	109	2.093	1.825	475	28	0	0	725	1.947	1.200	1.975	3	1	5.188	5.188
Total	11.333	2.515	1.278	312	109	2.703	1.825	2.662	28	0	0	1.675	1.947	4.337	1.975	79	1	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas		11.333	5.188																

QUADRO 14 – ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS – MONTANTE FINANCEIRO

MONTANTE FINANCEIRO (R\$)

Multas Aplicadas		Descontos		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)						Validação	
								Suspensas Administrativamente		Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas		Demais Situações		Multas Aplicadas por Período de Competência	
Período de Competência	Valores	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		2015	2014
		2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014		
2015	43.431.020,24	0,00	-	8.194.600,00	-	1.124.150,00	-	13.816.700,00	-	19.948.370,24	-	347.200,00	-	43.431.020,24	-
2014	28.653.500,00	0,00	0,00	2.091.950,00	5.359.500,00	87.350,00	418.600,00	15.674.800,00	14.386.750,00	4.863.800,00	8.418.650,00	157.500,00	70.000,00	28.653.500,00	28.653.500,00
Total	72.084.520,24	0,00	0,00	10.286.550,00	5.359.500,00	1.211.500,00	418.600,00	29.491.500,00	14.386.750,00	24.812.170,24	8.418.650,00	504.700,00	70.000,00	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas				72.084.520,24	28.653.500,00										

QUADRO 15 – ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS – ARRECADAÇÃO EFETIVA

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS		
ARRECADAÇÃO EFETIVA (R\$)		
Período de Competência da Multa Aplicada	Valores efetivamente arrecadados	
	Exercícios	
	2015	2014
2015	7.944.633,98	-
2014	1.682.312,07	5.797.024,55
Total	9.626.946,05	5.797.024,55

Segue abaixo quadro de indicadores vinculado às informações apresentadas nos quadros anteriores.

QUADRO 16 – INDICADORES DE MULTAS DAS ENTIDADES FISCALIZADORAS – ACÓRDÃO 482/2013-TCU-PLENÁRIO

Indicadores de Multas das Entidades Fiscalizadoras - Acórdão 482/2013-TCU-Plenário					
Subitem do Acórdão	Unid.	Multas	Fórm.	2015	2014
9.6.1 Número absoluto e percentual de pessoas físicas ou jurídicas pendentes de inscrição no Cadin.	Qtde	Não inscritas no Cadin	a	2.662	28
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	4.337	1.975
	%	Físico	a/b x 100	61,38%	1,42%
9.6.2 Número absoluto e percentual de processos de cobrança de multas que (...) sofram maiores riscos de prescrição.	Qtde	Risco de Prescrição Executória	a	0	0
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	4.337	1.975
	%	Físico	a/b x 100	0,00%	0,00%
9.6.3 Quantidade de multas canceladas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de cancelamento em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Canceladas	a	312	109
	Qtde	Aplicadas	b	11.333	5.188
	%	Físico	a/b x 100	2,75%	2,10%
	R\$	Canceladas	c	1.211.500,00	418.600,00
	%	Financeiro	c/d x 100	1,68%	1,46%
9.6.3 Quantidade de multas suspensas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de suspensão em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Suspensas	a	2.703	1.825
	Qtde	Aplicadas	b	11.333	5.188
	%	Físico	a/b x 100	23,85%	35,18%
	R\$	Suspensas	c	29.491.500,00	14.386.750,00
	%	Financeiro	c/d x 100	40,91%	50,21%
9.6.4 Percentuais de recolhimento de multas (em valores e em número de multas recolhidas)	Qtde	Arrecadadas	a	2.515	1.278
	Qtde	Aplicadas	b	11.333	5.188
	%	Físico	a/b x 100	22,19%	24,63%
	R\$	Arrecadadas	c	10.286.550,00	5.359.500,00
	%	Financeiro	c/d x 100	14,27%	18,70%

Percentuais de recolhimento de multas (em valores e em número de multas recolhidas) nos últimos dois exercícios

A Tabela abaixo contempla a arrecadação de multas nos exercícios financeiros de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. Com relação a 2011, a arrecadação de 2015 sofreu um aparente decréscimo de 3,16%.

No entanto, importa destacar que ocorreu um fato atípico em 2011, relativamente à aplicação de penalidade e recolhimento de 02 (duas) multas pela VRG Linhas Aéreas, uma no valor de R\$ 5.299.000,00, aplicada em 2010 e recolhida em 2011, a outra, no valor de R\$ 2.605.750,00, aplicada e recolhida em 2011. Assim, retirado o recolhimento dessas multas excepcionais, a arrecadação de 2015 cresceu 63,49% em relação a 2011. Portanto, em 2015 tivemos a maior arrecadação de multas da série histórica da ANAC.

Verifica-se, também, um aumento quantitativo de multas quitadas no comparativo 2015/2014, crescimento de 5,9%, e 2015/2011, crescimento de 63%.

TABELA 16 – ARRECADAÇÃO DE MULTAS POR INFRAÇÃO AO CBA 2011, 2012, 2013, 2014 E 2015 E QUANTIDADE DE MULTAS QUITADAS

DESCRIÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	Crescimento 2015/2014	Crescimento 2015/2011
Arrecadação multas por infração ao CBA (R\$)	R\$ 19.389.505	R\$ 14.354.502	R\$ 15.249.943	R\$ 18.177.728	R\$ 18.776.436	3,29%	-3,16%
Qtde de multas quitadas	1826	1747	2266	2809	2975	5,91%	62,92%

(1) Fonte: SIAFI – Conta Contábil: 191140000 - RECEITA REALIZADA (2011 a 2014) e Conta Contábil – 621200000 (2015)

(2) Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Créditos da ANAC - SIGEC

TABELA 17 – ARRECADAÇÃO DE MULTAS POR INFRAÇÃO AO CBA 2011 E 2015 (RETIRADAS AS MULTAS RECOLHIDAS NO VALOR DE R\$ 5.299.000,00 E R\$ 2.605.750,00 NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011) E QUANTIDADE DE MULTAS QUITADAS

DESCRIÇÃO	2011	2015	Crescimento 2015/2011
Arrecadação multas por infração ao CBA (R\$)	R\$ 11.484.755	R\$ 18.776.436	63,49%
Qtde de multas quitadas	1824	2975	63,10%

(1) Fonte: SIAFI - Conta Contábil: 191140000 - RECEITA REALIZADA (2011) e Conta Contábil – 621200000 (2015)

(2) Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Créditos da ANAC – SIGEC

Medidas adotadas e resultados alcançados relativamente às questões descritas nos subitens anteriores

As ações desenvolvidas em 2008 e 2009 continuaram impactando positivamente a arrecadação de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. A ANAC, em 2009, buscou no mercado público uma solução tecnológica para a gestão dos créditos de sua titularidade e customizou/adaptou, às suas peculiaridades, o Sistema Integrado de Gestão de Crédito – SIGEC, desenvolvido pela ANATEL, que cedeu os ‘códigos fontes’ do sistema para a Agência.

A Agência também editou normas dispendo sobre o processo administrativo para a apuração de infrações e aplicação de penalidades, como a Resolução ANAC nº 25/2008 e a Instrução Normativa ANAC nº 08/2008. Ambas normas foram alteradas posteriormente: a primeira pela Resolução ANAC nº 114/2009 e a segunda pela Instrução Normativa nº 09/2008.

Contudo, a medida que causou maior impacto na arrecadação foi a redação dada pela Resolução nº 114/2009 ao inciso III, do parágrafo único, do Art. 24, da Resolução ANAC nº 25/2008. O referido inciso III prevê o impedimento à realização de homologações, registros, concessões, transferência de aeronaves, renovação de Certificados ou qualquer prestação de serviços ao inadimplente que teve débito inscrito em dívida ativa.

Essa medida restritiva teve impacto imediato em todas as atividades realizadas pela ANAC e de interesse do administrado, tais como:

- a) não realização de inclusão ou alteração de horário de transporte – HOTRAN;
- b) não realização de transferência de aeronaves;
- c) não realização de vistorias;
- d) não realização de renovação de Certificados de Habilitação Técnica; e,
- e) não realização de quaisquer das 343 atividades previstas no Anexo III da Lei nº 11.182/2005.

Com essas restrições, as principais companhias aéreas realizaram o pagamento de um estoque considerável de multas evitando assim a inscrição em dívida ativa.

Portanto, uma série de fatores vêm contribuindo com a manutenção da arrecadação de Multas por infrações ao Código Brasileiro de Aeronáutica – CBA e entre eles destacam-se:

- O aumento na quantidade de Recursos Julgados (Junta Recursal);
- Convênio com a Receita Federal do Brasil para acesso ao Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas para obtenção de endereços atualizados para remessa de notificações de decisão;
 - Identificação de processos semelhantes, ou seja, aqueles que continham a mesma matéria aeronáutica, como forma de, assim, viabilizar a relatoria e, por conseguinte, o fluxo de processos decididos e julgados;
 - Implantação do Sistema de Dívida Ativa da ANAC e Nada Consta de Multas por Infração ao CBA – Certidão de Débitos em Dívida Ativa (2009);
 - Inclusão do CPF/CNPJ dos inadimplentes no CADIN (2009);
 - Aumento do encargo por atraso no pagamento. Além da Taxa SELIC, para as multas vencidas a partir de 04/12/2008, é cobrada multa moratória de 0,33% ao dia até o limite de 20% (MP 449/08, convertida em Lei nº 11.941/2009);
 - Aumento de pedidos do benefício de desconto de 50% do valor da multa ainda na fase de defesa prévia do auto de infração nos termos do parágrafo 1º do art. 61 da IN/ANAC nº 08/2008.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Conforme já supracitado, no item “DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO”, os indicadores do processo de avaliação de institucional do 6º ciclo avaliativo contemplam o período de 01 de novembro de 2014 até 31 de outubro de 2015. O resultado dos índices de desempenho das metas globais referentes ao 6º ciclo foram tornados públicos por meio da Portaria nº 3.202, de 1º de dezembro de 2015, e são os seguintes:

TABELA 18 – RESULTADO DAS METAS GLOBAIS DO SEXTO CICLO AVALIATIVO

Indicador	Metas Globais	Previsto	Realizado	Resultado Final
Fiscalizações Realizadas	M1) Cumprir 80% das atividades de vigilância continuada e ação fiscal programadas	80% do programado	99% do programado	100%
Certificações realizadas	M2) Concluir 80% dos processos de certificação nos prazos definidos	80% do programado	83% do programado	100%
Cumprimento da Agenda Regulatória	M3) Cumprir 80% do programado na Agenda Regulatória	80% do programado	92% do programado	100%

Já o resultado das metas intermediárias, segregadas por macroprocessos da Agência, pode ser encontrado por meio do endereço: [http://www2.anac.gov.br/Arquivos/avaliacoes/Metas Intermediarias_6ciclo.pdf](http://www2.anac.gov.br/Arquivos/avaliacoes/Metas_Intermediarias_6ciclo.pdf).

O resultado referente ao Programa 2017 – Aviação Civil do Plano Plurianual 2012 2015 pode ser visualizado no item “OBJETIVOS ESTABELECIDOS NO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS”.

GOVERNANÇA

DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

No contexto da implementação do Programa de Fortalecimento Institucional – PFI na Agência, os principais componentes definidos foram o Grupo de Desempenho Institucional – GDI, o Grupo de Desenvolvimento Técnico – GDT, a definição do modelo de Governança e a definição do modelo de Gestão da ANAC.

Em relação ao modelo de Governança, o PFI traz como diretriz a segregação das funções e atividades entre a Diretoria e Superintendências. Esse modelo de Governança encontra-se em construção e ainda não foi formalmente definido.

Em relação às estruturas de governança da Agência pode-se citar, além da Diretoria, as seguintes: Unidade de Auditoria Interna, Corregedoria, Conselho Consultivo da ANAC e Comitê de Tecnologia da Informação. Informa-se que todas as estruturas citadas serão tratadas no presente tópico com exceção do Comitê de TI que será abordado no tópico “Áreas Especiais da Gestão”, subtópico “Gestão da Tecnologia de Informação”.

INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADO

Diretoria Colegiada

A Diretoria Colegiada é o órgão de deliberação máxima da Agência. Ela é composta por 1 (um) Diretor-Presidente e 4 (quatro) Diretores, que decidirão por maioria absoluta, cabendo ao Diretor-Presidente, além do voto ordinário, o voto de qualidade.

O Anexo à Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009 (Regimento Interno da ANAC), define em seu artigo 9º que compete à Diretoria, em regime de colegiado, analisar, discutir e decidir, em instância administrativa final, as matérias de competência da Agência. Além disso são listadas todas suas competências.

Em relação ao processo de escolha dos dirigentes e às exigências quanto ao perfil, a lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que criou a ANAC, determina em seu art. 12 que "*os diretores serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados pelo Presidente da República, após serem aprovados pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.*".

Merece destaque ainda o caput do art. 14, que trata das hipóteses de perda de mandato dos dirigentes: "*os diretores somente perderão o mandato em virtude de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado, ou de pena demissória decorrente de processo administrativo disciplinar*". Ainda de acordo com esse dispositivo legal, o referido processo administrativo disciplinar deve ser instaurado pelo Ministro Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e conduzido por comissão especial conduzida por servidores públicos estáveis (art. 14, §2º).

Colegiado: Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo da ANAC, criado pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e regulamentado pela Resolução ANAC nº 319, de 27 de maio de 2014, é composto por 19 conselheiros

designados pelo Diretor-Presidente da Agência, sendo um indicado pelo Comando da Aeronáutica e os demais indicados pelos segmentos nele representados. Trata-se de órgão de assessoramento da Diretoria Colegiada da Agência em que há participação institucional dos diversos segmentos que compõem a aviação civil brasileira – a saber: serviços de transporte aéreo; serviços aéreos especializados; usuários de serviços aéreos; exploradores de serviços de infraestrutura aeroportuária; aviação geral, aeroclubes e aerodesporto; indústria aeronáutica e de manutenção aeronáutica; trabalhadores do setor; instituições de formação e adestramento de pessoal destinado à aviação civil; e empresas prestadoras de serviços auxiliares.

Suas reuniões ocorrem trimestralmente e têm como objetivo discutir propostas de aprimoramento regulatório, debater temas de interesse comum dos diversos segmentos representados e elaborar pareceres que auxiliem a Diretoria em suas deliberações, zelando para que o desenvolvimento da aviação civil brasileira ocorra de forma sustentável – ambiental, social, cultural e economicamente.

Ao Conselho Consultivo da ANAC é facultada a criação de Câmaras Técnicas Setoriais, que são formas de aglomeração de dois ou mais segmentos representados no órgão para discussão, elaboração de estudos e proposição de ações, sempre com embasamento técnico, para temas específicos da regulação realizada pela ANAC. As propostas resultantes dos trabalhos das Câmaras Técnicas Setoriais dependem de consenso entre seus membros e são encaminhadas ao Conselho Consultivo sob a forma de parecer.

Durante o ano de 2015, foram realizadas 2 reuniões e finalizados os trabalhos da Câmara Técnica do Marco Tarifário, por meio da apresentação do seu relatório final. Além disso, esse ano foi marcado pelo fim do segundo mandato do Conselho Consultivo, que teve início em 2012, e pela abertura de processo seletivo para escolha dos novos integrantes.

Ressalta-se, no entanto, que o Conselho Consultivo é um órgão de natureza consultiva, e não deliberativa. Assim, na maioria das vezes, seu papel resume-se a “aconselhar” a Diretoria da Agência através das opiniões emitidas pelos conselheiros – estas nem sempre unânimes – e de sugestões de procedimentos que, posteriormente, são encaminhados para avaliação das áreas técnicas.

ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna

A Auditoria Interna da ANAC atua sob a orientação normativa da Controladoria-Geral da União e a supervisão técnica da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (Ciset/PR), conforme previsto no Decreto nº 3.591/2000, alterado pelo Decreto nº 4.304/2002, sem, contudo, descuidar do acompanhamento das práticas recomendadas pelo *Institute of Internal Auditors* (IIA) e pelo Conselho Federal de Contabilidade no Brasil, conforme art.6º da Instrução Normativa ANAC nº 25, de 7 de julho de 2009.

A citada Instrução Normativa pode ser consultada no Portal da Agência, por meio do link: <http://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/instrucoes-normativas/instrucoes-normativas-2009/instrucao-normativa-no-023-de-23-06-2009>.

Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna

A Auditoria Interna é um órgão de assistência direta e imediata à Diretoria, subordinada administrativamente ao Diretor-Presidente. Atua de forma independente, tendo por base as atribuições, os planos, as metas, os objetivos e as políticas definidas na Agência, abrangendo as atividades, os programas, as operações e os controles existentes.

Auxilia na realização dos objetivos delineados pela ANAC a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gestão de riscos, controle e governança.

Visando à objetividade, a AUD utiliza-se de metodologia de aplicação de matriz de risco, para priorização dos processos a serem auditados, bem como de mapeamento dos objetivos, riscos e controles na fase da execução das auditorias.

Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas

Não aplicável.

Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da Agência

Em 2015, a Auditoria Interna da ANAC contou com um quadro composto de 13 pessoas para execução de 6 processos de trabalho. Esses processos estão distribuídos em duas áreas organizadas informalmente (Planejamento/Relacionamento com órgãos externos de Controle; e Execução das Auditorias). Com o intuito de iniciar a estruturação da Auditoria Interna, a Diretoria destinou, a partir de dezembro de 2013, dois cargos CCT-V, para os quais foram designados servidores responsáveis por cada área de atuação da AUD.

Em 6 de julho de 2015, foi publicado no DOU a nomeação do titular da Auditoria Interna para exercer o cargo em comissão de código CGE II, ficando compatível aos demais cargos de chefes da Procuradoria, Ouvidoria e Corregedoria da ANAC. Anteriormente, o chefe da AUD ocupava cargo de assessoramento CA II da presidência da Agência.

A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da unidade de Auditoria Interna é submetida à aprovação da Diretoria Colegiada e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União – CGU. Em atenção ao art. 5º da Portaria nº 915, de 29/4/2014, da CGU, foi encaminhado o Ofício 427/2014/GAB/DIR-P, em 3/7/2014, ao Secretário Federal de Controle Interno, com os dados do chefe da Auditoria Interna da Agência.

De acordo com o Regimento Interno, Resolução nº 110, de 15/9/2009, a Auditoria Interna é órgão de assistência direta e imediata à Diretoria da ANAC.

Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações

A Auditoria Interna é considerada instância interna de apoio à governança e comunica qualquer disfunção identificada à alta administração.

O processo de execução de auditoria prevê o envio de relatório resumo aos Diretores, onde consta o assunto e a recomendação realizada. No processo de acompanhamento, no caso de entendimentos distintos entre a Auditoria e a unidade recomendada, a recomendação considerada relevante será encerrada somente com a anuência da Diretoria.

O estabelecimento de meta institucional às Unidades, com o objetivo de zerar estoques de recomendações vencidas, tem sido outra forma de comunicar a situação das recomendações da Auditoria Interna à alta administração. Com essa prática, houve maior envolvimento dos gestores com os trabalhos de auditoria e significativo empenho para o cumprimento das recomendações.

Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência

Auditoria Interna comunica ao Diretor-Presidente ou à Diretoria Colegiada casos de não implementação de recomendação da Auditoria Interna. Nessa situação, são informados os riscos envolvidos à estrutura de governança da Agência e solicitado, por meio de processo administrativo, posicionamento sobre a resposta que deverá ser dada ao risco em questão.

Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrente.

Não houve.

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

A Corregedoria, enquanto Órgão de Assistência Direta e Imediata à Diretoria da ANAC, segundo previsão contida nos Arts. 23 e 24 do Regimento Interno da ANAC, encontra-se subordinada administrativamente à Diretoria Colegiada e compõe a estrutura básica da Agência, conforme o Art. 9º da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005.

Esta Unidade Jurisdicionada está vinculada, para fins de correição, à Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República – Ciset/SG/PR, que exerce as atribuições de Unidade Seccional de Correição dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, conforme determina o § 3º do art. 2º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 7.128, de 11 de março de 2010.

A Presidência e a Vice-Presidência da República passaram a contar com estrutura correcional própria a partir da entrada em vigor do Decreto nº 7.688, de 2 de março de 2012, que em seu inciso XII do art. 21 do Anexo I, estabeleceu que aquela Unidade Setorial de Controle Interno atuaria também na prevenção e apuração de ilícitos disciplinares no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República, das entidades a eles vinculadas, e da Vice-Presidência da República, por meio do acompanhamento, instauração e condução de procedimentos correcionais.

Após a criação de estrutura específica, a Ciset/SG/PR estabeleceu, por meio da Portaria Ciset/SG/PR nº 13, de 21 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 24 de dezembro de 2012, Seção 1, pág. 3/5, os procedimentos que seriam adotados para a condução dos trabalhos correcionais na Presidência e na Vice-Presidência da República, dentre os quais podem ser destacados: i) inspeções

de correição nas unidades vinculadas; ii) instauração de sindicâncias investigativas e investigações preliminares; iii) adoção de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC em infrações disciplinares de menor gravidade; iv) acompanhamento da condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares nas unidades vinculadas e v) auxílio aos gestores na tomada de decisão em procedimentos disciplinares.

Importa salientar, contudo, que inobstante a transformação legal da Ciset/SG/PR em órgão de correição, tendo em vista o disposto no art. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em nada se alterou a competência originária desta Corregedoria quanto à instauração de procedimentos apuratórios, o que preservou seu caráter de Unidade Seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal e a manteve subordinada tecnicamente à Controladoria-Geral da União – CGU, Órgão Central do Sistema, conforme previsto no Decreto nº 5.480/2005 e na Portaria CGU nº 335, de 30 de maio de 2006.

Em razão desta subordinação técnica, a atual gestão da Corregedoria da ANAC, que assumiu suas funções no mês de Julho de 2015, a partir da informação recebida da gestão anterior da unidade, informa que foram cumpridos os prazos assinalados no Art. 4º da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, quais sejam 60, 90 e 120 dias para o registro de informações no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, conforme as situações previstas naquele artigo, bem como afirma que observa o dever de zelo pela integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações registradas no sistema, de acordo com o Art. 5º da portaria mencionada.

Necessário destacar ainda que, de 16 a 27 de novembro de 2015, a Ciset realizou uma Inspeção Correicional na Unidade Jurisdicionada da ANAC (na sede em Brasília e na Representação Regional do Rio de Janeiro) para avaliar o desempenho da atividade correicional no âmbito da Agência. A referida Inspeção ainda se encontra em andamento, estando na fase de elaboração do relatório final.

Em relação aos principais resultados observados pela Unidade, a partir dos registros no CGU-PAD, desde a data de instalação da ANAC – 21 de março de 2006 – até o dia 31 de dezembro de 2015, foram instaurados 107 procedimentos disciplinares na Corregedoria da ANAC, sendo:

- a) 39 Sindicâncias;
- b) 67 Processos Administrativos Disciplinares;
- c) 01 Processo Administrativo Disciplinar pelo Rito Sumário.

Necessário registrar que o Sistema foi criado em Julho de 2007 e o primeiro processo disciplinar registrado pela ANAC consta como instaurado na data de 23 de maio de 2008.

Dentro do universo de procedimentos correicionais mencionado anteriormente, somente no ano de 2015 foram instaurados 03 (três) PADs, 01 (uma) Sindicância e 01 (um) PAD Rito Sumário. Caber destacar que no último ano foram abertos 22 procedimentos de investigação preliminar, dentre os quais 02 foram arquivados em razão da improcedência das denúncias e os demais se encontram em fase de instrução, devido à necessidade de efetivação de diligências mínimas para consubstanciar o juízo de admissibilidade.

Duas iniciativas implementadas em 2015 na área correicional merecem ser destacadas. A primeira delas é uma parceria firmada com todas as Superintendências finalísticas da Agência com vistas a:

a) análise do atual passivo existente de processos administrativos sancionatórios prescritos encaminhados para a Corregedoria;

b) definir metodologia para a análise de eventuais novos processos encaminhados em decorrência do levantamento realizado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 2242, de 20 de agosto de 2015.

A segunda iniciativa diz respeito à criação de um mecanismo de resolução de conflitos de pessoal da ANAC. Necessário registrar, por oportuno, que a Estratégia 3.2.3 do Planejamento Estratégico 2015/2019 da Agência, é voltada para a Promoção da qualidade de vida no trabalho dos colaboradores. A partir dessa premissa, a nova linha de gestão da Corregedoria da ANAC tem focado a sua atuação na prevenção dos ilícitos administrativos. Dentro desse contexto, a ANAC publicou a Portaria 2712, de 9 de outubro de 2015 (publicada no BPS V.10 Nº 41), estabelecendo o PGCP – Protocolo de Gestão de Conflitos de Pessoal, que constitui um novo foro destinado à resolução de conflitos de pessoal da Agência.

A ideia desse Grupo de Trabalho (que é composto por representantes da Corregedoria, Ouvidoria, Superintendência de Gestão de Pessoas e Comissão de Ética) é facilitar a interlocução entre as partes envolvidas na demanda, dentro de um processo dialético de equacionamento dos conflitos de pessoal. Em apenas 5 (cinco) meses de existência do GT (que foi criado em outubro de 2015), a Corregedoria da Agência já verificou uma diminuição significativa no que diz respeito à instauração de investigações preliminares.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Considerando a gestão de riscos sob um aspecto abrangente, pode-se contemplar a identificação e avaliação de riscos; seleção e implementação de respostas aos riscos avaliados; monitoramento de riscos, de controles e do processo de gestão de riscos; e comunicação sobre riscos com partes interessadas.

Dessa forma, o processo de gestão de riscos na ANAC pode ser analisado sob dois aspectos diferentes: os riscos associados à segurança operacional do sistema de aviação civil e os riscos associados aos processos internos da organização.

Apesar de distintas, essas duas abordagens estão entrelaçadas no contexto institucional da Agência, uma vez que sua própria missão é “garantir a todos os brasileiros a segurança e a excelência da aviação civil”, de forma a contribuir para o desenvolvimento do País e o bem estar da sociedade brasileira.

O primeiro aspecto, o processo de gestão de riscos associados à segurança operacional da aviação civil, encontra-se em uma fase de maturidade avançada, com processos, responsabilidades e padrões seguidos internacionalmente.

Durante o ano de 2014, a ANAC continuou tendo como base de sua atuação na gestão de riscos para o setor regulado o Programa de Segurança Operacional Específico da Agência Nacional

de Aviação Civil (PSOE-ANAC), que contempla as diretrizes e requisitos para orientar a implantação e desenvolvimento de Sistemas de Gerenciamento da Segurança Operacional – SGSO, representando o compromisso da ANAC com a busca da melhoria contínua nos níveis de segurança operacional da aviação civil brasileira.

O SGSO apresenta um processo evolutivo, estruturado para que os provedores de serviços da aviação civil possam gerenciar a segurança de suas operações com o mesmo nível de prioridade que os demais processos de negócio são gerenciados, fornecendo um conjunto de ferramentas gerenciais e métodos organizacionais para apoiar as decisões de forma a garantir que as atividades diárias se desenvolvam dentro de níveis de risco aceitáveis segundo os padrões da Agência e os padrões internacionais. Tais padrões são ditados no âmbito da Organização da Aviação Civil Internacional – OACI –, da qual o Brasil é membro e tem cadeira no primeiro grupo do Conselho desde sua criação.

Em relação aos riscos associados aos processos internos da organização, a ANAC vem se estruturando para sua implementação, de acordo com o horizonte traçado no seu Plano Estratégico 2015- 2019, por meio do objetivo estratégico “Aprimorar o processo decisório e desenvolver a inteligência organizacional”, no qual está prevista a iniciativa “Instituir sistema de gestão corporativa de riscos”.

Para atingir esse objetivo, a Agência, no segundo semestre de 2015, realizou uma série de benchmarkings com outras instituições, como BACEN, FUNCEF, Tribunal Superior do Trabalho, Secretaria da Receita Federal e Ministério da Fazenda. Espera-se, no primeiro semestre de 2016, aprofundar os estudos e discussões internas para que seja possível institucionalizar uma política de gestão de risco corporativa ainda no ano de 2016.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES DE MEMBROS DE COLEGIADOS

Os Administradores e Membros da Diretoria da Agência são remunerados por meio da retribuição dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional de que trata a Lei 11.526, de 4 de outubro de 2007 e alterações posteriores.

INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

A Agência não contratou qualquer empresa de auditoria independente para o exercício de 2015.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Segue abaixo descrição dos canais de acesso do cidadão à ANAC para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

A. Processos/fluxos atuais de atendimento

Inicialmente, o atendimento padronizado da Agência segue o seguinte fluxo:

FIGURA 7 – FLUXO DE MANIFESTAÇÕES REGISTRADAS NO SISTEMA FOCUS
Fluxo de informações – FALE COM A ANAC

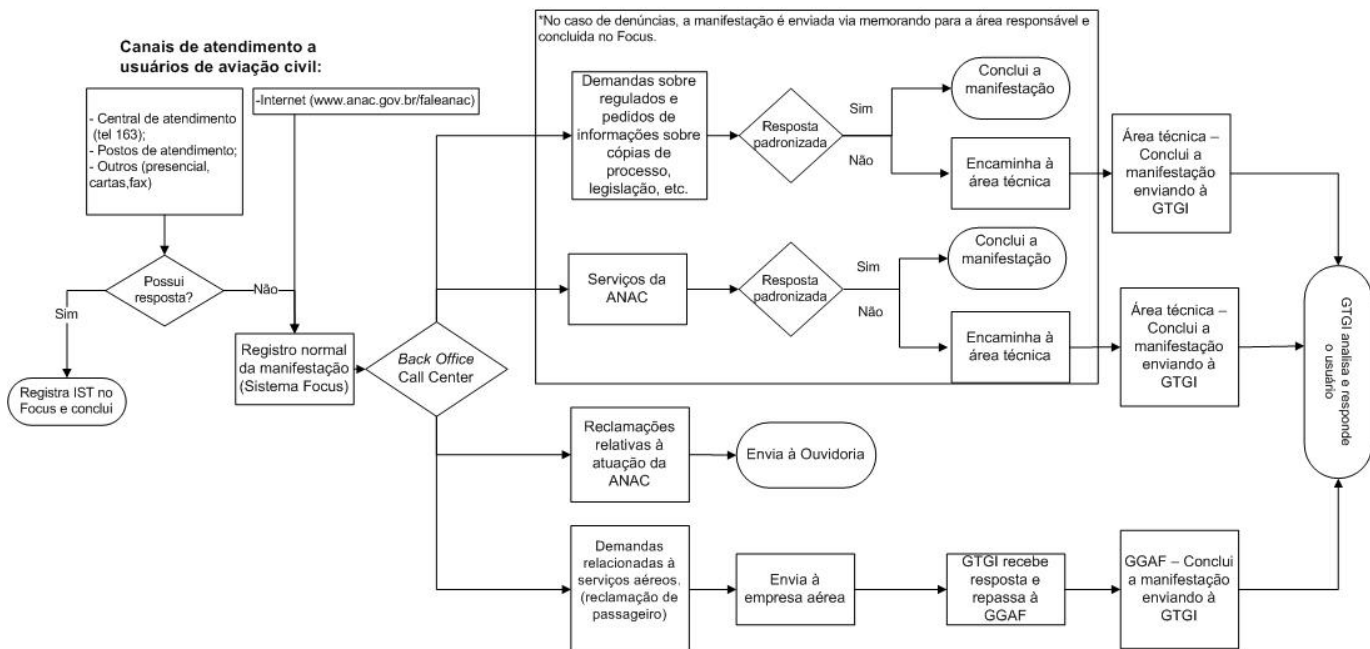
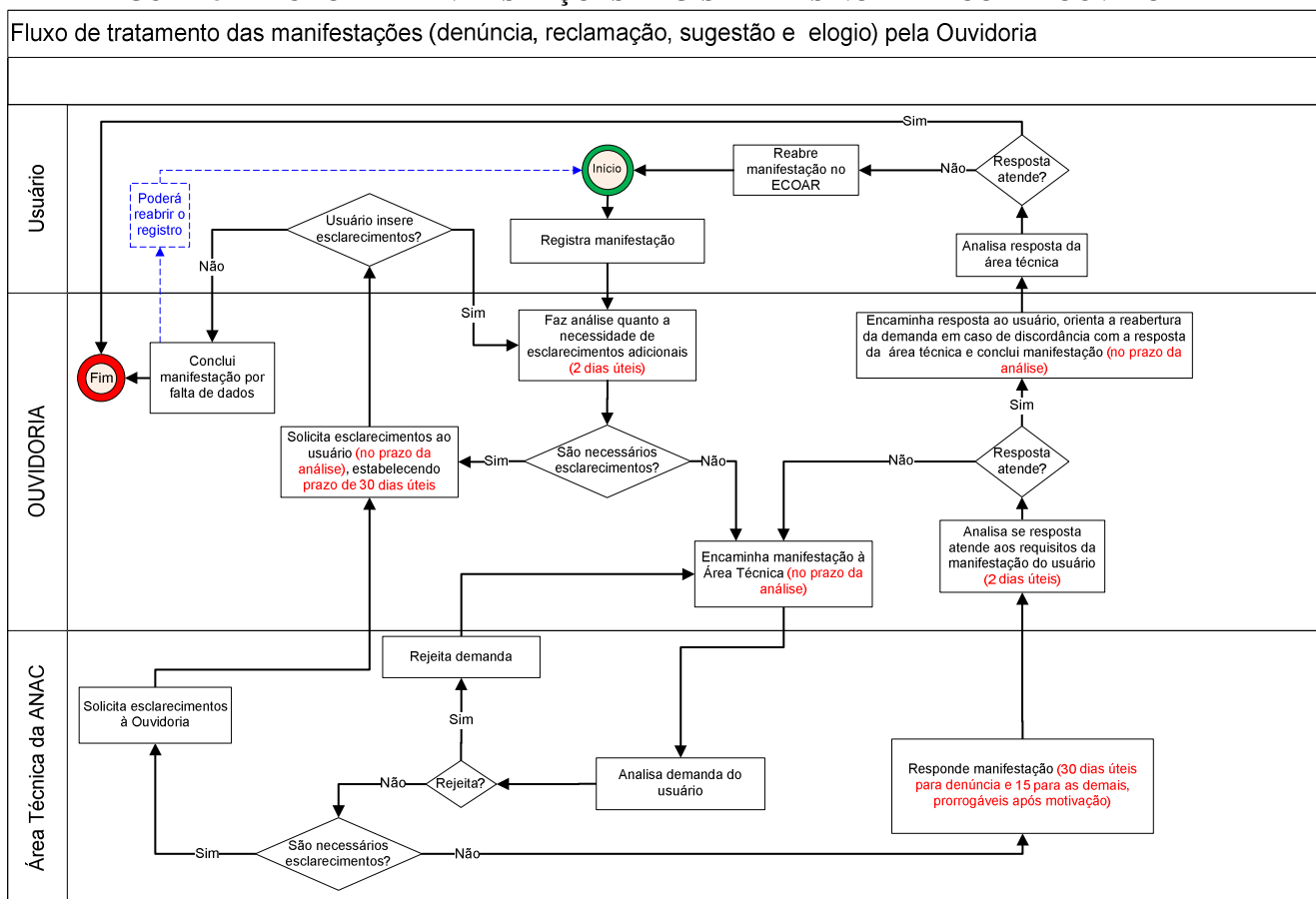


FIGURA 8 – FLUXO DE MANIFESTAÇÕES REGISTRADAS NO FALE COM A OUVIDORIA



Verifica-se que a Agência dispõe de vários meios de contato do público externo com as áreas técnicas, com a utilização dos 06 (seis) canais de entrada divulgados, quais sejam o canal “Fale com a ANAC” na Internet, o canal “Fale com a Ouvidoria” na Internet, o canal “Fale com a ANAC” pelo telefone 163, identificado como a Central de Atendimento, correspondências e o atendimento presencial na sede e nos NURACs, além do e-SIC, sistema de gerenciamento dos pedidos de informação com base na LAI – Lei de Acesso à Informação.

A.1 – Responsáveis técnicos pelo atendimento das manifestações

As respostas oferecidas pela ANAC para as manifestações que entram pelos diversos canais de atendimento devem ser produzidas e/ou geridas por responsáveis de cada uma das áreas técnicas, denominados pontos focais. Assim, mais especificamente, têm-se pontos focais para respostas aos pedidos registrados nos sistemas ECOAR (gerido pela Ouvidoria), e-SIC e FOCUS, ambos geridos pela SAF – Superintendência de Administração e Finanças.

Os pontos focais das Unidades Organizacionais da Agência têm como atribuição atuar de forma integrada com a SAF e a Ouvidoria, observando a qualidade, a tempestividade e os parâmetros de atendimento definidos, com respostas que utilizam linguagem objetiva, transparente, clara e de fácil compreensão, além de oferecer resposta conclusiva às solicitações nos prazos estabelecidos e prestar o apoio necessário à atividade de atendimento ao cidadão.

A.2 – Canal “Fale com a ANAC” – Atendimento Eletrônico via Internet

Acessível em www.anac.gov.br/faleanac, este canal recebe, via atendimento eletrônico, dúvidas, reclamações, sugestões, críticas ou elogios sobre os entes regulados ou fiscalizados pela ANAC, além de servir para tirar dúvidas sobre os serviços prestados pela própria ANAC.

Para operacionalizar o Fale com a ANAC foi desenvolvido o sistema FOCUS – ferramenta eletrônica acessível pelo link <http://www2.anac.gov.br/arus/focus/faleconosco/validarUsuario.asp> – que ao efetivar o registro, gera um número de protocolo e fornece senha individual através da qual o usuário pode acompanhar, em área restrita, o andamento de sua demanda.

O sistema FOCUS centraliza integralmente o circuito de processamento das manifestações possibilitando, a cada área responsável (no âmbito das empresas aéreas e das diversas unidades técnicas da Agência), o acesso ao campo específico de tratamento, no estrito limite de sua competência.

Esse acesso é facultado tão-somente a pessoas formalmente designadas e autorizadas, previamente cadastradas como pontos focais no sistema, preservando-se, destarte, o sigilo dos dados e informações.

A informação postada pelos pontos focais é objeto de análise pela Gerência Técnica de Gestão da Informação (GTGI) da SAF – sob os aspectos de forma – para posterior disponibilidade ao usuário. Em caso de resposta não conclusiva e/ou incoerente a manifestação é redirecionada à área técnica, com vistas à necessária adequação.

Nesta rotina, a manifestação cadastrada segue para um núcleo de triagem, chamado de Back Office (BO), que procede com o encaminhamento ao responsável pela resposta: a) à empresa aérea, quando se trata de queixa ou reclamação, com pedido ou não de reparação por serviço não prestado ou prestado de forma insatisfatória; b) à área técnica responsável, quando se trata de denúncias, reclamações ou informações sobre os serviços prestados pela ANAC.

Após finalização da resposta, a GTGI encaminha ao usuário o que se oferecer.

A.3 – Canal “Fale com a Ouvidoria” – Atendimento Eletrônico via Internet

Acessível em <http://www2.anac.gov.br/arus/focus/faleconosco/validarUsuario.asp?FC=E>, esta ferramenta recebe, via atendimento eletrônico, denúncias com relato de ação ou omissão que apresente indícios de irregularidades em desfavor de servidores públicos e reclamações, críticas, elogios e sugestões sobre a prestação de serviços pela ANAC e por seus agentes.

Após solicitação de login e senha no sistema FOCUS e cadastro da manifestação pelo usuário, a Ouvidoria identifica se realmente é de sua competência. Caso seja, envia ao sistema ECOAR para tratamento interno, gerando um novo número de protocolo de atendimento para acompanhamento pelo usuário. Caso não seja, redireciona ao “Fale com a ANAC” dentro do próprio FOCUS para tratamento próprio.

As demandas de Ouvidoria são direcionadas aos pontos focais das áreas técnicas que devem obediência aos prazos da Instrução Normativa nº 53, de 28 de janeiro de 2011.

Após emissão de resposta pela área técnica, a Ouvidoria avalia a qualidade da resposta emitida e caso não haja necessidade de complementação, responde ao demandante em até 2 dias úteis.

A.4 – Canal “Fale com a ANAC” – Atendimento Telefônico pelo 163

Com a mesma finalidade que os canais A.2 e A.3 descritos anteriormente, este recebe as manifestações dos usuários por meio do atendimento telefônico direcionando-as à Central de Atendimento, hoje sob responsabilidade da empresa Tellus S. A. Informática e Telecomunicações. Com o objetivo de otimizar, agilizar e dinamizar as respostas ao usuário, são disponibilizados roteiros de atendimento escritos pelas áreas técnicas da ANAC, em conjunto com a empresa terceirizada, que são utilizados pelos atendentes do Call Center para sanar as demandas do usuário. Cerca de 70% das solicitações feitas por meio deste canal têm seu atendimento finalizado no que é denominado de atendimento de primeiro nível. As demandas que necessitam de tratamento específico de alguma área técnica são registradas no sistema FOCUS e encaminhadas pelo BO (Back Office), conforme descrição da rotina acima, em A.1.

Os registros efetuados no 163 sobre a prestação de serviços da ANAC e de seus agentes são repassados pelo BO da empresa terceirizada a um repositório específico da Ouvidoria. Após análise do teor da demanda, o técnico de Ouvidoria transfere a manifestação ao sistema informatizado ECOAR para direcionamento aos pontos focais indicados exclusivamente para responder a este setor.

De acordo com os dados apresentados mensalmente pela Gerência Técnica de Gestão da Informação – GTGI da SAF, atualmente, cerca de 80% dos registros de manifestações de cidadãos são feitos por meio do Call Center, o que torna este canal a principal porta de entrada das manifestações apresentadas pelos usuários.

O serviço de telefonia 163 dispõe de atendimento em português, inglês e espanhol, tendo 4 opções de encaminhamento pela Unidade de Resposta Audível (URA), quais sejam: 1. Atendimento Geral; 2. Licenças; 3. DCerta; e 4. Ouvidoria.

Cabe destacar que a URA 4 destinada ao registro de demandas da Ouvidoria sinaliza que, em caso de denúncias contra agentes públicos, o demandante poderá fazer o registro pelo link <http://www2.anac.gov.br/arus/focus/faleconosco/validarUsuario.asp?FC=E>. Este procedimento visa resguardar o sigilo da fonte do denunciante.

A.5 – Correspondências

Representando menos de 1% das manifestações de usuários, as correspondências são recebidas pelo Protocolo Central da Agência, que é vinculado à GTGI. Essa Gerência, por sua vez, registra as solicitações no sistema FOCUS para distribuição às áreas técnicas por parte do Back Office.

A Ouvidoria também recepciona manifestações via correspondência, todavia representa menos de 0,5% do total de demandas recebidas por outros canais.

A.6 – Atendimento Presencial

Cerca de 7% das solicitações registradas no sistema FOCUS são devidos ao acolhimento de manifestações feitas presencialmente, em especial nos Núcleos Regionais de Aviação Civil. Essas

manifestações são inseridas no sistema FOCUS para distribuição às áreas técnicas e posterior tratamento.

A.7 – Pedidos de Acesso a Informação pelo Sistema e-SIC

O e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), criado a partir da Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso a Informação (LAI) e gerido pela Controladoria-Geral da União (CGU), permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Público.

Por meio do sistema, além de se fazer o pedido, é possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas.

Na ANAC, um pedido de acesso à informação pode ser feito, por telefone na Central de Atendimento da ANAC, no sistema e-SIC ou presencialmente na sede da Agência e Núcleos Regionais de Aviação Civil – NURAC.

Os pedidos, independentemente da forma de entrada na Agência, são registrados no Sistema FOCUS para tratamento interno e para resposta ao cidadão. Após ser classificado tecnicamente, é distribuído para a área responsável, no caso de não haver resposta padrão na base de dados. Cabe observar que todo o trâmite segue os prazos estabelecidos pela LAI, cujos procedimentos foram regulamentados no âmbito da Agência por meio da IN nº 70, de 30 de abril de 2013. Por fim a GTGI encaminha a resposta ao usuário por meio dos sistemas FOCUS e e-SIC.

A.8 – Informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

No canal Fale com a ANAC foram recebidas 141.211 ligações em 2015, aumento de 25,9% comparativamente ao ano de 2014 (112.129 ligações). Em relação aos tipos de manifestações, 55% são pedidos de informações, 23% reclamações, 1% denúncia contra entes regulados e 21% outras demandas.

Já a Ouvidoria recebeu, em 2015, 3.701 demandas, tendo sido concluídos, aproximadamente, 99,6% dos registros.

Em dias úteis, o tempo médio de resposta da Ouvidoria, passou de, aproximadamente, 7,5, em 2014, para 5,1, em 2015, enquanto que o tempo médio de resposta das áreas técnicas da Agência às demandas de Ouvidoria, passou de, aproximadamente, 7,5, em 2014, para 5,1, em 2015. Além disso, o percentual de cumprimento de prazos pelas áreas técnicas, de acordo com o normativo interno, aumentou de, aproximadamente, 88,6%, em 2014, para 92,2, em 2015.

Este resultado é fruto de um conjunto de esforços que foram empreendidos no monitoramento do trabalho dos pontos focais nas áreas e da sensibilização dos gestores no atendimento mais célere das demandas de usuários dos serviços prestados pela ANAC.

CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Conforme Decreto nº 6932/2009, a Carta de Serviços é um documento elaborado por uma organização pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos. Sua finalidade é:

- Melhorar a relação da Administração Pública com os cidadãos;
- Divulgar os serviços prestados pelas organizações públicas com os seus compromissos de atendimento para que sejam amplamente conhecidos pela sociedade;
- Fortalecer a confiança e a credibilidade da sociedade na administração pública quando esta percebe uma melhora contínua em sua eficiência e eficácia; e
- Garantir o direito do cidadão para receber serviços em conformidade com as suas necessidades.

Nesse sentido, a ANAC tem buscado realizar uma administração colaborativa voltada para a sociedade, permitindo o alcance aos serviços públicos de modo eficaz e desburocratizado. A Carta de Serviços da ANAC constitui mais uma ferramenta institucional desenvolvida para facilitar o acesso do cidadão aos processos de registro de aeronaves, certificação de produtos aeronáuticos, análise e aprovação de construção e modificação de aeródromos, autorização de funcionamento de empresas de transporte aéreo, concessão e renovação de licenças de pilotos, mecânicos e despachantes operacionais de voo, dentre outros.

Na Carta de Serviços são apresentados os principais serviços oferecidos pela Agência, com orientações de como solicitá-los, prazos de atendimento, documentos necessários e informações para acompanhamento do processo.

A Carta de Serviços pode ser acessada via internet por meio do link http://www.anac.gov.br/Area.aspx?ttCD_CHAVE=15, menu Carta de Serviços ao Cidadão.

AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Primeiramente, cabe ressaltar que a Agência ainda não aplica periodicamente uma pesquisa direta de satisfação junto aos usuários de seus serviços, notadamente em relação ao cumprimento de compromissos e dos padrões de qualidade fixados na Carta de Serviços ao Cidadão. Contudo, a Agência acompanha a qualidade dos serviços prestados por meio da análise qualitativa e quantitativa das reclamações recebidas pela Ouvidoria.

A tabela abaixo relaciona os assuntos mais demandados nos anos de 2014 e 2015 à Ouvidoria.

TABELA 19 – ASSUNTOS DEMANDADOS NOS ANOS DE 2014 E 2015 À OUVIDORIA

Áreas Técnicas	Ano 2014	Ano 2015	Comparativo
Carteira de Habilitação Técnica	1051	1106	5%
Demora na emissão de resposta ao usuário	532	233	-56%
Exames Teóricos	766	494	-36%
Sistemas informatizados de acesso ao usuário	166	344	107%
Licença	198	199	1%
Checagem/Rechecagem	135	106	-21%

Houve uma redução no número reclamações sobre demora na análise de processo de revalidação de habilitação e um aumento no número de demora no recebimento da carteira de habilitação técnica. Do primeiro ao quarto trimestre de 2015 foram, respectivamente, 29, 63, 36 e 9 reclamações sobre demora na revalidação, enquanto que 13, 27, 41 e 143 reclamações sobre demora no recebimento da carteira. Isso demonstra maior agilidade da Agência da análise dos processos de revalidação de habilitações. Contudo ainda faltam melhorias em sistemas para que hajam menos erros de qualidade de fotos e assinaturas digitais que impeçam a impressão da carteira de habilitação técnica, o que resulta em reclamações de usuários sobre demora no recebimento.

A partir de 2014, a Ouvidoria passou a utilizar o sistema de formulários web criado pelo DATASUS, disponível em <http://formsus.datasus.gov.br/site/default.phpt>, para realização de pesquisa de satisfação, focando no atendimento, tempo e qualidade da resposta recebida.

A primeira aplicação da pesquisa se deu de forma retroativa para os registros referentes ao 1º e 2º semestres de 2013 e ao 1º semestre de 2014. Posteriormente, a cada final de semestre, a pesquisa foi aplicada com o mesmo questionário.

TABELA 20 – RESUMO DA PESQUISA

Ano	Semestre	Participantes	E-mails enviados válidos	Adesão
2013	1º	525	2138	24,56%
	2º	456	1960	23,27%
2014	1º	401	1362	29,44%
	2º	362	1665	21,74%
2015	1º	291	1352	21,52%
	2º	147	1383	10,63%
Total Geral		2182	9860	22,13%

O formulário da pesquisa foi composto por cinco perguntas (itens 1 a 5 abaixo) e um item de campo livre (item 6 abaixo), com exceção do ano de 2013 que não continha o item 6:

- 1) Qual é sua relação com a ANAC?
 - a) Piloto
 - b) Passageiro
 - c) Mecânico de aeronaves
 - d) Aluno de escola de aviação civil/Aeroclube
 - e) Comissário
 - f) Proprietário de ente regulado pela ANAC
 - g) Profissional AVSEC
 - h) Colaborador da ANAC
 - i) Outros

- 2) Como você avalia o atendimento prestado pela Ouvidoria?
 - a) Ótimo
 - b) Bom
 - c) Regular
 - d) Ruim

3) Como você avalia o tempo de resposta à sua demanda?

- a) Rápido
- b) Razoável
- c) Demorado

4) Como você classifica a resposta fornecida pelo atendimento da Ouvidoria?

- a) Muito satisfatória
- b) Satisfatória
- c) Regular
- d) Insatisfatória

5) Você recorreria à Ouvidoria novamente?

- a) Sim
- b) Não

6) Deixe aqui sua crítica, sugestão ou elogio (campo livre).

Os gráficos abaixo mostram os resultados obtidos na pesquisa de 2013 a 2015.

FIGURA 9 – GRÁFICO COM A DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

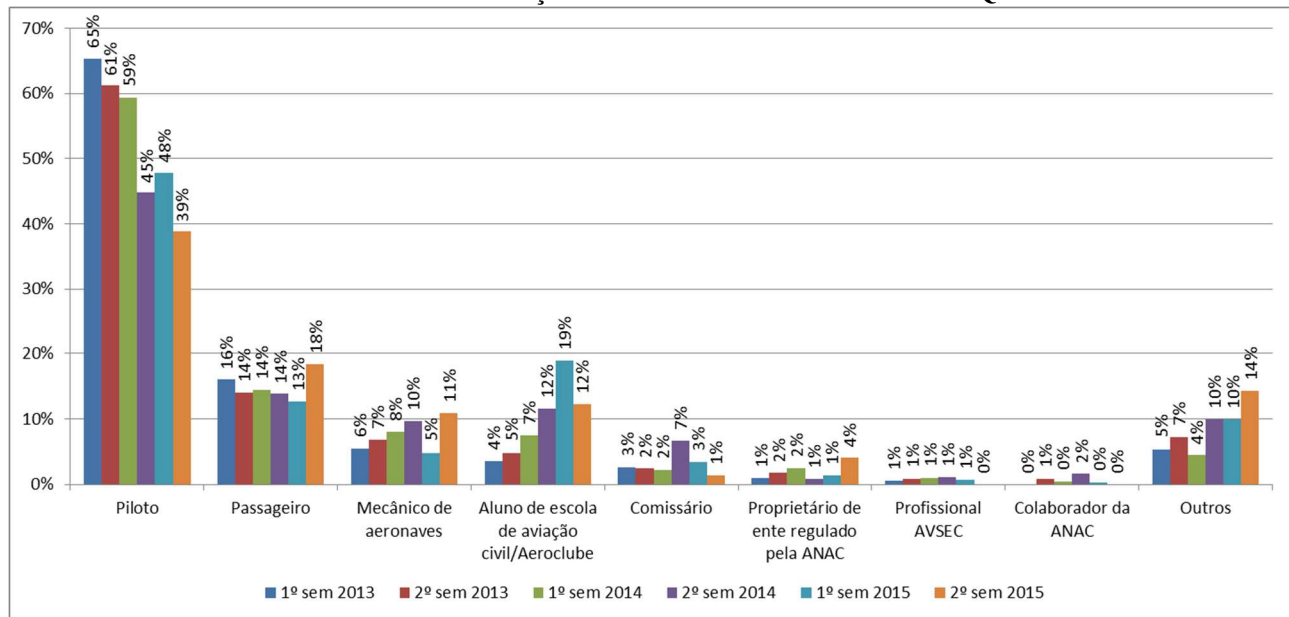


FIGURA 10 – GRÁFICO COM A AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO PRESTADO PELA OUVIDORIA

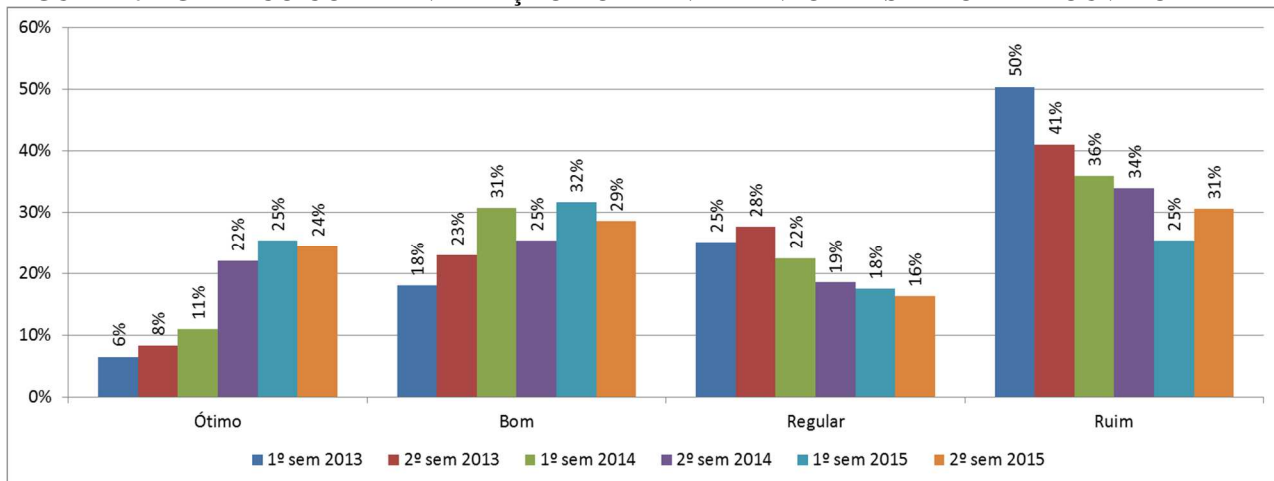


FIGURA 11 – GRÁFICO COM A AVALIAÇÃO DO TEMPO DE RESPOSTA À DEMANDA

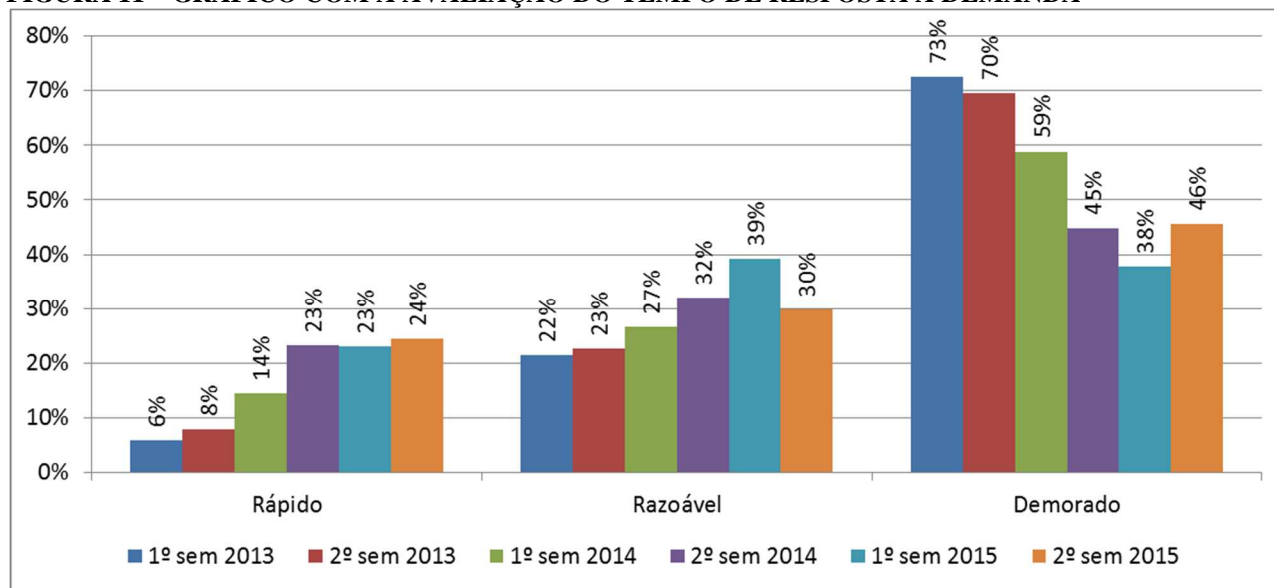


FIGURA 12 – GRÁFICO COM A CLASSIFICAÇÃO DA RESPOSTA FORNECIDA PELO ATENDIMENTO DA OUVIDORIA

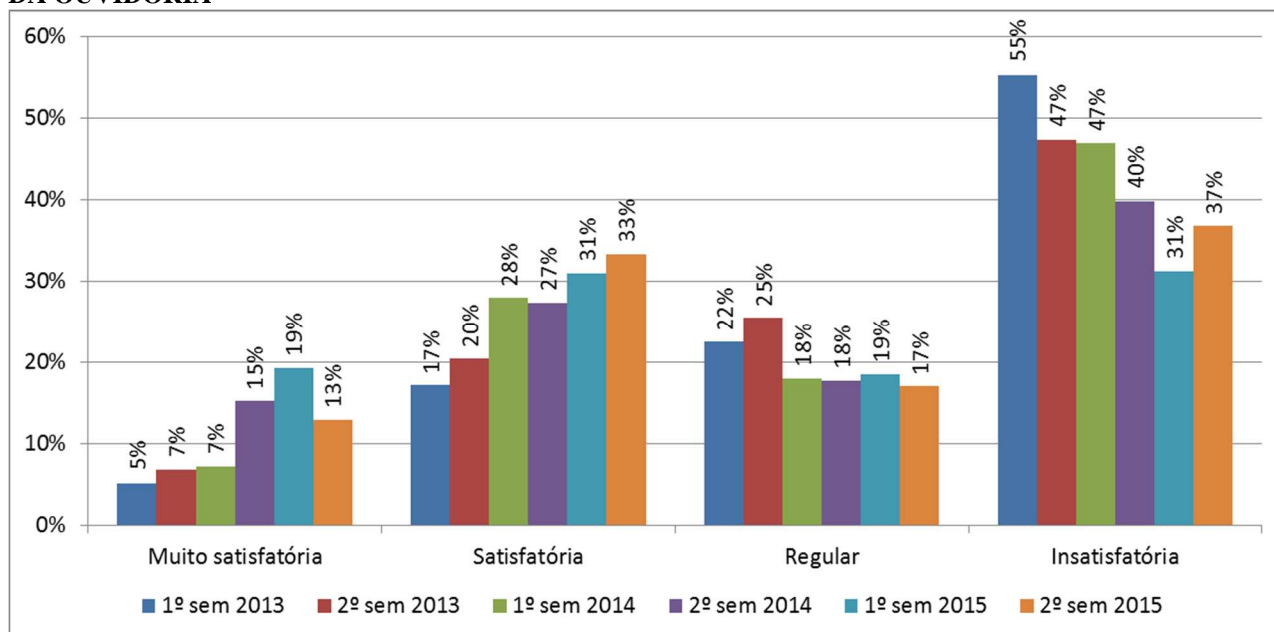
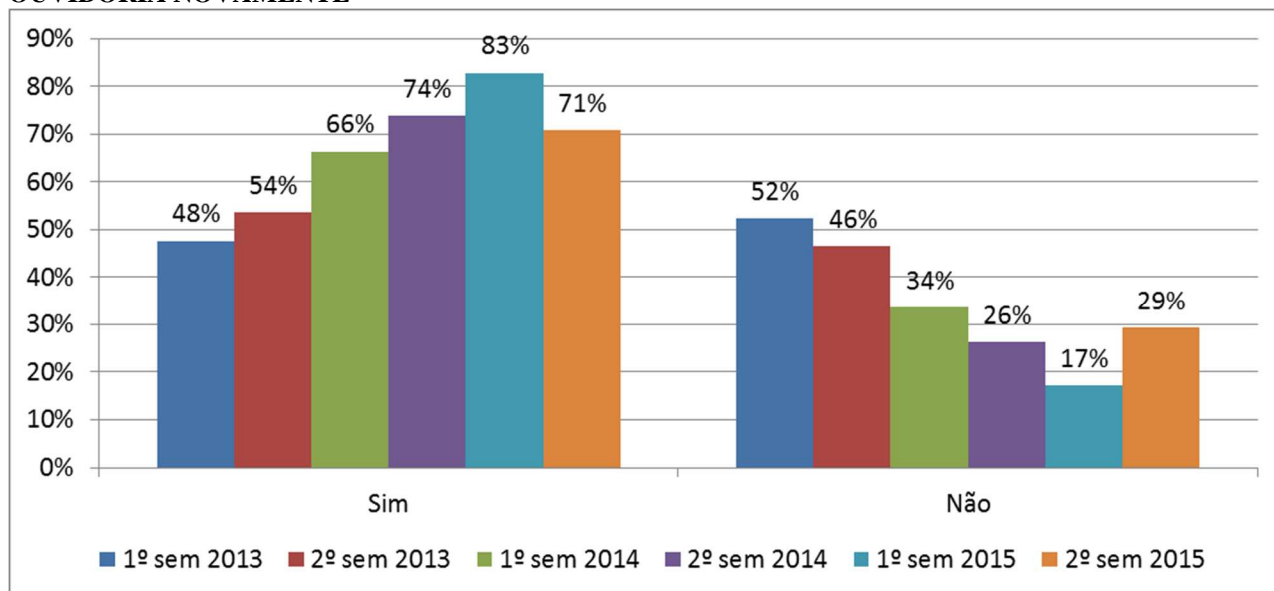


FIGURA 13 – GRÁFICO INDICANDO O PERCENTUAL DE PESQUISADOS QUE RECORRERIAM À OUVIDORIA NOVAMENTE



Até o primeiro semestre de 2015, os resultados evidenciam uma contínua melhoria na avaliação dos usuários que participaram da pesquisa. Contudo, no último semestre de 2015, houve uma piora na avaliação dos respondentes. Acredita-se que, em certa parte, essa mudança na avaliação pode ter ocorrido pela maior adesão de “Passageiros”, tendo por parâmetro o total de participantes da pesquisa realizada no último semestre, conforme gráficos das avaliações apenas de “Passageiros”, abaixo.

As reclamações de “Passageiros” registradas na Ouvidoria tratam, principalmente, de demora ou qualidade de resposta a uma manifestação cadastrada no “Fale com a ANAC” contra empresas de transporte aéreo ou sobre ausência de regulamentação de aviação civil. Em relação à qualidade ou ausência de regulamentação, em muitos casos, os “Passageiros” não se conformam com a resposta da Área Técnica, o que gera avaliações com alto grau de insatisfação.

FIGURA 14 – GRÁFICO COM A AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO PRESTADO PELA OUVIDORIA – AVALIAÇÃO DE PASSAGEIROS

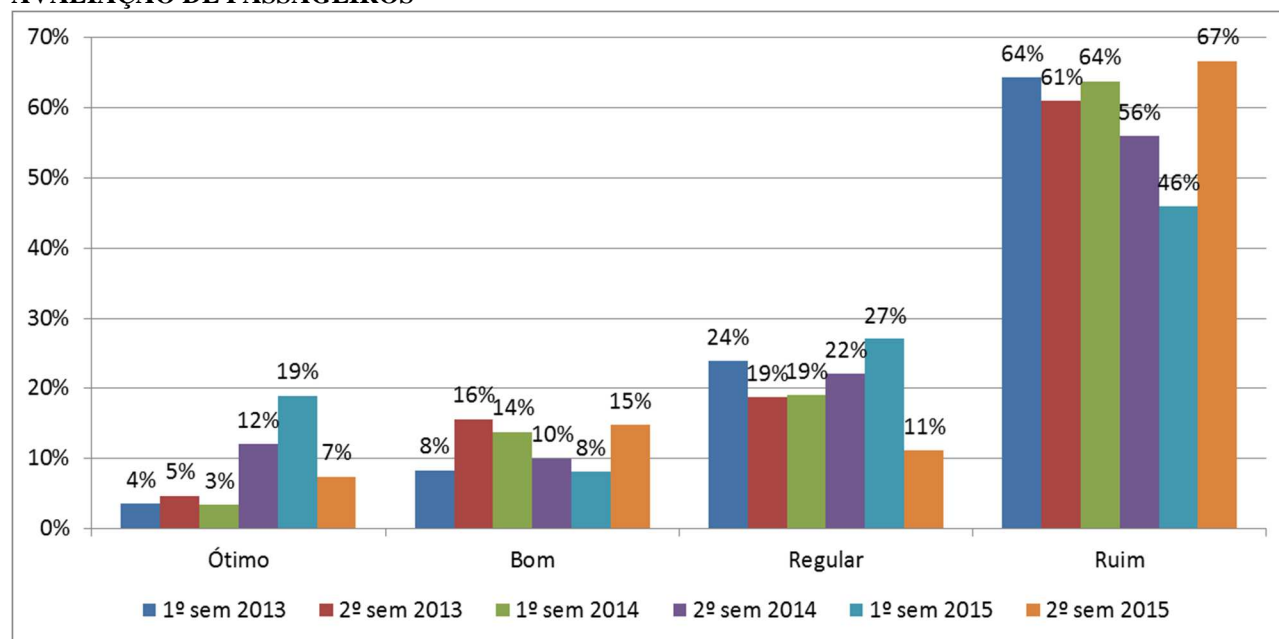


FIGURA 15 – GRÁFICO COM A AVALIAÇÃO DO TEMPO DE RESPOSTA À DEMANDA – AVALIAÇÃO DE PASSAGEIROS

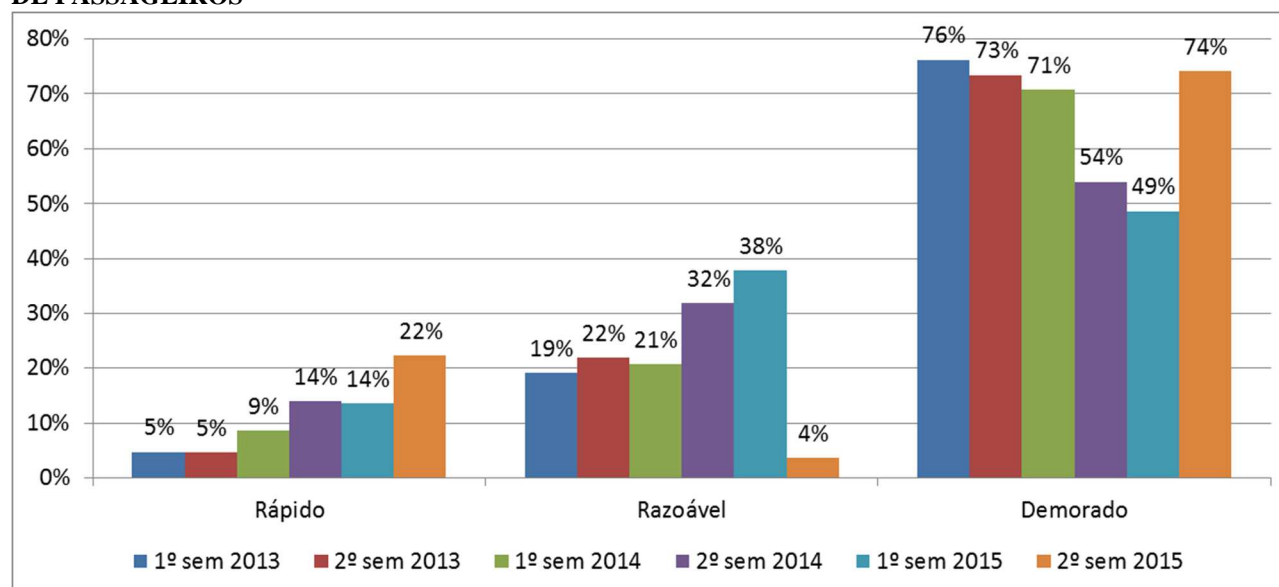


FIGURA 16 – GRÁFICO COM A CLASSIFICAÇÃO DA RESPOSTA FORNECIDA PELO ATENDIMENTO DA OUVIDORIA – AVALIAÇÃO DE PASSAGEIROS

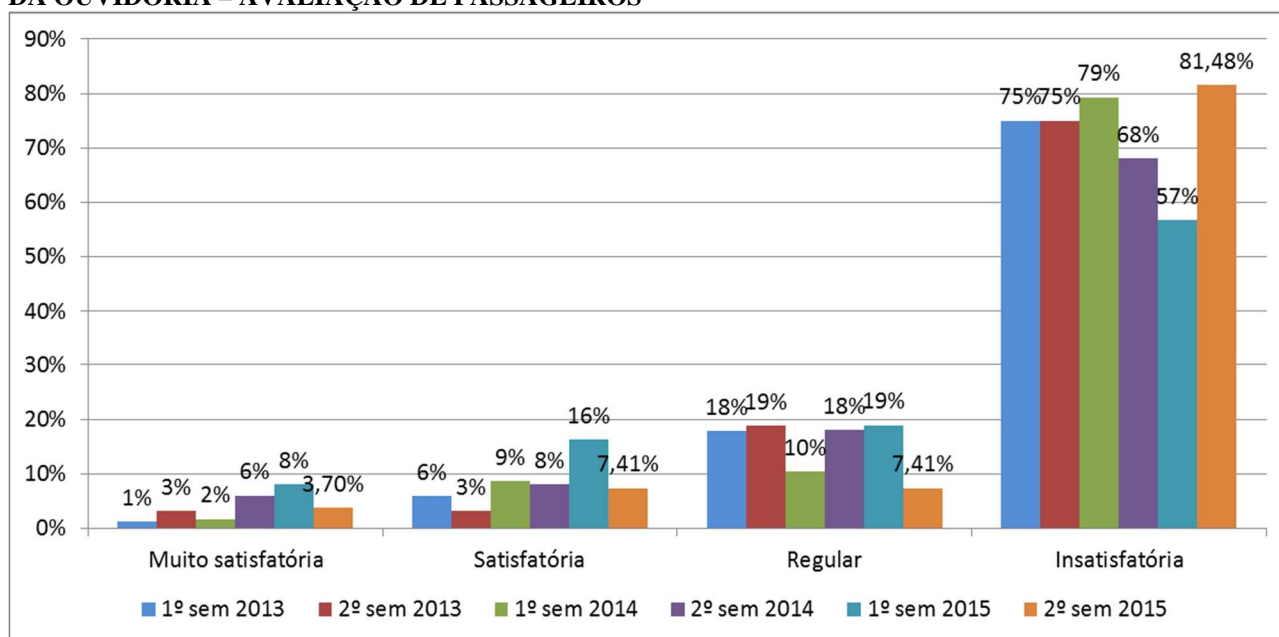
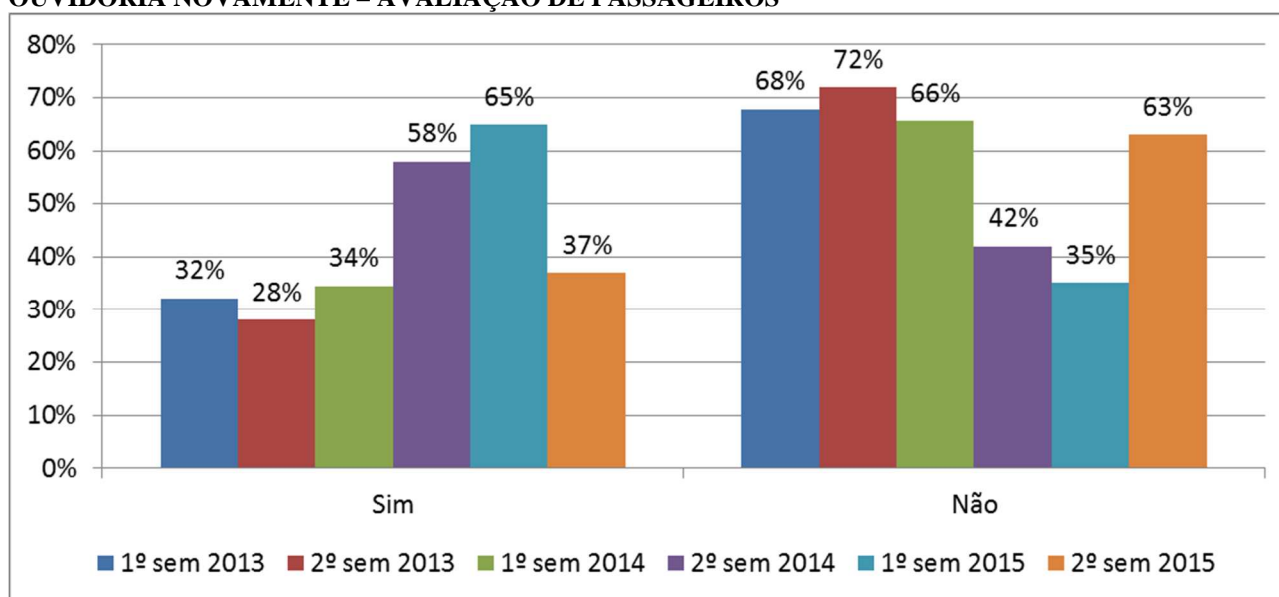


FIGURA 17 – GRÁFICO INDICANDO O PERCENTUAL DE PESQUISADOS QUE RECORRERIAM À OUVIDORIA NOVAMENTE – AVALIAÇÃO DE PASSAGEIROS



MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

As principais informações institucionais, sobre a atuação da ANAC e sua prestação de contas constam no Portal da Agência na Internet: <http://www.anac.gov.br/>. Na página inicial estão dispostas as principais notícias, comunicados, posicionamentos oficiais e demais informações de utilidade pública conforme data de atualização, bem como os canais de atendimento e meios de contato com a ANAC.

Nos menus de “Acesso à Informação”, “A ANAC” e “Transparência” estão dispostas as informações institucionais e de prestação de contas. Também estão disponibilizadas nesses locais as informações listadas abaixo, dentre outras.

- Processos de Contas Anuais (<http://www2.anac.gov.br/anac/prestacaodecontas.asp>);
- Relatório Anual de Atividades (<http://www2.anac.gov.br/publicacoes/>);
- Plano Estratégico (<http://www2.anac.gov.br/anac/anac.asp>);
- Reuniões Deliberativas da Diretoria (<http://www2.anac.gov.br/transparencia/deciso.es.asp>);
- Agenda Regulatória da ANAC (<http://www2.anac.gov.br/AgendaRegulatoria/>).

MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

Os imóveis que abrigam a Sede da ANAC em Brasília e as Representações Regionais no Rio Janeiro, em São José dos Campos e em São Paulo já observam os requisitos de acessibilidade.

Com efeito, as edificações mencionadas possuem:

- Pelo menos um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme mencionado no Art. 11, IV da Lei 10.098/2000;
- Acessos ao interior da edificação livres de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Acesso ao prédio feito por meio de catraca ou portão com fechadura magnética permitindo o acesso de cadeirante ou pessoas com outro tipo de dificuldade de locomoção, conforme mencionado no Art. 11, II da Lei 10.098/2000;
- Protocolo localizado no térreo (antes da catraca) ou em local de fácil acesso em andares superiores, facilitando o acesso de visitante com o único objetivo de protocolar documentos;
- Vagas reservadas para PNE e idoso em locais próximos a entrada do prédio, atendendo legislação;
- Painel dos elevadores com indicação dos andares em braile;
- Acesso às áreas de trabalho é feito por rampa (nos andares) ou são localizados no mesmo nível do corredor de circulação, não havendo degrau ou outro obstáculo.
- Atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência e idosas no protocolo, bem como é autorizada a entrada e permanência de cão-guia;
- Elevadores e/ou Plataformas elevatórias em todos os andares.

Como exemplo disso, destaquem-se as intervenções feitas pelo proprietário do imóvel de São José dos Campos para viabilizar o contrato de locação com a Agência:

- Instalação de elevador (plataforma hidráulica cabinada para acessibilidade padrão ISSO 9386-1), que permite o acesso ao mezanino do prédio. Antes, o mezanino só poderia ser acessado por meio de escada;
- Instalação de pisos táteis de alerta (com textura e cor em destaque) nas entradas/saídas dos elevadores e escadas.

Os prédios próprios da ANAC (NURACs Recife, Porto Alegre, Curitiba, Centro de Treinamento e Ed. Silvio de Noronha no RJ e Sede II em Brasília) apresentam movimentação inferior de público externo e menor quantitativo de colaboradores lotados. Nesses prédios, as condições de acessibilidade são boas. A maioria possui elevadores ou reservam os andares superiores a atividades que não realizam atendimento ao público e que não tenham lotados servidores com deficiência.

As demais unidades da ANAC localizam-se nos maiores aeroportos e apresentam condições de acessibilidade satisfatórias.

Por fim, vale destacar que no Plano de Investimentos e Novas Contratações da Agência – PINC estão previstos para o próximo triênio a aquisição de equipamentos para servidores e colaboradores com deficiência (teclado em braile, tela *touch screen*, lupas, etc), instalação de placas de identificação em braile e piso tátil para deficientes visuais nas áreas internas da ANAC na Sede, Representações Regionais e NURACs e adaptação de mobiliário de recepção e atendimento à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

A ANAC apresentou em 2015 um resultado financeiro positivo em razão do acréscimo apurado no valor de R\$ 20.504.901,61, no saldo de suas disponibilidades. As Demonstrações Contábeis, especificamente, o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial evidenciam um equilíbrio nas finanças do órgão. Comparativamente com o exercício de 2014, a ANAC apurou um acréscimo superior em suas disponibilidades, cujo percentual se aproxima dos 375%. O incremento dos ingressos orçamentários ocorrido no exercício de 2015 é um fator que justifica a evolução significativa das disponibilidades.

O sincronismo entre os ingressos e dispêndios financeiros é evidenciado na tabela a seguir:

TABELA 21 – RECEITA LÍQUIDA X DESPESAS PAGAS (MÉDIA ANUAL)

Receita Líquida X Despesas Pagas (Média Anual)	
Fonte SOP	Movimento Líquido
0174	247.475,70
0176	14.532.153,10
0250	(3.717.789,82)
0280	557.074,53
Total	11.618.913,51

Considerando apenas os recursos vinculadas ao órgão e a programas, a tabela demonstra, por fonte, a média anual da diferença entre a Receita Líquida e a Despesa Discricionária do exercício de 2015, arrecadada e paga, respectivamente.

O comportamento das receitas da Agência continuou compatível com o modelo adotado para sua estimativa anual, que é o da média móvel. A arrecadação de multas, por exemplo, apresentou valores muito próximos aos de 2014. Fato relevante, porém, foi o reajuste dos valores da Taxa de Fiscalização da Aviação Civil – TFAC, fato que jamais tinha ocorrido desde a sua criação pela Lei n.º 11.182/2005, vigentes a partir de 11 de novembro.

A Portaria 172 do Ministério do Planejamento limitou de início os gastos de funcionamento da Agência. O impacto de tal limite foi mitigado por iniciativas da ANAC de gerenciamento de despesas como a de diárias e passagens, uma das mais relevantes em vista das atividades de fiscalização, anotando-se que ao final do exercício os limites foram ampliados.

Apesar do relevante saldo de disponibilidades, a ANAC está sujeita a cumprir com limites estabelecidos para o desembolso de despesas discricionárias. Ao final do exercício de 2015, com a publicação do Decreto N° 8.580, de 27 de novembro de 2015, houve significativa alteração na programação orçamentária e financeira, implicando em restrição dos gastos do governo federal afetando apenas as despesas discricionárias. Tal medida acarretaria num acréscimo de passivos pendentes de pagamento pela Agência. Contudo, com a alteração das metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, com a aprovação pelo Congresso Nacional do PLN 5/2015, restaram como passivos pendentes de pagamento aqueles cujo vencimento ocorreria apenas no exercício de 2016, não afetando, portanto, no desempenho financeiro da ANAC.

Excluídas as despesas obrigatórias com folha de pagamento, o desempenho financeiro da ANAC também pode ser medido pelos seguintes números em relação às despesas de capital e outras despesas correntes:

- Despesas do Exercício: pagamento de 81,14% do total empenhado.
- Restos a Pagar: Pagamento de 63,59% das despesas inscritas e reinscritas, deduzidas os restos a pagar cancelados.

As despesas não pagas referem-se àquelas em que a sua liquidação ainda não ocorreu até 31/12/2015.

TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

A Agência adota os critérios e procedimentos estabelecidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – Depreciação, Amortização e Exaustão NBC T 16.9 e NBC T 16.10. À ANAC aplicando-se os cálculos de depreciação e amortização. A contabilização é feita de acordo com o regime de competência. O método de cálculo dos encargos de depreciação e amortização é o método das quotas constantes. Para o registro da depreciação e amortização a Agência observa os aspectos da obrigatoriedade do seu reconhecimento, valor da parcela que deve ser reconhecida no resultado como decréscimo patrimonial e no balanço patrimonial, além das circunstâncias que podem influenciar o seu registro.

A metodologia de cálculo da depreciação dos bens móveis da Agência parte da definição da vida útil econômica e valor residual esperados dos bens, de acordo com suas respectivas classificações contábeis. Para fins de cálculo da depreciação a ANAC adotou os percentuais de valores residuais e tabela de vida útil constantes do item 6.3 da Macrofunção SIAFI 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações. Considerando que a referida Macrofunção não contempla os bens móveis classificados como Aeronaves, especificamente neste caso, a ANAC adotou como prazo de vida útil aquele definido pela Receita Federal, conforme Anexo I, da Instrução Normativa SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998.

A depreciação dos bens imóveis é contabilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional e a metodologia de cálculo empregada é disciplinada pela Portaria Conjunta STN/SPU Nº 03/2014. Este normativo cita o Método da Parábola de Kuentzle, com vida útil definida pela Secretaria de Patrimônio da União.

Os bens intangíveis são classificados em: Com Vida Útil Definida e Sem Vida Útil Definida. Os bens sem vida útil definida não são amortizados.

Os bens intangíveis utilizados com vida útil definida são amortizados em razão dos limites contratuais para a sua utilização, no caso das licenças. Os demais são amortizados em razão do prazo definido pela área de Tecnologia da Informação em função da obsolescência técnica, tecnológica ou comercial dos bens.

No que se refere à avaliação e mensuração de ativos e passivos, a ANAC obedece ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público NBC T 16.10 e ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – Parte II Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

As disponibilidades são avaliadas e mensuradas pelo seu valor original e as aplicações financeiras são atualizadas até a data do fechamento do Balanço. As atualizações das aplicações são

contabilizadas como Variações Patrimoniais Aumentativas a título de Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações são mensuradas pelo seu valor original. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos como ajustes, contabilizados em conta de resultado.

Os estoques são mensurados pelo seu custo de aquisição por ocasião de sua entrada. Já as saídas são mensuradas pelo seu custo médio ponderado, nos termos da Lei 4.320/64.

Esta UPC não possui investimentos permanentes contabilizados, dado a sua natureza jurídica.

Os bens móveis do imobilizado são mensurados pelo seu custo de aquisição e/ou produção, estando sujeitos à depreciação uma vez estabelecidos os prazos limitados de vida útil econômica dos mesmos. A baixa ou transferência destes ativos é realizada pelo seu valor líquido contábil, contabilizando contra o seu saldo contábil a respectiva depreciação acumulada até o momento de sua baixa e/ou transferência.

Os bens intangíveis são mensurados pelo seu custo de aquisição e/ou produção, estando suscetíveis à amortização pelo seu prazo de vida útil econômica, quando definida em contrato ou por ou por outros critérios que evidenciem o fim da geração de benefícios futuros pela sua utilização.

A ANAC não possui itens do Diferido.

A utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 impactou o Resultado apurado da ANAC, demonstrada nos itens a seguir:

- As depreciações e amortizações representam 0,34% das Variações Patrimoniais Diminutivas;
- As despesas relativas à Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas representam 2,19% das Variações Patrimoniais Diminutivas;
- Os Ganhos relativos à Reavaliação representam 0,04% das Variações Patrimoniais Aumentativas;
- As atualizações das aplicações financeiras representam 3,50% das Variações Patrimoniais Aumentativas.

SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA ANAC

A ANAC ainda não implementou Setorial de Custos. Em que pese a Portaria STN nº 157/2011 ter instituído o Sistema de Custos do Governo Federal e a Portaria STN nº 716/2011 ter instituído o Sistema de Informações de Custos – SIC como sistema de gestão de custos no âmbito da Administração, estes normativos não impuseram a implantação da gestão de custos pelos Órgãos.

A ANAC tem como objetivo a implantação do sistema de custos como importante ferramenta de gestão da qualidade do gasto público.

Para o exercício de 2016 planejou-se um estudo de implantação do SIC que compreende as seguintes fases:

- Estudar e conhecer a base teórica que sustenta a implantação do Sistema de Informação de Custos do Governo Federal. O referencial teórico é o trabalho de Nelson Machado (2002)

intitulado: “*Sistema de Informação de Custos: Diretrizes para integração ao Orçamento Público e à Contabilidade Governamental*”;

- Participar do evento de treinamento “Entendendo e Utilizando o SIC”, organizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, a fim de conhecer o Modelo Sistemático do SIC;
- Participar do evento “Encontro de Gestão de Custos do Setor Público: Uso da Informação de Custos e Relatos de Experiências” organizado pela Secretaria do Tesouro Nacional;
- Participar do evento “Congresso Internacional de Informação de Custos e Qualidade do Gasto do Setor Público” organizado pela Secretaria do Tesouro Nacional;
- Participar do Simpósio “SIADS”, bem como de eventos de treinamento sobre a operação deste sistema de controle de bens;
- Conhecer as experiências de outros órgãos que já implementaram o Sistema de Informação de Custos a fim de avaliarmos as melhores práticas;
- Elaborar uma proposta de implantação e utilização do SIC como ferramenta de gestão do gasto público.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e apresentadas no Anexo do presente Relatório estão em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis ao Setor Público. Não há inconsistências nas suas informações, que por sua vez, refletem adequadamente a situação da ANAC, possibilitando o cumprimento do objetivo de transparência à sociedade.

As operações realizadas entre órgãos integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, bem como aquelas realizadas com outros entes da Federação estão corretamente evidenciadas, formando uma unidade contábil consolidada, restando cumprido o disposto na norma NBC T 16.7 – Consolidação das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas abaixo visam complementar as informações constantes das Demonstrações Contábeis e esclarecer a situação patrimonial da ANAC:

TABELA 22 – NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS RELATIVOS AO EXERCÍCIO 2015 EXIGIDOS PELA LEI 4.320/64

Órgão: 62201 - Agência Nacional de Aviação Civil

Nº	DESCRIÇÃO	CONTEÚDO
(A)	Caixa e Equivalentes de Caixa	A Agência encerrou o 4º Trimestre/2015 com um saldo de Aplicações em Conta Única no valor de R\$ 694.544.761,97, referente a disponibilidades de Recursos Vinculados a Operação de Crédito, Vinculados a Órgãos e Programas e Recursos Vinculados a Fundos.
(B)	Imobilizado	No 4º Trimestre em comparação com o 3º Trimestre houve uma redução de 13,38% de ativos classificados como bens móveis, após regular processo de desfazimento. Em 2015, o desfazimento de bens totalizou uma Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ 18.485.148,35. Deste, 16,97% corresponderam a doações efetivadas a entidades privadas, 70,65% a doações Intra- OFSS, 1,55% a Órgãos Estaduais e 10,83% a Órgãos Municipais. As doações/transfêrências não efetivadas correspondem ao valor total de R\$ 115.203,02, cuja confirmação de recebimento do SIAFI ainda não foi registrada pelas Unidades Gestoras donatárias, conforme evidenciado pela Conta Contábil 1.2.3.1.1.99.05 BENS MÓVEIS EM TRÂNSITO.
(C)	Intangíveis	Do saldo da conta 12411.00.00 - Intangíveis, 23,96 % não estão sendo amortizados em razão de não possuírem vida útil definida. Em janeiro de 2016, o saldo correspondente será reclassificado em cumprimento ao disposto na Mensagem Comunica 2015/1689375, de 21/10/2015.
(D)	Obrigações de Longo Prazo	A Agência possui um Passivo Patrimonial Trabalhista reconhecido no Exercício de 2014, no valor de R\$ 7.843.524,44. Este passivo decorre da regulamentação da promoção e progressão dos servidores dos quadros da Agência, cujo pagamento depende de autorização do Ministério do Planejamento. Dada a incerteza quanto à sua realização, o saldo foi reclassificado do curto para o longo prazo.
(E)	Créditos a Longo Prazo	A Agência possui um saldo de R\$ 53.423.190,44 em créditos decorrentes de Dívida Ativa Não Tributária. Para este crédito foi constituída Provisão de Perdas em Créditos de Longo Prazo correspondente a R\$ 52.969.568,54, ou seja, o equivalente a 99,15% do total a receber. O critério adotado para a constituição da Provisão baseia-se na média dos recebimentos dos últimos três exercícios, a partir da média ponderada dos recebimentos nos exercícios de 2012, 2013 e 2014. A média apurada corresponde a 0,84911%. Verifica-se na DVP, além da referida Provisão, uma Reversão de Provisão de Perdas no valor de R\$ 41.589.066,68. Esta Reversão decorre de baixa do saldo até então constituído de Provisão de Perdas, classificado indevidamente como Tributário.

Além das Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 foram elaboradas a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, estabelecidas pelas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, especificamente, a NBC T 16.6. Não há inconsistências nas suas informações, que por sua vez, refletem adequadamente a situação da ANAC, possibilitando o cumprimento do objetivo de transparência à sociedade.

Especificamente quanto à Demonstração dos Fluxos de Caixa, as operações realizadas entre órgãos integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, bem como aquelas realizadas com outros entes da federação estão corretamente evidenciadas, formando uma unidade contábil consolidada, restando cumprido o disposto na norma NBC T 16.7 – Consolidação das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas abaixo visam complementar as informações constantes das Demonstrações Contábeis e esclarecer a situação patrimonial da ANAC:

TABELA 23 – NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA E A DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RELATIVAS AO EXERCÍCIO 2015

Órgão: 62201 - Agência Nacional de Aviação Civil

Nº	DESCRIÇÃO	CONTEÚDO
(A)	Ajustes de Exercícios Anteriores	A Agência encerrou exercício de 2015 com um movimento líquido devedor de R\$ 14.608.247,49 a título de ajustes de exercícios anteriores. Destaca-se a mudança de critério contábil aplicada à definição da vida útil das aeronaves que compõem o Imobilizado da ANAC. Esta mudança de critério contábil implicou a diminuição do patrimônio líquido de R\$ 15.657.994,78, cujo valor foi contabilizado por meio da 2015NL000038, da UG/Gestão 113216/20214. Outros ajustes julgados relevantes correspondem ao reconhecimento de passivos cujo fato gerador da despesa ocorreu em exercícios anteriores.
(B)	Caixa e Equivalentes de Caixa	A Agência encerrou o 4º Trimestre/2015 com um saldo de Aplicações em Conta Única no valor de R\$ 694.544.761,97, referente a disponibilidades de Recursos Vinculados a Operação de Crédito, Vinculados a Órgãos e Programas e Recursos Vinculados a Fundos. Deste saldo destaca-se o valor aplicado em Conta Única referente à Receita de Contribuições com montante de R\$ 336.729.495,62, da Fonte 0176. Esta Receita decorre das Contribuições Sociais recolhidas pelas empresas do setor aéreo, cujo natureza está vinculada ao desenvolvimento do ensino profissional aeronáutico. O significativo saldo aplicado é justificado pela arrecadação em valores bem superiores àqueles aplicados (despesas).

ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

GESTÃO DE PESSOAS

A Superintendência de Gestão de Pessoas – SGP foi criada pela Resolução nº 245, de 4 de setembro de 2012, publicada no DOU de 10 de setembro de 2012, como Órgão específico, vinculada ao Diretor-Presidente. O objetivo institucional da referida unidade é gerir pessoas de modo mais estratégico e humanizado visando ao cumprimento da missão da Agência, adotar um modelo de gestão com foco nas pessoas e em resultados buscando alinhar as expectativas dos servidores com as expectativas organizacionais e atuar como um dos pilares de sustentabilidade às ações integrantes do Programa de Fortalecimento Institucional – PFI.

A base norteadora da atuação da SGP são os princípios e diretrizes emanadas pelo Diretor-Presidente e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, como órgão normatizador indissociável.

A Gestão de Pessoas com o intuito de administrar os comportamentos internos e potencializar o capital humano no exercício das práticas de gerenciamento, planejamento e avaliação, além de criar e manter um ambiente profissional e positivo para cumprir as suas funções atuais de forma mais eficaz, conta, em sua estrutura, com duas unidades de apoio, essenciais ao seu funcionamento. As unidades de apoio citadas são a Gerência de Administração de Pessoas – GAPE e a Gerência de Desenvolvimento de Pessoas – GDPE cujas atividades permitem a efetiva gestão de pessoas, o desenvolvimento dos servidores e a valorização da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Composição da Força de Trabalho

A força de trabalho da ANAC é composta por colaboradores do chamado Ativo permanente que está dividido em três carreiras:

- i) as carreiras que compõem o quadro de pessoal permanente;
- ii) as carreiras oriundas do quadro do Ministério da Ciência e Tecnologia;
- iii) e as carreiras que compõem o quadro de pessoal específico.

Com relação ao quadro de pessoal permanente, existem quatro cargos: dois são de nível superior (Especialista em Regulação de Aviação Civil e Analista Administrativo) e dois são de nível médio (Técnico em Regulação de Aviação Civil e Técnico Administrativo).

O quadro de pessoal da carreira de Ciência e Tecnologia (C&T) é composto por 3 cargos: Tecnologista, Assistente em Ciência e Tecnologia, e Técnico.

O quadro de pessoal específico é composto de 17 cargos. São eles: Administrador, Agente Administrativo, Agente de Mecanização de Apoio, Agente de Portaria, Agente de Telecomunicação e Eletricidade, Artífice de Artes Gráficas, Assistente Administrativo, Assistente Social, Contador, Datilógrafo, Economista, Engenheiro, Motorista Oficial, Perfurador Digitador, Técnico em Assuntos Educacionais, Técnico de Contabilidade e Telefonista.

A Agência encerrou o ano de 2015 com 1497 servidores compondo sua força de trabalho. Destes, 1288 eram servidores de carreira vinculados à ANAC. Em 2015, até o fim da validade do

concurso de 2012, 22 novos servidores foram nomeados para cargos efetivos da Agência e foram registradas 20 vacâncias nestes cargos. Em 31/12/2015, existiam 48 servidores cedidos para outros órgãos.

Dentre os servidores da ANAC no ano findo, 99 eram sem vínculo com a Administração Pública e 94 requisitados de outros órgãos e esferas. Não há servidores com contratos temporários ou Agentes políticos na Agência. E apenas um servidor exerce a carreira provisoriamente.

Distribuição da força de trabalho nas áreas técnicas finalísticas, unidades e subunidades

Quase dois terços da Agência estão lotados nas áreas finalísticas (Diretorias, GAB, GGAF, SRI, SIA, SAR, SAS, SPO, ASIPAER). Apenas 368 servidores desempenham suas funções na área meio (SGP, SAF, STI, SPI, OUV, ASCOM, ASPAR, AUD, ASTEC, CRG, PGFPF).

Relação entre servidores efetivos e temporários

Este item não se aplica uma vez que não há servidores temporários na Agência.

Estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal

Em 2015 foi publicado o MPR/ANAC-100-R00 que estabelece a metodologia de dimensionamento de pessoal da ANAC. Trata-se de uma ação vinculada ao Plano Estratégico e aos procedimentos que devem ser adotados para a realização de estudos e análise para a definição da lotação ideal da Agência.

A metodologia terá várias etapas e estabelece os seguintes processos de trabalho:

- a) Apresentar Dados de Dimensionamento de Pessoal.
- b) Consolidar os Dados de Dimensionamento Encaminhados por Todas as UORG.
- c) Avaliar Dimensionamento de Pessoal.
- d) Elaborar Plano de Ação para Redimensionamento de Pessoal.
- e) Comunicar Plano de Ação de Dimensionamento de Pessoal Às UORG.
- f) Implementar Plano de Ação de Dimensionamento de Pessoal.

Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade e outros aspectos relevantes

O perfil da Agência é bastante jovem e composto, principalmente, por homens entre 30 e 45 anos com nível superior completo. No ano de 2015 houve na ANAC a efetivação de 08 aposentadorias do quadro de servidores. Soma-se a isso 29 vacâncias, totalizando uma diminuição da força de trabalho de 37 servidores.

Vislumbra-se ainda para os próximos 5 anos a aposentadoria de 70 servidores, o que diminuirá o quadro de servidores da Agência.

No que tange à qualificação da força de trabalho, impende informar que foram celebrados Termos de Cooperação com Escolas de Governo contendo módulos para atendimento das demandas administrativas e finalísticas. A perspectiva é que esses cursos estejam previstos anualmente no Plano Anual de Capacitação, uma vez que são pautados por conhecimentos que exigem atualização permanente de um número amplo de servidores capacitados.

Em relação ao Programa de Incentivo Educacional de Graduação e de Pós-graduação foram publicados dois Editais para o Processo Seletivo em conformidade com a Instrução Normativa nº 79/2014. Os Editais citados contêm requisitos de tempo de experiência, de desempenho do servidor, de qualidade do curso e de aderência aos objetivos estratégicos e às áreas de conhecimento prioritárias da Agência de forma a garantir a qualificação do servidor alinhada aos interesses da ANAC.

Além disso, em 2015 foram concedidas 269 bolsas do Programa de Capacitação em Idiomas, 18 bolsas do Programa de Incentivo Educacional, totalizando R\$ 2.142.092,00 (dois milhões cento e quarenta e dois mil e noventa e dois reais) investidos na capacitação dos servidores.

Política de capacitação e treinamento do pessoal

Para garantir que o corpo técnico pudesse prestar suas atribuições com a qualidade esperada, foi elaborado o Plano Anual de Capacitação – PAC 2015, em que ações de capacitação foram propostas visando à formação, ao desenvolvimento e ao aprimoramento contínuo dos servidores da Agência Nacional de Aviação Civil. Nesse Plano estão previstos eventos internos de capacitação, promovidos pela ANAC, eventos *in company*, indicações de instituições de referência na área de aviação civil para a capacitação externa, bem como as referências para a realização de graduação e pós-graduação e os projetos especiais priorizados.

Para aprovação dos incentivos de graduação e pós-graduação, os processos são avaliados segundo a aderência dos treinamentos solicitados com as atribuições dos servidores na unidade de lotação e com a missão da Agência. Além disso, é verificada a conclusão do curso pelo servidor e a documentação probatória dos pagamentos realizados. Para o PAC de 2016, foi iniciado estudo mais aprofundado sobre as funções exercidas por cada cargo da Agência. O objetivo é desenhar a trilha de aprendizagem dos servidores, podendo elaborar o planejamento da capacitação que melhor se adequa aos interesses da instituição e às necessidades de cada colaborador.

Cabe destacar que em 2015 a Agência decidiu desativar o Centro de Treinamento, em Jacarepaguá – RJ. Esta decisão foi adotada com base nos princípios da economicidade, eficiência e eficácia. Os servidores lotados naquele Centro continuarão em exercício no Rio de Janeiro, porém no prédio que a ANAC ocupa no Centro da cidade. Dessa forma, os coordenadores pedagógicos terão atuação descentralizada na SPO, SAR e SIA, onde poderão desenhar de forma mais efetiva os eventos de capacitação de cada área, de acordo com as necessidades e características de cada uma.

Outras atividades da SGP serão desempenhadas pelo Núcleo de Capacitação na Representação Regional do Rio de Janeiro localizada no Centro da cidade (Avenida Presidente Vargas): proficiência linguística; gestão do Portal de Capacitação e do Banco de Dados de Capacitação; Biblioteca, que manterá parte do acervo na Representação do Rio de Janeiro; análise de homologação de horas de capacitação para fins de P&P; e Secretaria de Eventos para o suporte educacional. A gestão da capacitação, com atividades de planejamento e monitoramento, permaneceu na sede da Agência em Brasília.

Despesas associadas à manutenção do pessoal

As despesas associadas à manutenção de pessoal serão demonstradas no quadro “Despesas de Pessoal” que encontra-se na sequência do Relatório.

Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos

Os servidores que ingressam na Agência, no momento da posse em cargo público, entregam a Declaração de Não Acúmulo de Cargos respeitando as situações previstas na Constituição Federal e ao estabelecido na Portaria Normativa nº 2, de 12 de março de 2012 que imputa ao servidor a responsabilidade de informar ao órgão sobre qualquer acumulação de cargo.

No âmbito do Poder Executivo Federal, o controle de possíveis acumulações vedadas de cargos, funções e empregos públicos é realizado pelo órgão central do SIPEC – Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão por meio de “batimentos”. No caso de identificação de possível irregularidade o órgão notifica os órgãos setoriais/seccionais para as providências de apuração. No exercício de 2015 não foi detectada nenhuma ocorrência de possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos.

Principais riscos identificados na gestão de pessoas e providências adotadas para mitigá-los

Os possíveis riscos identificados na gestão de pessoas foram identificados considerando fatores internos e externos:

a) falta de treinamento para manuseio das aeronaves concomitante com a necessidade de cumprimento de prazos anteriormente estabelecidos;

b) alta rotatividade dos servidores da área administrativa é um risco com elevado impacto na qualidade dos serviços que a ANAC oferece e prejudica o desempenho e a continuidade das atividades;

c) atraso na liberação das 150 vagas por parte do MPOG para realização do concurso público de servidores para os Cargos de Nível Superior – Analista Administrativo, 25 vagas e Especialista em Regulação de Aviação Civil, 65 vagas; e para os Cargos de Nível Intermediário – Técnico Administrativo, 15 vagas e Técnico em Regulação de Aviação Civil, 45 vagas;

d) ausência de ferramentas administrativas que proporcionem maior efetividade na comunicação institucional entre as unidades (ex.: sistemas integrados, intranet);

e) falta de padronização dos procedimentos (roteiros, fluxogramas, mapeamento de processos, manuais).

Quanto às providências para mitigá-los explanaremos a seguir as ações pertinentes aos principais riscos.

Para capacitação de servidores o principal desafio foi o planejamento e execução das atividades com o orçamento disponível para o exercício.

Em 2015, houve redução dos repasses mensais de recursos para despesas correntes e expressiva redução nas verbas de capital. Dessa forma, foi necessário realizar a revisão de alguns cronogramas e readequação de despesas.

Para minimizar o impacto da redução do orçamento disponível foram realizadas ações com a finalidade de manter a capacitação mínima obrigatória a ser oferecida pela Agência.

Entretanto, dado o cenário político-econômico, houve dificuldades para a implementação das ações planejadas.

Esses fatores têm relevante impacto na imagem da organização frente aos seus *stakeholders*, principalmente na sua credibilidade junto ao público externo e na prestação de seus serviços.

A ANAC ampliou a oferta de cursos de capacitação e qualificação para a melhoria da qualidade dos serviços da Agência. Dessa forma, buscando a capacitação dos servidores, foram realizados, em 2015, eventos *in company*, Programa de Desenvolvimento Gerencial, bolsas semestrais do Programa de Capacitação em Idiomas e a concessão do incentivo educacional a graduação e pós-graduação.

Além disso, foram celebrados Termos de Cooperação com Escolas de Governo, com módulos para atendimento das demandas administrativas e finalísticas. A perspectiva é que esses cursos estejam previstos anualmente no Plano Anual de Capacitação, uma vez que são pautados por conhecimentos que exigem atualização permanente de um número amplo de servidores capacitados.

A Agência também promoveu internamente diversos cursos, palestras e seminários sobre temas relacionados à aviação civil.

Em grande parte dos casos, os instrutores designados pela Agência são especialistas altamente capacitados em diversas áreas e que compõem os quadros da ANAC, além de terem contato direto com os conhecimentos sensíveis ao Sistema da Aviação Civil no Brasil e no mundo. A Gratificação por Encargo de Cursos ou Concurso (GECC), paga aos instrutores servidores da Administração Pública Federal, é importante elemento na manutenção do papel da ANAC enquanto um dos principais atores na capacitação do setor. Em 2015, foram investidos R\$ 306.489,20 em GECC. Entretanto há expectativa de considerável aumento deste montante para os exercícios vindouros, uma vez que em 2015 houve entendimento do Ministério do Planejamento pela obrigatoriedade do pagamento da gratificação, à qual muitos dos instrutores renunciavam.

Para reduzir o risco de rotatividade, foi implementado o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) com objetivo promover ações de melhoria organizacional, criar formas de atuação efetiva dos servidores na elaboração e promoção da QVT e identificar fatores geradores de bem-estar, para aprimorá-los, e de mal-estar no trabalho, a fim de reduzi-los ou eliminá-los.

Foram desenvolvidas, em 2015, ações relacionadas à valorização, ao bem-estar e à saúde dos servidores, com destaque para a elaboração de normativo que institui a Política e Programa de Qualidade de Vida no Trabalho da ANAC.

Para minimizar o risco de planejar ações não condizentes com a realidade atual a SGP lançou, em 2015, o normativo que implementa a Política de Capacitação e de Desenvolvimento no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil e estabelece regras gerais para as ações de capacitação e desenvolvimento. Para atender a Política, foram identificadas, ainda em 2015, 383 trilhas de aprendizagem. A meta é que todos os servidores tenham suas trilhas identificadas até 2017.

Em relação ao quantitativo de servidores, cabe mencionar o fato de que ao longo de 2015 foram realizadas novas nomeações de servidores para preencher os cargos remanescentes do concurso

público de 2012, e abertura de novo concurso para suprir as demandas das áreas finalísticas que agregaram novas competências.

A abertura do concurso ocorreu por intermédio da publicação do Edital nº 76, de 4 de dezembro de 2015 e a primeira prova está prevista para ocorrer em 20 de março de 2016. A previsão é que o resultado final do concurso seja divulgado no segundo semestre. O certame está sendo executado pela Escola de Administração Fazendária – ESAF.

No que diz respeito aos sistemas informatizados denota-se que a modernização e a atualização dos sistemas associadas a processos organizacionais mais eficientes consistem em um desafio para a infraestrutura de tecnologia da informação da Agência. As exigências da legislação quanto ao acesso à informação, elaboração e arquivamento de documentos e ao uso de plataformas eletrônicas para o desenvolvimento de atividades na administração pública são fatores que impactam o gerenciamento de TI.

Para atender a essas exigências e a necessidade de implantação de sistemas integrados de gestão administrativa e de pessoas, de modernização da gestão pública e de implantação de melhorias nos processos de trabalho relativos à gestão de pessoas, foi iniciado, ainda em 2014, processo de aquisição de sistema por meio de licitação pública. Tendo em vista o cenário orçamentário e financeiro, o escopo do projeto foi revisto, a fim de que fossem buscadas alternativas no mercado e na Administração Pública de ferramentas de processamento eletrônico de demandas de gestão de pessoas.

O novo projeto incluiu uma ampla fase de benchmarking antes da contratação. A análise realizada pelo Grupo de Trabalho constituído para a realização do Estudo Técnico Preliminar de Contratação buscou levantar todos os pontos positivos e negativos de todas as soluções avaliadas. Ao final, os integrantes do Grupo de Trabalho concluíram que a alternativa que melhor atenderia aos interesses da Agência, em especial da área de gestão de pessoas, ao mesmo tempo em que se mostrou a opção mais barata, foi o estabelecimento de cooperação técnica com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte para adoção do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH. A proposta foi aprovada, em novembro de 2015, pelo grupo de gestão da ANAC e seguiu para a fase de celebração do Termo de Execução Descentralizada – TED.

Por fim, buscando padronizar os procedimentos de rotinas administrativas, fluxogramas, mapeamento de processos e manualização, priorizou-se o projeto de mapeamento de competências que está alinhado ao mapeamento de processos, em toda a Agência. A partir das competências mapeadas, a Superintendência de Gestão de Pessoas poderá gerir as lacunas de capacitação, racionalizando ainda mais o planejamento da capacitação.

Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas

Rotatividade – ANAC 2015

A movimentação e rotatividade dos servidores da ANAC é apresentada por um Índice de Rotatividade muito utilizado ultimamente pelas organizações: *turnover*. Ele mede a entrada e saída dos servidores da Agência por quaisquer motivos: pedido de vacância, processo administrativo ou aposentadoria.

Na busca do índice de rotatividade ideal a ANAC tem praticado políticas que permitam a retenção de seu pessoal, por meio dos seus planos e programas estratégicos, o que tem apresentado

excelentes resultados como pode ser observado na tabela abaixo que compara os índices dos exercícios de 2014 e 2015:

TABELA 24 – TURNOVER 2014/2015

TURN OVER do Quadro de Pessoal da ANAC	2014				2015			
	Admissões	Desligamentos	Efetivo médio	TURN OVER	Admissões	Desligamentos	Efetivo médio	TURN OVER
QUADRO EFETIVO	77	60	1368	5%	22	20	1375	2%
Ativo permanente	77	59	1154	6%	22	20	1162	2%
<i>Especialista em Regulação de Aviação Civil</i>	26	16	613,5	3%	20	6	625	2%
<i>Analista Administrativo</i>	20	17	212,5	9%	1	3	213	1%
<i>Técnico em Regulação de Aviação Civil</i>	17	7	238	5%	1	5	241	1%
<i>Técnico Administrativo</i>	14	19	90	18%	0	6	83	4%
Ativo permanente - Específico e C&T	0	1	214	0%	0	0	213	0%
Exercício descentralizado de carreira	4	7	15	37%	13	11	14	86%
Requisitado	1	13	103	7%	10	12	95	12%
Nomeado cargo comis. Sem vínculo	18	17	110	16%	11	21	104,5	15%
TOTAL	100	97	1596	6%	56	64	1588,5	4%

ESTRUTURA DE PESSOAL DA ANAC

QUADRO 17 – FORÇA DE TRABALHO DA ANAC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1890	1.398	35	33
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.890	1.398	35	33
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.890	1.288	22	20
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	15	2	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	1	1	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	94	10	12
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	99	11	21
4. Total de Servidores (1+2+3)	1890	1.497	46	54

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

Obs: Os servidores afastados e cedidos foram considerados para fins da tabela. Número de servidores afastados em 31/12/2015 – 17. Número de servidores cedidos em 31/12/2015 – 48.

QUADRO 18 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	331	1.002
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	331	1.002
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	274	949
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	14	1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	43	51
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	37	62
4. Total de Servidores (1+2+3)	368	1.064

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

Obs: Os servidores afastados e cedidos não foram considerados para fins da tabela. Número de servidores afastados em 31/12/2015 – 17. Número de servidores cedidos em 31/12/2015 – 48.

QUADRO 19 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA ANAC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	460	426	240	95
1.1. Cargos Natureza Especial	5	4	2	1
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	455	422	238	94
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	283	172	50
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	1	1	10
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	41	26	11
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	96	37	20
1.2.5. Aposentados	Não há	1	1	0
2. Funções Gratificadas	Não há	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		426	240	95

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

Obs: 21 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão, Ingressos no Exercício, são referentes a reestruturação da SRE em SAS e SRA

Análise Crítica

Percebe-se que a força de trabalho da Agência demonstra certa rotatividade da mão-de-obra. Esse fato, associado ao número insuficiente de servidores, impacta a solução das demandas sob a competência da ANAC.

Em decorrência da defasagem de recursos humanos, afora o elevado número de servidores que solicitaram vacância ou exoneração dos cargos que ocupavam e do aumento da demanda de trabalho se fez necessário recomposição da estrutura organizacional da Agência por solicitação de realização de Concurso Público para provimento de cargos efetivos. O Concurso visa equacionar, a curto prazo, a questão relativa a força de trabalho da ANAC.

Enquanto o quantitativo de pessoal não era recomposto, medidas foram tomadas buscando o atendimento do interesse público. Nesse sentido em 2015 a Agência passou por novas reestruturações de forma a melhorar os processos internos de trabalho, conforme mencionado no item “Planejamento Organizacional”. As alterações no Regimento Interno – RI alcançaram também o nível gerencial,

refletindo em fluxos internos de trabalho mais eficientes. Além disso, o Programa de Desenvolvimento Gerencial, em complemento à alteração do RI, visou melhorar a gestão dos colaboradores da Agência, aproximando os gestores da força de trabalho e buscando administrar as demandas individuais de maneira mais próxima. Pensando nisso, o Programa incluiu módulos de autoconhecimento, negociação, liderança e gestão de pessoas, gestão de processos e de projetos e gestão estratégica para resultados.

Por fim, em relação ao quadro “DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA”, vale esclarecer que a Lotação Efetiva na Agência não contabiliza 17 (dezesete) servidores afastados e 48 (quarenta e oito) servidores cedidos, em 31/12/2015, não obstante o Quadro “FORÇA DE TRABALHO” conter esse grupo de servidores, uma vez que representa a totalidade do quadro de pessoal.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL
QUADRO 20 – DESPESAS DE PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2014	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	R\$ 190.566.042,59	R\$ 9.883.638,22	R\$ 17.125.943,41	R\$ 6.204.781,82	R\$ 13.212.887,57	R\$ 2.317.420,54	R\$ 267.184,80	R\$ 522.174,58	R\$ 3.823,27	R\$ 240.103.896,80
	2014	R\$ 176.967.970,50	R\$ 8.180.357,23	R\$ 15.836.248,41	R\$ 6.142.082,84	R\$ 7.922.291,94	R\$ 2.320.646,75	R\$ 467.481,96	R\$ 703.579,01	R\$ 4.170,84	R\$ 218.544.829,48
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	0,00	R\$ 2.495.585,86	R\$ 250.215,49	R\$ 86.827,20	R\$ 295.052,87	R\$ 3.921,90	R\$ 2.839,20	R\$ 10.903,95	0,00	R\$ 3.145.346,47
	2014	0,0	R\$ 2.758.166,47	R\$ 235.226,28	R\$ 109.289,69	R\$ 75.735,95	R\$ 6.412,36	R\$ 36.175,53	R\$ 3.002,72	0,00	R\$ 3.224.009,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	R\$ 5.182.418,68	R\$437.463,92	R\$ 235.511,92	R\$ 1.028.975,69	R\$ 91.263,26	R\$100.749,58	R\$15.200,20	0,00	R\$ 7.091.583,25
	2014	0,00	R\$ 5.376.244,27	R\$ 461.732,42	R\$ 175.418,59	R\$ 683.716,81	R\$ 100.440,55	R\$196.599,79	R\$ 13.253,15	0,00	R\$ 7.007.405,58
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	R\$6.626.807,00	R\$ 266,31	R\$ 571.839,09	R\$ 190.930,61	R\$ 207.669,57	R\$ 98.880,80	R\$ 1.965,60	R\$ 16.566,45	0,00	R\$ 7.714.925,43
	2014	R\$ 6.212.039,46	0,00	R\$ 540.597,60	R\$ 170.783,76	R\$ 214.374,63	R\$ 107.826,13	R\$ 1.468,01	R\$ 4.865,65	0,00	R\$ 7.251.955,24
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: DW- SIAPE

Demais despesas: Programa Incentivo Educacional, Indenização a Gestante e Remuneração Compensatória.

INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTROLES PARA MITIGAR RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL

Para garantir que o corpo técnico pudesse prestar suas atribuições com a qualidade esperada foi elaborado o Plano Anual de Capacitação – PAC 2015, já citado anteriormente.

Por fim, com o intuito de controlar e mitigar outros riscos gerenciais relacionados à gestão de pessoas, os diversos temas afetos à área são levados para discussão e decisão pelo Grupo de Desenvolvimento Institucional – GDI.

CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E ESTAGIÁRIOS

QUADRO 21 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA ANAC

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência de Gestão de Pessoas						
UG/Gestão: (quando executora no SIAFI) 113215 SGP						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos estudantes contratados	Sit.
			Início	Fim		
07/07/2013	Contratação de empresa para atuar como Agente de Integração Público ou privado de estudantes regularmente matriculados e com frequência regular em cursos de ensino médio ou superior para fins de execução do Programa de Estágio Complementar para a ANAC, em âmbito nacional, tendo a atribuição de intermediar, junto a instituições de ensino, a celebração de Termo de Compromisso com estudantes interessados em estágio, conforme especificações constantes no Termo de Contrato.	Super Estagios LTDA ME, inscrita sob o CNPJ 11.320.576/0001-52	A vigência inicial presente é de 12 meses, a contar de 07/07/2013	A vigência inicial presente é de 12 meses, a contar de 07/07/2013, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses	Ensino Médio	Vigente

Fonte: Contrato 20/2013

Buscando dar oportunidade aos estudantes de obter experiência prática que contribua para sua formação profissional, a política do Programa de Estágio Curricular, na modalidade estágio não obrigatório, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, está baseada na Lei 11.788/2008, e sua regulamentação interna foi estabelecida por meio da Instrução Normativa nº 58, de 20 de dezembro de 2011, a qual prevê todos os procedimentos e as condições para sua operacionalização.

Ressalte-se que o Programa de Estágio tem sua execução por meio do agente de integração, a empresa SUPERESTÁGIOS LTDA-ME.

TABELA 25 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				(em R\$ 1,00)	
	2013		2014		2015	
	Qtde.	Despesa no exercício	Qtde.	Despesa no exercício	Qtde.	Despesa no exercício
1. Nível superior	156	1.751.696,47	200	1.798.686,50	236	1.887.267,27
1.1 Área Fim	91	1.021.822,94	127	1.142.165,93	166	1.327.484,61
1.2 Área Meio	65	729.873,53	73	656.520,57	70	559.782,67
2. Nível Médio	15	168.432,35	13	116.914,62	13	103.959,64
2.1 Área Fim	7	78.601,76	7	62.954,03	7	55.978,27
2.2 Área Meio	8	89.830,59	6	53.960,59	6	47.981,37
3. Total (1+2)	171	1.920.128,82	213	1.915.601,12	249	1.991.226,91
Dados: SIAPE e SIAFI						

GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA

A gestão dos imóveis está a cargo das unidades de serviço da Superintendência de Administração e Finanças – SAF que planejam e fiscalizam as reformas e manutenções, além de zelarem pela sua integridade. Os registros e controles são realizados no SIAFI e SPIUNet.

GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIA E TERCEIRIZADA

Sobre a gestão da frota própria, cumpre esclarecer que os poucos veículos ainda remanescentes nos ativos da Agência em 2015 eram objeto de processos de desfazimento. Não foram, portanto, utilizados.

O controle do uso da frota pela ANAC encontra fulcro legal na Instrução Normativa nº 46, de 28 de Julho de 2012 que segue os moldes da Instrução Normativa nº 3, de 2008 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão que estabelece vários documentos a serem preenchidos mensalmente e anualmente pelos gestores para prestação de contas da utilização da frota situada em sua região. Essa IN foi revista e encontra-se em tramitação interna proposta de novo normativo com adequação a esse novo modelo de frota terceirizada.

Os serviços permitem o atendimento às demandas de presença de servidores e colaboradores em locais distintos do prédio de funcionamento da ANAC em Brasília, São Paulo, São Jose dos Campos e Rio de Janeiro, o que ocorre diariamente. Também através dos veículos eventuais permite o deslocamento de autoridades e demais colaboradores, para executar atividades administrativas ou finalísticas (inspeção, fiscalização, auditoria, entre outras) esporádicas, excepcionais nas mais diversas localidades do território nacional, ou ainda, em unidades da ANAC que não justifiquem a manutenção de veículo dedicado.

Para prestação eficiente do serviço de transporte a ANAC mantém estrutura de gestores na Sede e Representações Regionais de São Paulo e Rio de Janeiro, são 6 servidores da Agência atuando nos contratos, 3 servidores que atuam diretamente como fiscais dos contratos e outros 3 que atuam como substitutos. São mantidos controles de requisições dos serviços realizados e planilhas de controle. Além disso, as solicitações são analisadas e muitas delas são corrigidas junto

ao demandante para que a necessidade continue sendo atendida porém de forma a gerar menores gastos à Administração.

No quadro a seguir indicamos os contratos, abrangência dos serviços e contratadas:

TABELA 26 – CONTRATOS DA FROTA TERCEIRIZADA

Contrato	Objeto	Empresa Contratada
024/ANAC/2014	Prestação de Serviços de Transporte nas Regiões Centro Oeste, Norte e Nordeste.	TS Locacoes e Servicos LTDA. CNPJ: 09.463.607/0001-82
026/ANAC/2014	Prestação de Serviços de Transporte nos Estados do RJ, MG e ES.	G.L. Transportadora e Servicos LTDA. CNPJ: 08.295.197/0001 – 45
041/ANAC/2014	Prestação de Serviços de Transporte no Estado de SP e na Região Sul	Transportadora Fiuza & Oliveira LTDA. CNPJ: 04.824.922./0001-74

Apresentamos informações sucintas sobre a gestão dos contratos durante o ano de 2015:

- a) Contrato número 024/ANAC/2014:
- Valor previsto do contrato para 2015: R\$ 1.876.436,65;
 - Valor realizado em 2015: R\$ 1.456.760,20;
 - Quantidade, tipo de veículo, por jornada, por condutores: 13 veículos (2 VTI de 16 horas, 5 VTI de 8 horas e 6 VSC1 de 8 horas) e 15 motoristas;
 - Quilometragem percorrida e valor gasto com cada tipo de veículo: VTI: 59.698km e R\$ 744.796,50; VSC1: 53.138km e R\$ 475.410,00;
 - Eventuais (valor gasto): VTI: R\$ 1.650,00; VSC1: R\$ 180.318,80; VSC2: R\$ 4.600,00; VSC3: R\$ 50.652,80;
 - Gasto com diárias: R\$ 12.045,00.
- b) Contrato número 026/ANAC/2014:
- Valor estimado do contrato para 2015: R\$ 1.240.095,30;
 - Valor gasto em 2015: R\$ 820.057,12 (incluindo o valor da repactuação referente ao período de junho a dezembro);
 - Quantidade, tipo de veículo, por jornada, por condutores: 8 (1 VTI 16 horas, 6 VSC1 8 horas e 1 VSC2 8 horas);
 - Quilometragem percorrida e valor gasto com cada tipo de veículo: Franquia: VTI – 13.696 km e R\$ 180.360,00; VSC1 – 96.483 km e R\$ 408.084,00; VSC2 – 9.576 km e R\$ 93.600,00;
 - Eventuais: Valor gasto VSC1- R\$ 85.277,85 e VSC2 – R\$ 11.460,00;
 - Quantidade de diárias gastas: 152, no valor de R\$ 41.275,27.
- c) Contrato número 041/ANAC/2014:
- Valor estimado do contrato para 2015: R\$ 1.635.475,26;
 - Valor gasto em 2015: R\$ 1.020.720,08;
 - Quantidade, tipo de veículo, por jornada, por condutores: 8 veículos, sendo dois VTI (São Jose dos Campos e São Paulo) 6 VSC1 (2 em São Jose dos campos e 4 em São Paulo);
 - Quilometragem percorrida e valor gasto com cada tipo de veículo: VTI – 34.327 km e R\$ 183.920,96; VSC1 – 110.747 km e R\$ 478.652,46;
 - Eventuais: Valor gasto R\$ 72.047,87;

- Quantidade de diárias gastas: 1154 no valor de R\$ 286.098,79.

POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE VEÍCULOS INSERVÍVEIS OU FORA DE USO E INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE VEÍCULOS NESSAS CONDIÇÕES

Devido ao tempo de uso elevado dos veículos oficiais da frota (média superior a 6 anos) e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.271, de 07/07/1997, que cita que as atividades de transportes no âmbito da Administração Pública Federal que devem, de preferência, ser objeto de execução indireta, a ANAC realizou em 2012 estudo sobre renovação da frota oficial, com base em dados históricos dos custos envolvidos no transporte oficial desta Agência. No final, foi aprovada a proposta de alienação da frota existente e terceirização dos serviços de transporte com fornecimento de veículos e motoristas.

Assim, em 2015 foram destinados, para doação, 117 veículos que compunham a frota oficial da Agência. A Administração entendeu que a doação seria a forma mais conveniente e economicamente vantajosa para o Estado, visto que 79 veículos foram doados a integrantes da Administração Pública Federal, 01 para integrante da Administração Pública Estadual, 24 para integrantes da Administração Pública Municipal e 13 para entidades filantrópicas. Tudo em conformidade com o Decreto 99.658, de 1990 e com a classificação estabelecida por Comissão designada para o Desfazimento, tratado nos Processos de nº 00058.057729/2013-15 e 00058.044144/2015-05.

Não restaram, no final do ano de 2015, veículos em desuso no âmbito desta Agência.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

A Gestão do Patrimônio Imobiliário da ANAC é coordenada em nível nacional pela Gerência de Gestão Estratégica de Recursos – GEST, da Superintendência de Administração e Finanças – SAF. A execução, por seu turno, está a cargo das unidades de serviço: Gerência Técnica de Serviços Gerais (GTSG), Gerência Técnica de Administração e Finanças Rio de Janeiro (GTAF/RJ) e Gerência Técnica de Administração e Finanças São Paulo GTAF/SP.

São as equipes de Administração Predial que detêm competência para a fiscalização dos contratos que envolvem a gestão do patrimônio imobiliário, como aluguel, condomínio e manutenção. A força de trabalho dessas equipes é composta por servidores e a execução dos serviços de manutenção é realizada exclusivamente por terceirizados.

São utilizadas planilhas eletrônicas – Excel – para controle da administração predial.

Para a gestão imobiliária e considerando o quadro de colaboradores em exercício da Agência, reputamos, pois, suficiente a estrutura existente.

A ANAC utiliza as seguintes ferramentas para gestão do patrimônio imobiliário:

- Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet;
- Planilhas eletrônicas – Excel;
- Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG;
- Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

Os procedimentos gerais, para gestão dos imóveis, são estabelecidos na Gerência de Logística que informa as instruções operacionais através de e-mails, memorandos e por reuniões presenciais e por videoconferências às unidades.

Outras instruções operacionais são estabelecidas através de Instruções Normativas e Manuais (por exemplo Manual de Fiscalização de Contratos) que são disponibilizados na Intranet da Agência.

Na Gestão do Patrimônio Imobiliário a Gerência de Logística atua no controle da regularidade dos Imóveis e no estabelecimento de procedimentos gerais. Já a Gerência Técnica de Serviços Gerais tem atuação sobre a manutenção e conservação física das instalações imobiliárias em Brasília e Manaus, as Gerências Técnicas de Administração e Finanças executam essa função nos imóveis no Rio de Janeiro e São Paulo. Ainda, a SAF mantém Divisões de Administração que atuam na manutenção e conservação dos imóveis em Porto Alegre e Recife. No desenvolvimento de suas atividades a ANAC utiliza imóveis de propriedade da União, onde para sua manutenção e adequação, foram realizadas despesas durante o exercício de 2015, conforme segue:

- Em Brasília ocupa um imóvel da União denominado Sede-II, com Registro Imobiliário Patrimonial – RIP 9701165285003. Nele não foram realizadas despesas de manutenção preventiva, corretiva ou eventual;
- Em Recife ocupa o imóvel de RIP 2531004655004 e as despesas foram de R\$ 385.430,08;
- Em Porto Alegre ocupa o imóvel de RIP 7535002635006 e as despesas foram de R\$ 78.508,86;
- Em Curitiba ocupa o imóvel de RIP 8589001665003 e as despesas foram de R\$ 88.224,07;
- No Rio de Janeiro ocupa os imóveis conhecidos por Jacarepaguá (Centro de Treinamento) e Aeroporto Santos Dumont (Ed. Silvio de Noronha), sem RIP individualizado, onde as despesas somadas foram de R\$ 468.403,78.

As despesas referentes aos imóveis utilizados pela ANAC estão adequadamente evidenciadas à luz dos Princípios de Contabilidade, às Normas de Contabilidade aplicadas ao Setor Público e ao MCASP, sejam relacionadas a imóveis próprios ou a imóveis locados. As despesas que não implicam em ampliações relevantes do potencial de geração de benefícios econômicos futuros são apropriadas como despesas de custeio. As despesas relativas a imóveis locados e classificadas como investimentos são apropriadas no Ativo a título de benfeitorias em imóveis de terceiros, cujo prazo de amortização está atrelado à vigência do contrato de locação. Os registros contábeis dos imóveis próprios estão devidamente operacionalizados na lógica da integração entre os sistemas estruturantes SPIUNet e SIAFI. A depreciação dos imóveis de propriedade da ANAC cujo cadastro consta do SPIUNet é contabilizada em observância ao princípio da competência e ao disposto na Portaria Conjunta nº STN/SPU 03/2014.

Os riscos maiores na gestão dos imóveis são quanto à possibilidade de haver aceleração do Processo de depreciação com danos às instalações, levando à insatisfação no atendimento dos usuários. Para mitigá-los contamos com contratos de manutenção predial, que além dos serviços preventivos efetuam as correções pontuais que surgem.

CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E IMÓVEIS A ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS

Esta situação não se aplica à Agência, visto não haver espaços cedidos a terceiros.

INFORMAÇÕES SOBRE OS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

No desenvolvimento de suas atividades a ANAC, além de se utilizar de Imóveis da União, se utiliza dos Imóveis locados de terceiros, abaixo discriminados:

- Imóvel de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP nº 970132805.500-1, localizado em Brasília, no qual está instalada a Sede da Agência. A área ocupada é de 21.887,11 m² (área privativa e comum). Em dezembro de 2015 o valor mensal do aluguel foi de R\$ 1.545.574,20;
- Imóvel de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP nº 600104827.500-0, localizado no Rio de Janeiro, no qual está instalada a Representação Regional do Rio de Janeiro da Agência. A área ocupada é de 7.787,2 m² e em dezembro de 2015 o valor mensal do aluguel foi de R\$ 849.601,72;
- Imóvel de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP nº 710701319.500-1, localizado em São Paulo, no qual está instalada a Representação Regional de São Paulo em São Paulo da Agência. A área ocupada é de 3.920,42 m² e em dezembro de 2015 o valor mensal do aluguel foi de R\$ 319.204,20;
- Imóvel de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP nº 709900553.500-7, localizado em São José dos Campos, no qual está instalada a Representação Regional de São Paulo em São José dos Campos da Agência. A área ocupada é de 2.586,79 m² e em dezembro de 2015 o valor mensal do aluguel foi de R\$ 178.338,00;
- Imóvel de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP nº 025500935.500-6, localizado em Manaus, no qual estava instalado o Núcleo Regional de Aviação Civil – NURAC de Manaus até o mês de agosto de 2015 (com valor mensal de aluguel de R\$ 43.200,13), quando o imóvel foi devolvido e o Núcleo transferido para o Aeroporto Internacional Eduardo Gomes.

Análise Crítica

Os imóveis locados são necessários para o adequado funcionamento da Agência. Destaque-se as constantes adequações dos espaços ocupados às necessidades, com a execução do Plano de Fortalecimento da ANAC-Sede em Brasília.

As despesas com manutenção dos imóveis locados, que não se enquadram nas de condomínio, são suportadas pela locatária. As despesas no âmbito da ANAC-Sede foram de R\$ 619.132,42; no âmbito Representação Regional de São Paulo foram de R\$ 297.131,33 e na Representação Regional do Rio de Janeiro de R\$ 341.686,41. O valor relativamente elevado das despesas se deveu às alterações de lay-out com as transferências de servidores, conforme programa de fortalecimento da sede e início da customização visando transferência do Centro de Treinamento do Rio de Janeiro para Brasília e Torre Boavista no Rio de Janeiro.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

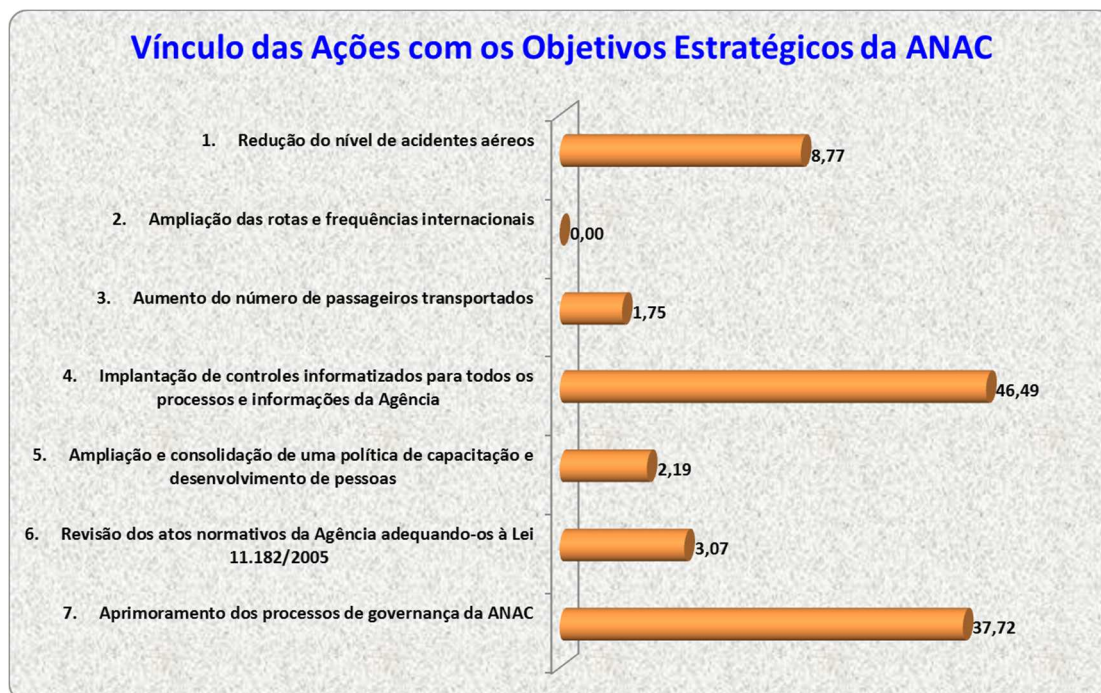
Introdução

Neste tópico serão apresentadas informações que evidenciem o alinhamento dos Planos de Tecnologia da Informação com o Plano Estratégico da Agência; atuação do Comitê Gestor de TI; principais sistemas de informação da ANAC; plano de capacitação do pessoal de TI; força de trabalho da TI; processos de gerenciamento de serviços de TI implementados na unidade; projetos de TI desenvolvidos no período; e, por fim, as medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a Agência.

Planos de Tecnologia da Informação

O Plano Diretor de TI 2014/2015 (http://www2.anac.gov.br/anac/pdf/PDTI_2014-2015.pdf) foi aprovado pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2014 e está alinhado ao Plano Estratégico institucional 2010-2014 (PE). Todas as ações do PDTI contribuíram para o atendimento dos objetivos estratégicos conforme explicita percentualmente o gráfico abaixo. Não houve readequação do PDTI 2014/2015 ao novo Planejamento Estratégico institucional, pois já estava em andamento a elaboração de um novo PDTI, apenas foram priorizadas as ações que atendiam também o novo PE.

FIGURA 18 – GRÁFICO COM O VÍNCULO DAS AÇÕES COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA ANAC



Em 2015, foi elaborado um novo Plano Estratégico institucional impactando na proposta do novo PDTI 2016/2017. Para a elaboração deste PDTI que abrange a Sede e as Unidades Organizacionais da ANAC foram registradas a metodologia aplicada, o inventário de necessidades, o portfólio de projetos distribuído no tempo, o gerenciamento de riscos, entre outros aspectos. Este processo está em andamento mas ainda não foi aprovado pela Diretoria.

Merece menção o fato de que o Plano Estratégico de TI (PETI) da ANAC ainda se encontra em processo de aprovação.

Comitê de Tecnologia da Informação

Quanto ao Comitê de TI, existe portaria de criação, porém ele só se reúne quando solicitado e não ordinariamente. A portaria está sendo revista para que o Comitê tenha sua atuação reestabelecida de forma ordinária. De acordo com a portaria em vigor, o Comitê é composto por representantes de todas as superintendências da Agência.

Por fim, destaca-se que a última reunião do Comitê ocorreu em dezembro de 2015.

Principais Sistemas de Informação

Nesta seção, são descritos os principais sistemas de informação da ANAC. Na tabela apresentada, constam especificações que os caracterizam.

Todos os sistemas são mantidos por empresa terceirizada com uma despesa média anual em torno de 350 mil reais.

Ações estão previstas para mitigar os riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas tais como instalação/contratação de ambiente seguro com redundância, documentação dos sistemas e maior envolvimento das áreas gestoras nos processos.

TABELA 27 – PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ANAC

Sistema	Nome	Descrição	Responsável da área de Negócio	Criticidade
AERODROMO	Aeródromos Públicos E Privados	<p>Objetivo:</p> <p>Receber e gerenciar as informações que os operadores de aeródromo devem enviar à ANAC.</p> <p>Principais Funcionalidades do Sistema:</p> <ul style="list-style-type: none"> Receber informações físicas e cadastrais de aeródromos; Receber e facilitar a análise de informações cadastrais de SESCINC (serviços de resgate, salvamento e combate a incêndio em aeródromos civis); Receber as informações sobre ocorrências que ocasionaram acionamento de SESCINC; Receber e permitir a análise de medições de atrito e macrotextura das pistas de pouso e decolagem. 	Leandro Costa Pereira Crispim De Sousa	<input type="checkbox"/> Alta <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa
AEV	Autorização Especial De Voo	<p>Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> O AEV - Sistema da Autorização Especial de Voo tem como objetivo automatizar a solicitação e emissão de autorizações de especiais de voo que constam no MPR-100 capítulo 10 feita por empresas aéreas e de manutenção com o objetivo de transladar ou efetuar voos de teste em aeronaves com certificado de aeronavegabilidade inválida. <p>Principais Funcionalidades do Sistema:</p> <ul style="list-style-type: none"> Manter solicitações e finalizar Autorizações. Analista/aprovador manter suas respectivas análises, confirmar e comentar. Manter autorizações emitidas para solicitações realizadas em papel. Permite ao aprovador confirmar a análise, emitir a autorização ou devolver para uma nova análise. Rotinas Batch [Rotinas extra aplicação, como scripts diários, cargas, etc]: SIAVANAC.SP_ATUALIZA_STATUS_SOLIC_AUT mudança de situação das solicitações/ 	Lawrence Josué Fernandes Costa	<input type="checkbox"/> Alta <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa

Sistema	Nome	Descrição	Responsável da área de Negócio	Criticidade
		autorizações emitidas com base em suas datas de solicitação e validade.		
AFM	Controle De Manual De Voo De Aeronave	Objetivo: Registrar as propostas de revisão de manuais de voo de aeronaves, e controlar o fluxo de distribuição para análise, aprovação e assinatura das propostas aprovadas, e também o controle de aprovação e assinatura das revisões temporárias e releases que forem criados, a partir das propostas.	Selma Elisa Gomes De Pinho Sa	<input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa
ALTE	Sistema De Apoio Ao Registro Aeronáutico Brasileiro	Objetivo : Realizar o registro das aeronaves nacionais no RAB (Registro Aeronáutico Brasileiro). Principais Funcionalidades do Sistema: <ul style="list-style-type: none"> • Manter Aeronave • Alterar endereço • Manter proprietários • Reserva de Marca • Transferência de Aeronave • Comunicar Venda • Cancelar Matrícula • Aeronaves roubadas • Revalidar Reserva de Marcas • Atualizar Tipo para Fiscalização • Pré-matrícula de Aeronave 	Luciana Ferreira Da Silva	<input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa
CIV	Civ (Caderneta Individual De Voo) Eletrônica	Objetivo: Permitir ao aeronauta visualizar e eventualmente alterar alguns de seus dados. Principais funcionalidades do sistema: <ol style="list-style-type: none"> 1. Permitir ao aeronauta realizar a atualização cadastral 2. Consultar voos 3. Consultar processos 4. Declaração de Experiência de Voo 	Diego Cassiano Jesus De Almeida	<input type="checkbox"/> Alta <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa
E-DIAM	Declaração De Inspeção Anual De Manutenção Eletrônica	Objetivo: Ferramenta disponível às Organizações de Manutenção certificadas pelo RBAC 145 e às empresas de Taxi Aéreo certificadas pelo RBAC 135 para o envio de declaração de inspeção anual de manutenção (e-DIAM) requerida pelo RBHA 91. Principais funcionalidades: <ul style="list-style-type: none"> • Permitir que os Responsáveis Técnicos das Organizações de Manutenção e os Diretores de Manutenção das Empresas de Taxi Aéreo, devidamente cadastrados no sistema SAR, possam 	Aureo De Moraes Vasconcelos	<input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa

Sistema	Nome	Descrição	Responsável da área de Negócio	Criticidade
		<p>enviar declaração de inspeção de manutenção anual (e-DIAM) para a ANAC;</p> <ul style="list-style-type: none"> Realizar a aceitação automática quando os dados fornecidos na e-DIAM forem coerentes com as prerrogativas da organização conforme cadastrado no sistema SAR; Permitir o INSPAC analisar e aceitar as e-DIAM que não foram aceitas automaticamente; Registrar e disponibilizar no SACI as informações da e-DIAM e as informações declaradas referentes à aeronave (horas e ciclos de voo); Atualizar as informações da aeronave (situação da aeronave e validade da IAM) no SIAC/SACI. 		
EXAMCR ED	Examinador Credenciado	<p>Objetivo: O Aeronauta solicita serviço de Revalidação de Habilitação, quando o processo é deferido ou quando existe um processamento automático, o sistema calcula a nova Data de Validade da Habilitação e Atualiza no Sistema.</p>	Felipe Gonzalez Gonzaga	<input type="checkbox"/> Alta <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa
GIASO	Gerenciame nto De Inspeções De Aeronavega bilidade E Segurança Operacional	<p>Objetivo: Ferramenta tem objetivo de documentar de forma padronizada as inspeções realizadas nas diversas atividades de fiscalização e supervisão realizadas pela SAR e SSO.</p> <p>Principais Funcionalidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> Preenchimento e registro on-line do relatório da inspeção (RVSO); Preenchimento e registro do check list da inspeção; Envio eletrônico das não conformidades para o regulado (FOP 109); Interface para o regulado responder às não conformidades apontadas preenchendo o Plano de Ações Corretivas (PAC) e o FOP 123 da inspeção; Campo para o inspetor analisar o PAC enviado pelo regulado e emitir a Análise do PAC (APAC); Impressão de relatório, check list, PAC, APAC e FOP 123; Exportação dos dados de forma eletrônica para serem utilizados em outras aplicações; 	Aureo De Morais Vasconcelos	<input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa
HABILIT AÇÃO	Gestão De Habilitações E Licenças De Pessoal Da Aviação Civil	<p>Objetivo: O sistema permite a solicitação de serviços referentes à Habilitação, bem como a realização da pré-análise e Análise do Processo até sua conclusão.</p>	Diego Cassiano Jesus De Almeida	<input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa
HOTRAN	Horário De Transporte	<p>Objetivo:</p>	Marcelo Pereira Queiroz	<input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa

Sistema	Nome	Descrição	Responsável da área de Negócio	Criticidade
		<p>Gerenciar e receber diariamente os pedidos de solicitação de voos e os pareceres dos Membros Consultivos relacionados na Portaria DGAC N° 692.</p> <p>Principais Funcionalidades do sistema:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Solicitar HOTRAN • Dar parecer em HOTRAN • Consultar HOTRAN • Aprovar HOTRAN • Acompanhar solicitação de HOTRAN 		
PEL	Processo De Emissão De Licenças	<p>Objetivo: Ser o repositório de dados oficiais referentes aos aeronautas e aeroviários regulados pela ANAC, e permitir o controle das tabelas de domínio dos campos parametrizáveis (relacionais) utilizados no âmbito da certificação de pessoas (licenças e habilitações).</p> <p>Principais Funcionalidades do Sistema:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa de dados de aeronautas e aeroviários • Inclusão de dados de aeronautas e aeroviários (ex: renovar habilitação, nova licença, etc) • Suspensão de aeronautas e aeroviários • Atualização manual pelo analista de habilitação das fotos e assinaturas dos pilotos • Cadastro e listagem das FAPs (Fichas de Avaliação de Pilotos) referentes aos "cheques" (Exames de Proficiência) • Adição de restrições • Gerenciamento das tabelas de domínio de licenças, habilitações, nacionalidades, restrições, ... • File do Aeronauta (histórico de licenças, habilitações e restrições) de um determinado CANAC. 	Diego Cassiano Jesus De Almeida	[X] Alta [] Média [] Baixa
PROVAS ONLINE	Provas Online	<p>Objetivo: Ser um repositório de questões de provas teóricas da ANAC, com provas geradas dinamicamente, e armazenar o resultado das provas. Permite também o agendamento das provas e alteração de resultados conforme recursos interpostos.</p> <p>Principais Funcionalidades do Sistema:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tem as funcionalidades de agendamento de provas • Monitoramento das provas em andamento • Gerenciamento e alterações (resultados das provas refazer questões, mudar a data, re-gerar provas, ...) • Estatísticas sobre provas realizadas 	Eduardo Rolim Pinheiro	[X] Alta [] Média [] Baixa

Sistema	Nome	Descrição	Responsável da área de Negócio	Criticidade
RESERVA DE MARCAS	Reserva De Marcas	<p>Objetivo: Permitir ao interessado a reserva de marcas online para a matrícula de aeronaves junto ao Registro Aeronáutico Brasileiro.</p> <p>Principais Funcionalidades do Sistema: A principal funcionalidade é permitir ao usuário a escolha das marcas disponíveis junto ao RAB para efetivação da matrícula da aeronave no Brasil.</p>	Luciana Ferreira Da Silva	<input type="checkbox"/> Alta <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa

Plano de Capacitação do Pessoal de TI

O Plano de Capacitação de Servidores de TI busca qualificar os servidores em consonância com as metas institucionais da Agência, promovendo qualidade de vida no trabalho e progressão funcional por capacitação e qualificação. O Plano de Capacitação da Agência contempla, na parte afeta às ações de TI, as áreas temáticas: Informática – Programação e Tecnologia da Informação; Desenvolvimento Gerencial.

TABELA 28 – PLANO DE CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DE TI

Evento	Área	Tema	Finalidade	Organizadora	Tipo	Carga em h/a	Cidade do Evento	UF do evento
12º Workshop de Planejamento Estratégico: Execução da Estratégia	Desenvolvimento Gerencial	Desenvolvimento Gerencial	Gerencial	Brainstorming Assessoria de Planejamento e Informática Ltda	Instituição Privada	24	Brasília	DF
15º Workshop: Gestão da mudança organizacional II	Desenvolvimento Gerencial	Desenvolvimento Gerencial	Gerencial	Brainstorming Assessoria de Planejamento e Informática Ltda	Instituição Privada	8	Brasília	DF
18º Workshop: Coleta e Obtenção de Informações	Desenvolvimento Gerencial	Desenvolvimento Gerencial	Gerencial	Brainstorming Assessoria de Planejamento e Informática Ltda	Instituição Privada	4	Brasília	DF
19º Workshop: Acompanhamento e Avaliação da Estratégia I	Desenvolvimento Gerencial	Desenvolvimento Gerencial	Gerencial	Brainstorming Assessoria de Planejamento e Informática Ltda	Instituição Privada	16	Brasília	DF
23º Workshop de Planejamento Estratégico: Critérios e Identificação de Riscos	Desenvolvimento Gerencial	Desenvolvimento Gerencial	Gerencial	Brainstorming Assessoria de Planejamento e Informática Ltda	Instituição Privada	4	Brasília	DF

Evento	Área	Tema	Finalidade	Organizadora	Tipo	Carga em h/a	Cidade do Evento	UF do evento
25º Workshop: Monitoramento e Avaliação do Escritório de Projeto 2	Desenvolvimento Gerencial	Desenvolvimento Gerencial	Gerencial	Brainstorming Assessoria de Planejamento e Informática Ltda	Instituição Privada	8	Brasília	DF
25º Workshop: Monitoramento e Avaliação do Escritório de Projeto 2	Desenvolvimento Gerencial	Desenvolvimento Gerencial	Gerencial	Brainstorming Assessoria de Planejamento e Informática Ltda	Instituição Privada	4	Brasília	DF
Análise e melhoria de processos	Administração e Finanças	Economia, Orçamento e Finanças	Técnico ou Operacional	ENAP - Escola Nacional de Administração Pública	Escola de Governo	35	Brasília	DF
Certified ScrumMaster	Tecnologia da Informação	Informática - Programação e Tecnologia da Informação	Técnico ou Operacional	Adaptworks	Instituição Privada	16	Brasília	DF
Certified ScrumMaster	Tecnologia da Informação	Gestão da Informação	Técnico ou Operacional	Adaptworks	Instituição Privada	16	Brasília	DF
COBIT 5 Foundation	Tecnologia da Informação	Informática - Programação e Tecnologia da Informação	Técnico ou Operacional	IT Partners	Instituição Privada	16	São Paulo	SP
COBIT 5 Implementação	Tecnologia da Informação	Informática - Programação e Tecnologia da Informação	Técnico ou Operacional	IT Partners	Instituição Privada	24	São Paulo	SP
Curso Básico de IPv6 - Ênfase em Serviços	Tecnologia da Informação	Informática - Programação e Tecnologia da Informação	Técnico ou Operacional	CEPTRO.BR - Centro de Estudos e Pesquisas em Tecnologias de Redes e Operações	Instituição Privada	32	Brasília	DF
Curso de Boas Práticas para Sistemas Autônomos	Tecnologia da Informação	Informática - Programação e Tecnologia da Informação	Técnico ou Operacional	CEPTRO.BR - Centro de Estudos e Pesquisas em Tecnologias de Redes e Operações	Instituição Pública - Outros Órgãos	36	Brasília	DF

Evento	Área	Tema	Finalidade	Organizadora	Tipo	Carga em h/a	Cidade do Evento	UF do evento
Curso de Boas Práticas para Sistemas Autônomos	Tecnologia da Informação	Informática - Programação e Tecnologia da Informação	Técnico ou Operacional	CEPTRO.BR - Centro de Estudos e Pesquisas em Tecnologias de Redes e Operações	Instituição Pública - Outros Órgãos	36	Brasília	DF
DATA SCIENCE AND BIG DATA ANALYTICS	Tecnologia da Informação	Informática - Programação e Tecnologia da Informação	Técnico ou Operacional	EMC - Education Services	Instituição Privada	40	EAD	EAD
FUNDAMENTOS DE GOVERNANÇA DE TI	Tecnologia da Informação	Informática - Programação e Tecnologia da Informação	Gerencial	Universidade de Brasília	Instituição Pública - Outros Órgãos	16	Brasília	DF
GARTNER SYMPOSIUM ITXPO 2015	Tecnologia da Informação	Informática - Programação e Tecnologia da Informação	Gerencial	Gartner	Instituição Privada	36	São Paulo	SP
Gestão Avançada de Projetos	Desenvolvimento Gerencial	Desenvolvimento Gerencial	Gerencial	Fundação Dom Cabral	Instituição Privada	16	Brasília	DF
Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação - GCTI	Tecnologia da Informação	Informática - Programação e Tecnologia da Informação	Técnico ou Operacional	ENAP - Escola Nacional de Administração Pública	Escola de Governo	30	EAD	EAD
Gestão de Processos	Desenvolvimento Gerencial	Desenvolvimento Gerencial	Gerencial	Fundação Dom Cabral	Instituição Privada	8	Brasília	DF
Gestão Estratégica para Resultados	Desenvolvimento Gerencial	Desenvolvimento Gerencial	Gerencial	Fundação Dom Cabral	Instituição Privada	24	Brasília	DF
LB 14 - CURSO VOLTADO A COMO GERENCIAR UM PORTAL CORPORATIVO (PLONE 4)	Tecnologia da Informação	Informática - Programação e Tecnologia da Informação	Gerencial	LIBERIUN TECHNOLOGIES SISTEMA DA INFORMAÇÃO	Instituição Privada	32	Brasília	DF
Negociação	Desenvolvimento Gerencial	Desenvolvimento Gerencial	Gerencial	Fundação Dom Cabral	Instituição Privada	16	Brasília	DF
NETWORKER INSTALLATION, CONFIGURAÇÃO	Tecnologia da Informação	Informática - Programação e Tecnologia da Informação	Técnico ou Operacional	KA SOLUTION TECHNOLOGIA EM SOFTWARE	Instituição Privada	40	São Paulo	SP

Evento	Área	Tema	Finalidade	Organizadora	Tipo	Carga em h/a	Cidade do Evento	UF do evento
TION AND ADMINISTRATION								
PROGRAMA TECNOLÓGICA DA INFORMAÇÃO	Tecnologia da Informação	Informática - Programação e Tecnologia da Informação	Técnico ou Operacional	CETEB - Centro de Ensino Tecnológico de Brasília	Instituição Privada	270	EAD	EAD
Seminário Internacional Brasil 100% Digital	Tecnologia da Informação	Gestão da Informação	Técnico ou Operacional	Tribunal de Contas da União	Escola de Governo	16	Brasília	DF
SIMMETRIX VMAX CONFIGURATION MANAGEMENT	Tecnologia da Informação	Informática - Programação e Tecnologia da Informação	Técnico ou Operacional	EMC - Education Services	Instituição Privada	40	São Paulo	SP
SYMMETRIX VMAX BUSINESS CONTINUITY MANAGEMENT	Desenvolvimento Individual	Informática - Programação e Tecnologia da Informação	Técnico ou Operacional	EMC - Education Services	Instituição Privada	40	EAD	EAD
SYMMETRIX VMAX FUNDAMENTALS	Desenvolvimento Individual	Informática - Programação e Tecnologia da Informação	Técnico ou Operacional	EMC - Education Services	Instituição Privada	1,5	EAD	EAD
SYMMETRIX VMAX OPEN REPLICATOR & FEDERATED LIVE MIGRATION FUNDAMENTALS	Desenvolvimento Individual	Informática - Programação e Tecnologia da Informação	Técnico ou Operacional	EMC - Education Services	Instituição Privada	1	EAD	EAD
SYMMETRIX VMAX REMOTE DATA FACILITY (SRDF) FUNDAMENTALS	Desenvolvimento Individual	Informática - Programação e Tecnologia da Informação	Técnico ou Operacional	EMC - Education Services	Instituição Privada	1,5	EAD	EAD
SYMMETRIX VMAX TIMEFINDER FUNDAMENTALS	Desenvolvimento Individual	Informática - Programação e Tecnologia da Informação	Técnico ou Operacional	EMC - Education Services	Instituição Privada	1	EAD	EAD

Evento	Área	Tema	Finalidade	Organizadora	Tipo	Carga em h/a	Cidade do Evento	UF do evento
TREINAMENTO ITIL V3	Tecnologia da Informação	Informática - Programação e Tecnologia da Informação	Técnico ou Operacional	X25: Treinamento e Consultoria	Instituição Privada	24	Brasília	DF

Quadro de Pessoal de TI

A adequada prestação de serviços de TI possui, entre suas premissas, o correto aporte de recursos humanos, composto por servidores do quadro permanente devidamente apoiados por eventuais recursos terceirizados.

Esse raciocínio encontra respaldo no item 92 do Acórdão 140/2005 – TCU – Plenário, que diz:

“Existe, pois, um núcleo de atividades de informática que são estratégicas: ou porque lidam com informações privilegiadas, ou porque tratam da fiscalização dos contratos, ou porque delas depende o funcionamento do próprio setor e das demais unidades que utilizam seus serviços, ou porque envolvem a tomada de decisão sobre a realização de despesas de vulto na aquisição de bens e contratação de serviços. Quando essas atividades não são regularmente executadas, as chances de serem causados prejuízos à Administração aumentam consideravelmente.”

Na tabela a seguir, é apresentado o quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI da Agência:

TABELA 29 – QUANTITATIVO DE PESSOAL DE TI

Força de Trabalho de TI na ANAC	Qtde
Servidores efetivos da carreira de TI	21
Servidores efetivos de outras carreiras	04
Servidores de TI de outros órgãos	02
Nomeado Cargo Comissionado	01
Empregados de TI de outros órgãos	07
Estagiários	02
Terceirizados	63

Processos de Gerenciamento de serviços de TI

Na sequência, é apresentada a relação de processos de gerenciamento de TI implementados na Agência com descrição da infraestrutura ou método utilizado:

1. NOC (Network Operation Center) operando 24x7 em ambiente da empresa contratada (Central IT – contrato de suporte à infraestrutura de TI) com acesso via data center em Brasília aos ambientes de data center da ANAC (Brasília e Rio de Janeiro) utilizando ferramenta Nagios. Dispõe de plano de comunicação para acionar analistas da empresa terceirizada em caso de problemas.

2. NOC-RJ operando 24x7 no data center do Rio de Janeiro, utilizando ferramenta Nagios. Dispõe de plano de comunicação para grupo de NURACS.
3. Execução de atividades rotineiras durante o horário comercial/contratual para avaliação e correção de incidentes/problemas em serviços de TI pela empresa contratada. Processos descritos nas Ordens de Serviço mensais, com acompanhamento da fiscalização do Contrato.
4. Reunião de melhoria contínua mensal referente a resultados de gestão de incidentes com a empresa contratada.

Projetos de TI concluídos em 2015

Nesta seção, são apresentados os projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados; o alinhamento com o Planejamento Estratégico e o Planejamento de TI; os valores orçados e despendidos; e os prazos de conclusão.

TABELA 30 –PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS EM 2015

Número da Ação	UORG	Nome do Projeto	Resultado Esperado	Valor orçado	Valor Despendido	Blocos	Início Previsto	Térmi no Previsto	Térmi no Real	Objeti vo Estratégico	Necessidade
AC13.059	SAR	AEV - Autorização Especial de Voo	Sistema de solicitação/análise e/autorização especial de voo desenvolvido	281,63 PF	329,00 PF	desenvolvimento	jan/14	mar/15	dez/15	1, 4 e 7	1
AC14.020	SAR	e-RIAM de aeronaves experimentais	Manter a base de dados de aeronaves experimentais atualizada.	137,89 PF	148 PF	desenvolvimento	set/14	mai/15	dez/15	1, 4 e 7	1
AC14.052	STI/GESI	Revisar e Institucionalizar a Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas – MDS da ANAC	MDS Publicado	N/A	N/A	desenvolvimento	jan/14	fev/15	fev/15	4 e 7	6
AC14.069	STI/GESI	Construção do Dicionário de Dados para Repositório de Metadados da ANAC	Scripts e modelos de dados entregues	N/A	N/A	desenvolvimento	jan/14	dez/15	mai/15	4 e 7	7
AC14.099	STI/GESI	Gestão de Demandas de Sistemas	Modelo de Gestão de Demandas definido	N/A	N/A	desenvolvimento	jan/14	set/15	dez/15	4 e 7	7
AC14.105	STI/GESI	Gestão de Configuração - GC de Sistemas	Novo modelo de Gestão de Configuração definido	N/A	N/A	desenvolvimento	jan/15	dez/15	jul/15	4 e 7	7

AC14.137	STI/ GES I	Contratos de prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas; e apoio ao desenvolvimento	Artefatos TR elaborados	N/A	N/A	desenvolvimento	fev/15	mai/15	mai/15	4 e 7	7
AC14.148	STI/ GES I	Sistema de Registro de Capacitação - CADINSPAC	Promover celeridade e apresentação de evidências nas auditorias a que a ANAC estiver submetida	120 PF	120 PF	desenvolvimento	jul/15	out/15	set/15	4	6
AC14.149	SAR	Portal AVSEC – Adequação ao RBAC 110.	Adequar o sistema AVSEC para suportar RBAC 110.	50,40 PF	84,00PF	desenvolvimento	jul/15	out/15	dez/15	1 e 7	2
AC14.150	SGP	Dicionarização de Dados no SGBD Oracle - SISRH E CADINSPAC	Scripts e modelos de dados entregues	N/A	N/A	desenvolvimento	set/15	out/15	set/15	4 e 7	7
AC14.082	SAF	Aquisição de sistema corporativo para controle patrimonial e de almoxarifados	Controle patrimonial	78.468,72	78.468,72	Contratação Departamental	fev/15	mai/15	mai/15	6	2
AC14.065	STI/ GEI T	Migração Sharepoint	Versão mais atualizada	784,55 UST	717,05 UST	Infraestrutura	abr/14	abr/15	fev/15	6 e 7	9
AC14.135	STI/ GEI T	Governança de TI com Citsmart - Fase STI.GEIT 2.1	Implantação de um canal único de gestão de demandas	3.881 UST	3.881 UST	Infraestrutura	abr/15	dez/15	jun/15	6 e 7	9

Medidas adotadas para mitigar dependências

Por fim, apresentam-se medidas adotadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a ANAC:

No Desenvolvimento

- Artefatos resultantes da aplicação da MDMS – Metodologia de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas da ANAC que registram as necessidades, o escopo, os requisitos, os aspectos técnicos e a própria execução do processo de desenvolvimento;
- A metodologia Ágil utilizada para o desenvolvimento de software; o SCRUM, implica no envolvimento direto de servidores/colaboradores ANAC no papel de “Product Owner” (proprietário do produto/sistema), que detêm o conhecimento de negócio;
- Adoção de critérios de qualidade de software rígidos para as entregas nos novos contratos relacionados com desenvolvimento de software;
- Uso de ferramenta de gestão de desenvolvimento de software (TFS – Microsoft Team Foundation) instalada e configurada pela ANAC de forma que todos os produtos

gerados pelas empresas terceirizadas no processo de desenvolvimento de software ficam sob a posse e controle da Agência.

Na Infraestrutura de TI

- Elaboração de manuais para usuários, que podem fazer certas configurações independentemente das empresas prestadoras de serviço.
- Uso de base de conhecimento em todos os atendimentos feitos. As soluções ficam registradas e podem ser consultadas em novos atendimentos.
- Armazenamento de informações atualizadas de configuração dos ativos e serviços em estrutura de Wiki – ferramenta de documentação – interna à ANAC.
- Os projetos do PDTI são feitos sob coordenação de um líder técnico servidor da ANAC. Todas as decisões de escopo e implementação são discutidas com o líder técnico.
- Em todas as atividades de implementação e configuração de ativos e serviços são gerados relatórios de implementação que descrevem as configurações realizadas, muitas vezes incluindo procedimento com passo a passo.
- As decisões tecnológicas, principalmente quanto a produto, tecnologia, arquitetura e topologia são mantidas sob controle da ANAC.

GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

A administração pública tem a responsabilidade de contribuir no enfrentamento das questões ambientais, buscando estratégias inovadoras que repensem os atuais padrões de produção e consumo, os objetivos econômicos, inserindo componentes sociais e ambientais. Diante dessa necessidade, a ANAC adota as políticas oficiais sobre o tema, além de se esforçar para obter os melhores resultados possíveis nessa tarefa.

A ANAC participa do Projeto Esplanada Sustentável, iniciativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que integra as seguintes iniciativas: Programa de Eficiência do Gasto Público – PEG, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel, a Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P e a Coleta Seletiva Solidária.

Nas unidades da ANAC é feita a separação de resíduos sólidos recicláveis, especialmente papel, que são destinados a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006.

Na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras, a ANAC adota critérios de sustentabilidade ambiental. Nas aquisições de materiais de consumo, por exemplo, tem se dado preferência a produtos reciclados e atóxicos, bem como nas aquisições de computadores onde solicitamos embalagens descartáveis e baixa concentração de substâncias perigosas.

Da mesma forma, nas contratações de serviços, é solicitada a utilização de produtos biodegradáveis e materiais que não prejudiquem a natureza.

A ANAC elaborou e submeteu às instâncias superiores o PLS (Plano de gestão de Logística Sustentável), previsto no Decreto nº 7.746/2012. Embora ainda esteja em trâmite a aprovação do Plano, a área de Administração e Finanças da Agência vem aplicando seu conteúdo no dia a dia. Extrapolou-se os itens sugeridos e elaborou-se Plano de Ação para implantar práticas sustentáveis na contratação de Serviços de Limpeza e Segurança. Elaborou-se diagnóstico das principais áreas

envolvidas e estabeleceu-se indicadores para acompanhamento dos resultados. A comissão gestora do PLS foi implantada pela Portaria nº 1673/SAF de 01 de julho de 2013, sendo que sua atual composição está definida na Portaria nº 132/SAF de 21 de janeiro de 2016.

O PLS da ANAC abrange o conteúdo mínimo estabelecido na IN MPOG/SLTI 10/2012, além de incluir as áreas de Vigilância e Serviços de Limpeza, por estas terem grande representatividade na matriz de custos da Agência. Ele está em processo de aprovação pela Diretoria Colegiada tendo passado por alguns ajustes. Esse material logo que aprovado será disponibilizado na intranet/internet, além de ser amplamente divulgado juntos aos colaboradores internos.

Antes mesmo da adoção do PLS a ANAC já tinha como prática a racionalização dos custos, buscando eficiência e eficácia no uso dos recursos públicos. Elaborou-se diagnóstico e adotou-se prática no sentido de racionalizar o consumo de papel, copos de descartáveis, impressões, transporte energia elétrica e água e esgoto. Logo na implantação do PLS não vislumbrou-se grandes margens de redução nos indicadores de consumos desses itens, uma vez que acredita-se ter esgotado as possibilidades de melhorias significativas. Isso no entanto não reduz o nosso empenho em atender o programa. Pelo contrário, leva a focar esforços na manutenção desses indicadores e buscar obter ganho marginal através da identificação de oportunidades de melhoria.

ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

Dentre as ações adotadas na aquisição de bens e contratações de serviços podemos citar:

- Uso racional de recursos;
- Evitar e prevenir o desperdício de insumos consumidos;
- Exigir que materiais empregados considerem o impacto ambiental;
- Exigência de insumos com recursos naturais de origem ambientalmente regular e sustentável. Adoção de medidas para evitar desperdício de água tratada;
- Observância à Resolução CONAMA nº20/1994, quanto a equipamentos de limpeza que gerem ruídos; Treinamento de empregados para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos;
- Separação de resíduos reciclados descartados;
- Destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis; Embalagens, restos de material e produtos, deverão ser adequadamente separadas;
- Observar diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, exigindo as destinações ambientalmente adequadas dos resíduos dos serviços de engenharia;
- Produtos preferencialmente sem embalagens, e quando necessárias, que elas sejam preferencialmente de materiais recicláveis;
- Equipamentos devem ter selo “A” no PROCEL, além de exigir na compra de equipamentos de informática o selo “ENERGY STAR”, quando aplicável;
- Equipamentos de informática não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada da diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*) e devem possuir certificação de que não é composto por substâncias que oferecem riscos à saúde e ao meio ambiente; Selo A de economia de energia, no caso de eletrodomésticos.

GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS

IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DOS FUNDOS NA GESTÃO DA ANAC

FUNDO AEROVIÁRIO

Introdução

O Fundo Aeroviário, criado pelo Decreto-Lei nº 270, de 28 de fevereiro de 1967, e posteriormente alterado/complementado pela Lei nº 5.989, de 17 de dezembro de 1973, é um Fundo de natureza contábil, destinado a prover recursos financeiros para execução e manutenção o que prevê o Sistema Aeroviário Nacional, podendo ser aplicado em projetos, construção, manutenção, operação e na administração de instalação e serviços da infraestrutura aeronáutica².

Com a criação da ANAC pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, em seu Art. 31, estabeleceu-se que os recursos do Fundo constituem receitas da ANAC. O artigo 33 da mesma lei determina ainda que o Fundo Aeroviário, “incluídos seu saldo financeiro e seu patrimônio existentes nesta data, passa a ser administrado pela Agência Nacional de Aviação Civil” e no seu parágrafo único diz que “O Diretor-Presidente da ANAC passa a ser o gestor do Fundo Aeroviário”.

Por determinação da Medida Provisória nº 527, de 18 de março de 2011 – convertida na Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, que criou a Secretaria de Aviação Civil – SAC – as competências referentes à aviação civil foram transferidas do Ministério da Defesa para a SAC com a criação da nova unidade orçamentária – UO 20214 – ANAC, vinculada à Presidência da República com a conseqüente extinção dos órgãos 52201 e 52912.

A partir de 1º de junho de 2011, o Fundo Aeroviário passou a compor a estrutura do órgão 20214 – ANAC como unidade gestora executora e as transferências dos recursos financeiros aplicados na Conta Única são realizadas entre as unidades gestoras 113214 – ANAC e 113215 – Fundo Aeroviário, vinculadas ao órgão 20214 (62201).

As receitas arrecadadas pelo Fundo Aeroviário, conforme descritas a seguir, são constituídas de Taxas, Multas do Código Brasileiro de Aeronáutica, Contribuição para o Ensino Aeroviário e Rendimentos de Aplicação Financeira.

Contribuição para o Ensino Aeroviário – Fonte 176

São contribuintes para o Ensino Aeroviário todas as empresas privadas, públicas, de economia mista e autárquicas, quer federais, estaduais ou municipais, de transporte aéreo regular, não regular, de táxi aéreo e de serviços aéreos especializados; de telecomunicações aeronáuticas; de implantação, administração, operação e exploração da infraestrutura aeroportuária, e de serviços auxiliares; de fabricação, reparos e manutenção, ou de representação, de aeronaves, suas peças e acessórios, e de equipamentos aeronáuticos.

² O Sistema de Infraestrutura Aeronáutica no âmbito das competências da ANAC de regulação e fiscalização compreende os seguintes artigos do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565 de 19 de dezembro de 1986: o Sistema Aeroportuário, art. 34, o Sistema de Segurança de Voo, artigos 66 a 71, o Sistema de Registro Aeronáutico Brasileiro, artigos 72 a 85, o Sistema de Facilitação, Segurança e Coordenação do Transporte Aéreo, artigos 94 a 96, o Sistema de Formação e Adestramento de Pessoal destinado à Infraestrutura Aeronáutica, artigos 97 a 100, Sistema da Indústria Aeronáutica, artigo 101, Sistema de Serviços Auxiliares, artigos 102 a 104 e Sistema de Coordenação da Infraestrutura Aeronáutica, artigo 105.

As entidades, cujas atividades estão enquadradas na listagem acima citada, são obrigadas a recolher o percentual de 2,5% (dois e meio por cento), incidente sobre o total bruto da remuneração paga ou creditada aos empregados e trabalhadores avulsos, até o limite máximo estabelecido na legislação previdenciária.

A arrecadação, a fiscalização, a cobrança e o recolhimento da Contribuição do Ensino Aeroviário são delegados à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB por força § 6º do Art. 3º da Lei nº 11.457/2007.

Taxa de Fiscalização da Aviação Civil – TFAC – Fonte 0250

O fato gerador da TFAC é o exercício do poder de polícia decorrente das atividades de fiscalização, homologação e registros, nos termos do previsto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica. Os valores da TFAC são os fixados no Anexo III da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005.

A partir de 11 de setembro de 2015, as TFACs foram atualizadas monetariamente pela Portaria Interministerial nº 710³, de 1º de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial União em 02 de setembro de 2015. O Anexo I da referida Portaria traz os fatos geradores da TFAC e os valores atualizados monetariamente e autorizados pelo Inciso VIII do Art. 14 da Medida Provisória nº 685, de 21 de Julho de 2015, convertida na Lei nº 13.202, de 08 de dezembro de 2015.

Remuneração de Depósitos Bancários – Fonte 0280

Os recursos financeiros do Fundo Aeroviário são aplicados diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional. As taxas de remuneração são estabelecidas pelo Ministro da Fazenda, mediante portaria publicada no Diário Oficial da União.

Multa por Infração ao Código Brasileiro de Aeronáutica – Fonte 0174

O Código Brasileiro de Aeronáutica – CBA preconiza a aplicação de multas para diversos casos de infrações. Os recursos auferidos das infrações geradas são destinados ao Fundo.

Dotação Orçamentária

Diante das determinações legais, a Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2015 (LOA 2015), como já ocorrido nas LOAs de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, não consignou dotação orçamentária para o Fundo Aeroviário – UG 113215. A previsão das receitas a ele vinculadas pela Lei 5.989, de 17 de dezembro de 1973, foram consignadas na UG/Gestão 113214/20214 (UO – 62201).

Por isso, é na unidade gestora setorial de programação orçamentária e financeira da ANAC que são efetuados os registros contábeis da previsão e realização das receitas vinculadas ao orçamento da UO – 62201 (ANAC).

A LOA/2015 vinculou à ANAC receitas de dois tipos de fonte: fontes do Tesouro Nacional (0174 e 176), as quais têm registros contábeis nos órgãos arrecadadores, porém seus recursos

³<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/09/2015&jornal=1&pagina=32&totalArquivos=104> (folhas 32 a 36)

financeiros são automaticamente transferidos para a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; e fontes Próprias (0250 e 0280), que tem seus registros contábeis e recursos financeiros mantidos no órgão arrecadador.

Apesar dos registros de previsão e arrecadação das receitas vinculadas ao Fundo ocorrerem na UG 113214 – ANAC, os recursos financeiros arrecadados nas fontes 0250 e 0280 (fontes próprias) são transferidos para a UG 113215 – Fundo Aeroviário, que posteriormente são aplicados.

A tabela a seguir demonstra um aumento de 17,65% da realização de receita em relação à previsão da receita própria orçada para o exercício de 2015.

TABELA 31 – RECEITAS PRÓPRIAS PREVISTAS E REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2015

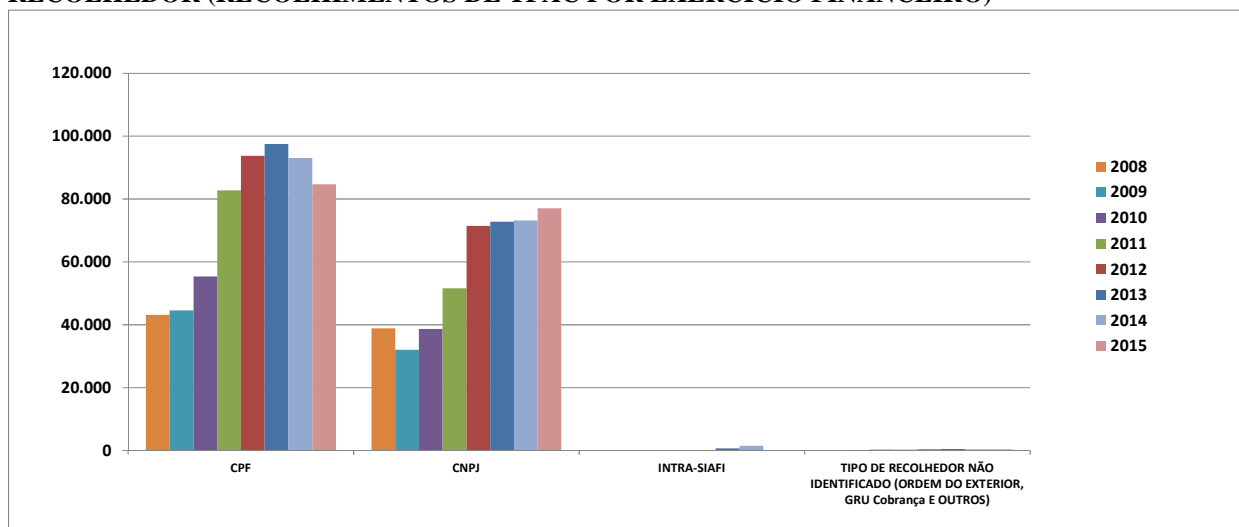
Receitas Próprias Previstas e Realizadas no exercício de 2015 (R\$)				
Fonte	Receita	Previsão de Receita (R\$)	Receita Realizada (R\$)	%
174	Multas previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica	18.596.385	18.776.436	0,97%
176	Contribuição para o Ensino Aeroviário	129.038.117	175.685.355	36,15%
250	Serviços de inspeção e fiscalização (Taxa de Fiscalização da Aviação Civil - TFAC)	59.667.625	56.845.041	-4,73%
280	Remuneração de Depósitos Bancários	79.130.614	85.677.951	8,27%
	Total	286.432.741	336.984.783	17,65%

Fonte: SIAFI

Com relação à quantidade de GRUs recolhidas por CPF referente ao pagamento de TFAC (Fonte 250) em 2015 é verificado que voltou ao patamar de 2011 (2015 – 84.740 GRUs e 2011 – 82.737, já em 2014 foram 93.078). O que reforça a tendência de queda nas TFACs arrecadadas por CPFs (em regra serviços prestados ao pessoal da aviação civil), conforme gráfico abaixo.

Antes da atualização monetária da TFAC havia uma forte tendência da diminuição da arrecadação de TFAC em 2015, como pode ser verificado na diminuição no número de GRUs recolhidas na ordem de 3,6% em relação a 2014 (2014 – 168.253 e 2015 – 162.170). Porém, em Setembro de 2015 com a atualização dos valores da TFAC foi verificado um aumento da arrecadação em relação a 2014 na ordem de 4,2%.

FIGURA 19 – GRÁFICO INDICANDO NÚMERO DE GRU ARRECADADAS POR TIPO DE RECOLHEDOR (RECOLHIMENTOS DE TFAC POR EXERCÍCIO FINANCEIRO)



Fonte – SIAFI e Sistema Integrado de Gestão de Créditos – SIGEC.

Destacam-se na arrecadação de receita no exercício financeiro de 2015, a arrecadação de Taxa de Fiscalização da Aviação Civil – TFAC (Fonte 250) e Multas previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica (Fonte 174).

Na arrecadação de TFAC os destaques foram (fonte SIGEC):

- Taxas referentes a exames de conhecimento teórico de aeronautas, emissões/renovações de licenças e habilitações de pilotos, comissários, mecânicos de manutenção aeronáutica, avaliação de experiência de voo, voos de avaliação de proficiência de pilotos (voos de cheque e recheque) e avaliação de simuladores de voo;
- Taxas referentes a vistorias de aeronaves, aprovação de dados técnicos relativos a grandes modificações através de certificado de homologação suplementar de tipo, certificações de empresas de manutenção aeronáutica, reserva de marcas e certificados de aeronavegabilidade;
- Taxas referentes a inspeções aeroportuárias, registros de aeródromos e autorização de construção de aeródromo ou de heliponto privado;
- Taxas referentes ao cancelamento de voo por tempo determinado – empresa aérea regular brasileira (por voo), autorização para operação de voo extra, fretamento e charter de passageiros e emissão de HOTRAN.

Os fatores que vêm contribuindo com a manutenção da arrecadação de Multas por infrações ao Código Brasileiro de Aeronáutica – CBA já foram citados no tópico “Medidas adotadas e resultados alcançados relativamente às questões descritas nos subitens anteriores” do item “Gestão das Multas Aplicadas em Decorrencia da Atividade de Fiscalização”.

A seguir é apresentado demonstrativo da evolução das receitas arrecadadas, bem como a execução da receita durante o exercício de 2015.

TABELA 32 – EVOLUÇÃO DA RECEITA (RECEITA REALIZADA POR EXERCÍCIO FINANCEIRO)

Evolução da Receita (R\$ mil)													
Fonte	Receitas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	%	
172	Adicional sobre Tarifas de Passagens Aéreas Domésticas (Adicional Tarifário)	527	119	2	0	0	0	0	0	0	648	0,03%	
174	Multas previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica	808	1.666	7.299	17.430	19.390	14.355	15.250	18.178	18.776	113.150	5,87%	
176	Contribuição para o Ensino Aeroviário	61.962	71.560	73.724	83.216	98.048	89.468	119.105	159.247	175.685	932.016	48,34%	
250	Serviços de inspeção e fiscalização (Taxa de Fiscalização da Aviação Civil - TFAC)	40.875	51.664	38.746	41.736	61.857	54.988	51.342	53.537	56.845	451.590	23,42%	
	Receitas de serviços administrativos (SUCOTAP)	678	11.741	11	0	0	0	0	0	0	12.431	0,64%	
	Demais receitas	0	4	507	0	23	29	246	83	134	1.025	0,05%	
280	Remuneração de Depósitos Bancários	13.091	22.833	22.793	33.421	47.096	53.931	66.214	72.165	85.678	417.222	21,64%	
Total Geral		117.942	159.587	143.083	175.803	226.413	212.770	252.157	303.210	337.118	1.928.082	100,00%	
Fonte: SIAFI - Conta Contábil 191140000 - Receita Realizada (2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014).													
2007 - Fonte: SIAFI - Conta Contábil 191140000 e 193510601.													
2015 - Fonte: SIAFI - Conta Contábil 621200000 - RECEITA REALIZADA.													

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

A Unidade de Auditoria interna é responsável, regimentalmente, por sistematizar as informações requeridas pelos órgãos de controle. A demanda recebida é inserida em base de dados de acompanhamento, para controle de prazo e produção de relatórios gerenciais, e encaminhada à unidade responsável para providências e/ou fornecimento de informações. De posse das informações solicitadas, o Diretor-Presidente ou Chefe da Auditoria Interna, conforme o caso, encaminha essas ao órgão de controle demandante, sempre observando o prazo estabelecido ou repactuado.

Das demandas recebidas do Tribunal de Contas da União – TCU, vale ressaltar que 7 referem-se a Acórdãos, sendo 4 com determinações e 3 com recomendações, conforme tabela abaixo:

TABELA 33 – ACÓRDÃOS DO TCU PROFERIDOS NO EXERCÍCIO DE 2015

Acórdão	Assunto da Demanda	Deliberação
785/2015-TCU-Plenário	Notificação TCU – Regras de contratação de passagens aéreas nacionais e internacionais pela Administração Pública Federal. Notifica a ANAC do Acórdão 785/2015-TCU-Plenário, que trata de Monitoramento dos itens 9.5 e 9.8 do Acórdão 1.973/2013-TCU-Plenário.	Determinação
1215/2015-TCU-Plenário	Encaminha o Acórdão 1215/2015-TCU-Plenário sobre arrecadação de multas administrativas aplicadas pelas Agências Reguladoras e outros órgãos e entidades federais com atribuições de fiscalização e controle, com origem no Acórdão 1817/2010-Plenário.	Determinação
1740/2015-TCU-Plenário	Monitoramento de determinações e recomendações expedidas no âmbito do Acórdão 1.449/2012-Plenário sobre o controle migratório e aduaneiro.	Determinação
1176/2015-TCU-Plenário	Representação formulada pela Sefip/TCU sobre a falta de uniformização na aplicação da legislação que dispõe sobre o cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores efetivos pela média das maiores remunerações.	Determinação
240/2015-TCU-Plenário	Encaminha o Acórdão 240/2015-TCU-Plenário, de 11.2.2015, sobre fiscalização no sistema de governança da regulação dos setores de energia, comunicações e transporte, por meio de suas respectivas agências reguladoras.	Recomendação
736/2015-TCU-Plenário	Acompanhamento do processo de concessão dos aeroportos internacionais de Guarulhos/SP, Campinas/SP e Brasília/DF. Encaminha Acórdão 736/2015-TCU.	Recomendação
2210/2015-TCU-Plenário	Encaminha cópia do Acórdão 2210/2015-TCU-Plenário, que trata de auditoria operacional referente à qualidade de serviços nos aeroportos brasileiros, que teve por objetivo avaliar procedimentos adotados pela ANAC, SAC/PR e Infraero.	Recomendação

Foi verificado pela Auditoria Interna que providências foram adotadas pelas diversas áreas da Agência, no sentido de implementar todas as 16 determinações e 15 recomendações oriundas desses Acórdãos, tendo sido todas respondidas ao TCU.

Por força dos Acórdãos 1176/2015, 1215/2015 e 1740/2015, relacionados acima, que exigiram constar do relatório de gestão anual o andamento das providências em relação às determinações/recomendações, esses serão apresentados de forma individualizada e detalhada.

TABELA 34 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 1

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.062/2011-4	1176/2015-TCU- Plenário	9.2.1.1.	Ofício 6331/2015- TCU/SEFIP, de 27/5/2015.	3/6/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência de Gestão de Pessoas - SGP				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da ciência desta deliberação, quando dos cálculos dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo, concedida com fundamento no art. 40, § 3º, da Constituição Federal (redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003) e no art. 2º dessa mesma Emenda, a partir da vigência da Medida Provisória nº 167, de 2004, convertida na Lei nº 10.887, de 2004, passem a observar os seguintes critérios e procedimentos: 9.2.1. no cálculo dos proventos de aposentadoria pela média das maiores remunerações, compute as seguintes parcelas: 9.2.1.1. as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência (art. 1º da Lei nº 10.887, de 2004);</p>				
Situação atual e medidas adotadas				
<p>A Superintendência de Gestão de Pessoas- SG, no prazo estabelecido, identificou 14(quatorze) atos de Aposentadoria baseados no citado fundamento, os quais tiveram o cálculo dos proventos de aposentadoria pela média das maiores remunerações correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo.</p>				

TABELA 35 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 2

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.062/2011-4	1176/2015-TCU- Plenário	9.2.1.2.	Ofício 6331/2015- TCU/SEFIP, de 27/5/2015.	3/6/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência de Gestão de Pessoas - SGP				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da ciência desta deliberação, quando dos cálculos dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo, concedida com fundamento no art. 40, § 3º, da Constituição Federal (redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003) e no art. 2º dessa mesma Emenda, a partir da vigência da Medida Provisória nº 167, de 2004, convertida na Lei nº 10.887, de 2004, passem a observar os seguintes critérios e procedimentos: 9.2.1. no cálculo dos proventos de aposentadoria pela média das maiores remunerações, compute as seguintes parcelas: 9.2.1.2. a remuneração do servidor no cargo efetivo nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição para regime próprio (art. 1º, § 2º, da Lei nº 10.887, de 2004);</p>				
Situação atual e medidas adotadas				
<p>Dos atos de aposentadorias, baseados no citado fundamento, não houveram competências sem a devida contribuição para regime próprio (art. 1º, § 2º, da Lei nº 10.887, de 2004);</p>				

TABELA 36 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 3

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.062/2011-4	1176/2015-TCU- Plenário	9.2.2.	Ofício 6331/2015- TCU/SEFIP, de 27/5/2015.	3/6/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência de Gestão de Pessoas - SGP				
Descrição da determinação/recomendação				
No cálculo dos proventos de aposentadoria pela média das maiores remunerações, compute: as parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho ou do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40 da Constituição Federal e art. 2o da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2o, do art. 40, da Constituição Federal, desde que o servidor opte por incluí-las na sua base de contribuição (art. 4º , § 2º, da Lei nº 10.887, de 2004, com nova redação dada pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012;				
Situação atual e medidas adotadas				
Dos atos de aposentadorias baseados no citado fundamento, os respectivos beneficiários não optaram por incluir as parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho ou do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, na base de contribuição.				

TABELA 37 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 4

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.062/2011-4	1176/2015-TCU- Plenário	9.2.3.1.	Ofício 6331/2015- TCU/SEFIP, de 27/5/2015.	3/6/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência de Gestão de Pessoas - SGP				
Descrição da determinação/recomendação				
No cálculo dos proventos de aposentadoria pela média das maiores remunerações, não compute a seguinte parcela: 9.2.3.1. o adicional de férias, por não fazer parte da base de contribuição, conforme o art. 4º da Lei nº 10.887, de 2004;				
Situação atual e medidas adotadas				
Na base de contribuição das Aposentadorias não incidiu os valores referentes ao adicional de férias.				

TABELA 38 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 5

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.062/2011-4	1176/2015-TCU-Plenário	9.2.4.	Ofício 6331/2015-TCU/SEFIP, de 27/5/2015.	3/6/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência de Gestão de Pessoas - SGP				
Descrição da determinação/recomendação				
No cálculo do valor inicial dos proventos relativos à aposentadoria proporcional, o valor resultante do cálculo pela média deve ser previamente confrontado com o limite de remuneração do cargo efetivo previsto no § 5º, do art. 1º, da Lei nº 10.887, de 2004, promovendo-se, posteriormente, a aplicação da fração correspondente, segundo o disposto no art. 62, § 1º, da Orientação Normativa MPS/SPS nº 2, de 31 de março de 2009;				
Situação atual e medidas adotadas				
Promovemos a análise dos registros e recálculo de todos os proventos, em conformidade com as orientações do Órgão Central do SIPEC, exaradas por meio do Comunica SIAPE nº 556314, do MPOG, de 22/09/2015, que parametrizou confronto do valor resultante do cálculo pela média com o limite do valor da última remuneração em atividade, nos termos do art. 62, § 1º, da Orientação Normativa MPS/SPS nº 2, de 31 de março de 2009.				

TABELA 39 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 6

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.062/2011-4	1176/2015-TCU-Plenário	9.3.1.	Ofício 6331/2015-TCU/SEFIP, de 27/5/2015.	3/6/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência de Gestão de Pessoas - SGP				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que observem as seguintes orientações: 9.3.1. quaisquer vantagens pessoais que serviram de base de cálculo para o pagamento de contribuição previdenciária devem ser consideradas no cálculo da média das maiores remunerações e não somadas, ao final, à média obtida, sob pena de violar não só o disposto na Lei nº 10.887, de 2004, mas também o princípio da contributividade previdenciária insculpido no art. 40 da CF88, excluídas as vantagens expressamente previstas no § 1º, do art. 4º, da Lei 10.887/2004;				
Situação atual e medidas adotadas				
Consideramos no cálculo das Aposentadorias, baseadas no citado fundamento, todas vantagens pessoais, com exceção das vantagens expressamente previstas no § 1º, do art. 4º, da Lei 10.887/2004.				

TABELA 40 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 7

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.062/2011-4	1176/2015-TCU-Plenário	9.3.2.	Ofício 6331/2015-TCU/SEFIP, de 27/5/2015.	3/6/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência de Gestão de Pessoas - SGP				
Descrição da determinação/recomendação				
A inclusão de parcelas de planos econômicos (Plano Collor, URV, URP e outros) no cálculo da média das remunerações de contribuição depende da existência de sentenças judiciais que lhes deem suporte jurídico, devendo ser considerado apenas o período em que foram legalmente recebidas, uma vez que parcelas indevidas não podem compor essa média, independentemente de o servidor ter eventualmente contribuído sobre elas, sem prejuízo de que, nos termos da lei, o interessado possa buscar a devida repetição desse indébito; e				
Situação atual e medidas adotadas				
Os servidores aposentados, com proventos calculados pela média das remunerações de contribuição, não são beneficiários de sentenças judiciais que tiveram como causa de pedir planos econômicos (Plano Collor, URV, URP e outros).				

TABELA 41 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 8

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.062/2011-4	1176/2015-TCU-Plenário	9.3.3.	Ofício 6331/2015-TCU/SEFIP, de 27/5/2015.	3/6/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência de Gestão de Pessoas - SGP				
Descrição da determinação/recomendação				
As diferenças remuneratórias devidas em razão de pagamentos de atrasados ou de adiantamentos concedidos devem ser consideradas no cálculo dos proventos de aposentadoria, segundo o art. 40 da CF88 (média das remunerações), nos respectivos meses de competência;				
Situação atual e medidas adotadas				
Foram verificadas as parcelas de valores retroativos pagas em competências distintas e promovida a adequação.				

TABELA 42 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 9

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.062/2011-4	1176/2015-TCU-Plenário	9.4.1.	Ofício 6331/2015-TCU/SEFIP, de 27/5/2015.	3/6/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência de Gestão de Pessoas - SGP				

Descrição da determinação/recomendação
<p>Determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que, nos casos em que os proventos de aposentadoria não estejam sendo pagos de acordo com as regras indicadas nos itens deste Acórdão, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência desta deliberação, adotem as providências cabíveis para a efetiva regularização desses pagamentos, com a observância, se necessário, do contraditório e da ampla defesa, informando o TCU sobre o resultado dessas providências em item específico do correspondente relatório de gestão nas respectivas tomadas ou prestações de contas anuais, observadas as seguintes regras: 9.4.1. aplicar o disposto no presente item para as aposentadorias ainda não encaminhadas ao TCU, desde que sua concessão tenha ocorrido em prazo inferior a cinco anos;</p>
Situação atual e medidas adotadas
<p>No propósito de darmos cumprimento as determinações daquela Corte de Contas, Acórdão 1176/2015 – TCU – PLENÁRIO, que oficiou alguns órgãos públicos federais acerca da possível falta de uniformização na aplicação, da legislação que dispõe sobre o cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo na administração federal pela média das maiores remunerações, conforme previsto no § 3º, do art. 40, da Constituição de 1988 (redação dada pela EC 41/2003), a partir da vigência da MP nº 167, de 2004, que foi convertida na Lei nº 10.887, de 2004, esta Superintendência de Gestão de Pessoas- SGP identificou 14(quatorze) atos de Aposentadoria baseados no citado fundamento legal e promovemos a análise dos registros e recálculo de todos os proventos, em conformidade com as orientações do Órgão Central do SIPEC, exaradas por meio do Comunica SIAPE nº 556314, do MPOG, de 22/09/2015.</p> <p>Verificamos com os recálculos que: 2 (dois) processos se encontravam com os cálculos dos proventos alinhados à legislação pertinente; 7 (sete) aposentadorias continham o valor dos proventos a menor; e 5 (cinco) aposentadorias continham o valor dos proventos a maior.</p> <p>Nesse sentido, adotamos as seguintes providências:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Em relação aos processos com proventos a menor, cientificamos os interessados, procedemos a correção dos registros e encaminhamos os autos para análise da Ciset. II. Dos casos de processos com proventos com valores acima do devido, cientificamos os interessados, autuamos o devido processo de reposição ao erário, de acordo com a Orientação Normativa SEGEP/MP nº 4/2013, e desses: <ol style="list-style-type: none"> a) Quatro processos foram concluídos, onde procedemos a correção dos registros e encaminhamos os autos para análise da Ciset. b) Um processo está em fase revisão tendo em vista que o processo de reposição ao erário encontra-se em curso. <p>Por fim, ressaltamos que foi prontamente atendido o prazo de 90 (noventa) dias estipulado no item 9.2 de referido Acórdão para as revisões processuais, nos termos da legislação que menciona, e que o prazo de 120 (cento e vinte) dias previsto no item 9.4 para a revisão dos pagamentos em desacordo com as regras indicadas nos itens do Acórdão, não pode ser atingido devido um processo que se encontra em trâmite, em observância do contraditório e ampla defesa, em especial no processamento dos autos reposição ao erário.</p> <p>Especificamente, em relação ao item 9.4.1. promovemos as revisões determinadas no referido Acórdão às aposentadorias ainda não encaminhadas ao TCU, quais sejam:</p> <p>Processo nº 00058.103383/2014-15 – Gilberto Lino Paes Landim, aposentado em 01/12/2014, após análise do registro e do cálculo dos proventos da aposentadoria, foi efetuado o recálculo dos proventos conforme orientado por meio do comunica SIAPE nº 556314, do MPOG, de 22/09/2015, concluindo assim que o valor dos proventos carecia de correção para maior e cientificamos o interessado, procedemos a correção dos registros e encaminhamos os autos para análise da Ciset.</p> <p>Processo nº 00058.094050/2013-15 – Walter William Cox Júnior, aposentado em 28/09/2013, após análise do registro e do cálculo dos proventos da aposentadoria, foi efetuado o recálculo dos proventos conforme orientado por meio do comunica SIAPE nº 556314, do MPOG, de 22/09/2015, concluindo assim que o valor dos proventos carecia de correção, pois apresentava valores acima do devido. Cientificamos os interessados, autuamos o devido processo de reposição ao erário, de acordo com a Orientação Normativa SEGEP/MP nº 4/2013, e encerramos o processo, onde procedemos a correção dos registros e encaminhamos os autos para análise da Ciset.</p>

TABELA 43 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 10

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.062/2011-4	1176/2015-TCU- Plenário	9.4.2.	Ofício 6331/2015- TCU/SEFIP, de 27/5/2015.	3/6/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência de Gestão de Pessoas - SGP				
Descrição da determinação/recomendação				
No caso de a aposentadoria ainda não ter sido enviada ao TCU, concedida a mais de cinco anos, enviar o ato de aposentadoria original e respectivo ato de alteração, com expressa menção ao presente acórdão;				
Situação atual e medidas adotadas				
Não houve processos nessa situação.				

TABELA 44 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 11

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.062/2011-4	1176/2015-TCU- Plenário	9.4.3.	Ofício 6331/2015- TCU/SEFIP, de 27/5/2015.	3/6/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência de Gestão de Pessoas - SGP				
Descrição da determinação/recomendação				
No caso de a aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo inferior a cinco anos contados de sua concessão, solicitar o retorno do respectivo ato ao órgão concedente, ajustar o pagamento e proceder à alteração devida no ato com posterior reenvio a este Tribunal, via controle interno;				
Situação atual e medidas adotadas				
Não houve solicitação do órgão de controle interno.				

TABELA 45 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 12

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.062/2011-4	1176/2015-TCU-Plenário	9.4.4.	Ofício 6331/2015-TCU/SEFIP, de 27/5/2015.	3/6/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência de Gestão de Pessoas - SGP				
Descrição da determinação/recomendação				
No caso de a aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo superior a cinco anos contados de sua concessão, encaminhar ato de alteração com a especificação completa da alteração realizada, fazendo expressa menção ao presente acórdão;				
Situação atual e medidas adotadas				
Especificamente, em relação ao item 9.4.2. promovemos as revisões determinadas no referido Acórdão às aposentadorias encaminhadas ao TCU, mas ainda não apreciadas por aquela Corte de Contas, quais sejam: Processo nº 60800.030520/2008-19 - Arlindo Pereira da Silva, aposentado em 29/07/2008, após análise do registro e do cálculo dos proventos da aposentadoria, foi efetuado o recálculo dos proventos conforme orientado por meio do comunica SIAPE nº 556314, do MPOG, de 22/09/2015, concluindo assim que o valor dos proventos carecia de correção, pois apresentava valores acima do devido. Cientificamos o interessado, autuamos o devido processo de reposição ao erário, de acordo com a Orientação Normativa SEGEP/MP nº 4/2013, que se encontra em curso.				

TABELA 46 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SGP 13

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.062/2011-4	1176/2015-TCU-Plenário	9.4.5.	Ofício 6331/2015-TCU/SEFIP, de 27/5/2015.	3/6/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência de Gestão de Pessoas - SGP				
Descrição da determinação/recomendação				
No caso de a aposentadoria já tiver sido registrada pelo TCU nos últimos cinco anos, enviar expediente a esta Corte dando conta da necessidade de revisão dos pagamentos, para fins de o TCU adotar as providências internas cabíveis.				
Situação atual e medidas adotadas				
Especificamente, em relação ao item 9.4.5. acerca das aposentadorias registradas pelo TCU nos últimos cinco anos, adotamos as seguintes providências: Processo nº 60800.032427/2008-49 – Abel Alves de Brito, aposentado em 01/09/2008, após análise do registro e do cálculo dos proventos da aposentadoria, foi efetuado o recálculo dos proventos conforme orientado por meio do comunica SIAPE nº 556314, do MPOG, de 22/09/2015, concluindo assim que o valor dos proventos carecia de correção para maior e cientificamos o interessado, procedemos a correção dos registros e encaminhamos os autos para análise da Ciset; Processo nº 60800.085795/2008-90 – Attilio Alfano, aposentado em 05/01/2009, após análise do registro e do cálculo dos proventos da aposentadoria, foi efetuado o recálculo dos proventos conforme orientado por meio do comunica SIAPE nº 556314, do MPOG, de 22/09/2015, concluindo assim que o valor dos proventos carecia de				

correção para maior e cientificamos o interessado, procedemos a correção dos registros e encaminhamos os autos para análise da Ciset;

Processo nº 00058.033057/2012-71 – Gilberto Pinto Ferreira, aposentado em 27/05/2012, após análise do registro e do cálculo dos proventos da aposentadoria, foi efetuado o recálculo dos proventos conforme orientado por meio do comunica SIAPE nº 556314, do MPOG, de 22/09/2015, concluindo assim que o valor dos proventos carecia de correção para maior e cientificamos o interessado, procedemos a correção dos registros e encaminhamos os autos para análise da Ciset;

Processo nº 60800.005214/2010-69 – Helius Ferreira Araújo, aposentado em 15/01/2010, após análise do registro e do cálculo dos proventos da aposentadoria, foi efetuado o recálculo dos proventos conforme orientado por meio do comunica SIAPE nº 556314, do MPOG, de 22/09/2015, concluindo assim que o valor dos proventos carecia de correção para maior e cientificamos o interessado, procedemos a correção dos registros e encaminhamos os autos para análise da Ciset;

Processo nº 00058.029013/2014-17 – Luiz Tito Walker de Medeiros, aposentado em 08/04/2014, após análise do registro e do cálculo dos proventos da aposentadoria, foi efetuado o recálculo dos proventos conforme orientado por meio do comunica SIAPE nº 556314, do MPOG, de 22/09/2015, concluindo assim que o valor dos proventos carecia de correção para maior e cientificamos o interessado, procedemos a correção dos registros e encaminhamos os autos para análise da Ciset;

Processo nº 60800.000914/2009-23 – Maria de Lourdes Greggio Melo, aposentada em 09/06/2009, após análise do registro e do cálculo dos proventos da aposentadoria, foi efetuado o recálculo dos proventos conforme orientado por meio do comunica SIAPE nº 556314, do MPOG, de 22/09/2015, concluindo assim que o valor dos proventos carecia de correção para maior e cientificamos o interessado, procedemos a correção dos registros e encaminhamos os autos para análise da Ciset;

Processo nº 60800.197231/2011-02 – José Benedito Renó, aposentado em 29/11/2011, após análise do registro e do cálculo dos proventos da aposentadoria, foi efetuado o recálculo dos proventos conforme orientado por meio do comunica SIAPE nº 556314, do MPOG, de 22/09/2015, concluindo assim que o valor dos proventos carecia de correção, pois apresentava valores acima do devido. Cientificamos os interessados, autuamos o devido processo de reposição ao erário, de acordo com a Orientação Normativa SEGEP/MP nº 4/2013, e encerramos o processo, onde procedemos a correção dos registros e encaminhamos os autos para análise da Ciset;

Processo nº 00058.076671/2013-17 – Mario Lehmert Renaud, aposentado em 13/09/2013, após análise do registro e do cálculo dos proventos da aposentadoria, foi efetuado o recálculo dos proventos conforme orientado por meio do comunica SIAPE nº 556314, do MPOG, de 22/09/2015, concluindo assim que o valor dos proventos carecia de correção, pois apresentava valores acima do devido. Cientificamos os interessados, autuamos o devido processo de reposição ao erário, de acordo com a Orientação Normativa SEGEP/MP nº 4/2013, e encerramos o processo, onde procedemos a correção dos registros e encaminhamos os autos para análise da Ciset;

Processo nº 00058.095685/2013-21 – Generoso Niederaeu de Oliveira Junior, aposentado em 15/12/2013, após análise do registro e do cálculo dos proventos da aposentadoria, foi efetuado o recálculo dos proventos conforme orientado por meio do comunica SIAPE nº 556314, do MPOG, de 22/09/2015, concluindo assim que o valor dos proventos carecia de correção, pois apresentava valores acima do devido. Cientificamos os interessados, autuamos o devido processo de reposição ao erário, de acordo com a Orientação Normativa SEGEP/MP nº 4/2013, e encerramos o processo, onde procedemos a correção dos registros e encaminhamos os autos para análise da Ciset;

Processo nº 00058.003016/2013-31 – Alberto Cleiman, aposentado em 21/01/2013, após análise do registro e do cálculo dos proventos da aposentadoria, foi efetuado o recálculo dos proventos conforme orientado por meio do comunica SIAPE nº 556314, do MPOG, de 22/09/2015, concluindo assim que o processo se encontrava com os cálculos dos proventos alinhados à legislação pertinente, e não houve alteração nos proventos, processo arquivado; e

Processo nº 60800.029418/2007-90 – Fabriciano Martins Resende, aposentado em 07/08/2007, após análise do registro e do cálculo dos proventos da aposentadoria, foi efetuado o recálculo dos proventos conforme orientado por meio do comunica SIAPE nº 556314, do MPOG, de 22/09/2015, concluindo assim que o processo se encontrava com os cálculos dos proventos alinhados à legislação pertinente, e não houve alteração nos proventos, processo arquivado.

TABELA 47 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SAF

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.872/2014-3	1215/2015-TCU-Plenário	9.1	Ofício 0164/2015-TCU/SEMAG, de 2/6/2015.	8/6/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência de Administração e Finanças - SAF				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Nos termos do art. 250, inciso II, determinar à Agência Nacional de Águas, à Agência Nacional de Aviação Civil, à Agência Nacional de Telecomunicações, à Agência Nacional do Cinema, à Agência Nacional de Energia Elétrica, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, à Agência Nacional de Saúde Suplementar, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários, à Agência Nacional de Transportes Terrestres, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ao Banco Central do Brasil, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, à Comissão de Valores Mobiliários, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e à Superintendência de Seguros Privados, que, para o correto cumprimento da determinação contida no item 9.6 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário, adotem, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência, as providências necessárias - incluindo, quando couber, a criação e o aperfeiçoamento de sistemas informatizados - para viabilizar a apuração das receitas com arrecadação de multas conforme os conceitos de "multas exigíveis e definitivamente constituídas" e de "multas aplicadas" definidos no item 33 do Relatório que integra este Acórdão, associando os valores recebidos com os correspondentes períodos de competência das respectivas multas;</p>				
Situação atual e medidas adotadas				
<p>Nos termos dos Memorandos nºs 18 e 19/2016/GESI/STI/ANAC, e nº 03/2016/GTPO/GPOF/SAF/ANAC, as recomendações/determinações em questão se traduzem nas seguintes alterações em sistema existente (SIGEC):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Extração de dados do SIGEC, mediante solução de Business Intelligence (BI) para respostas as demandas do TCU de acordo com as informações requeridas pelo Tribunal; • Implantação da Situação de Crédito de Multas descontadas; • Implantação do Sistema de Parcelamento de Créditos Inscritos em Dívida Ativa e Sistema para o controle de Parcelamento durante a vigência do benefício do REFIS; • Foi definida no PDTI – Plano de Desenvolvimento de Tecnologia – 2016/2017 a manutenção evolutiva do SIGEC, cuja conclusão está prevista até 30/06/2016. 				

TABELA 48 – CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU – SAS

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.986/2014-9	1740/2015-TCU-Plenário	9.4.	Ofício 0797/2015-TCU/SecexDefesa, de 17/7/2015.	27/7/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência de Acompanhamento de Serviços Aéreos - SAS				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar à Agência Nacional de Aviação Civil que informe, em seu próximo relatório de gestão, as medidas adotadas e resultados alcançados em atendimento à recomendação 9.5.1 do Acórdão 1449/2012-TCU-Plenário (normatize o processo de restituição de bagagens nos aeroportos do país, definindo indicadores de desempenho, padrões mínimos de serviço, tempo máximo permitido, rotinas de monitoramento, além da previsão de sanções, no caso de descumprimento das normas)				
Situação atual e medidas adotadas				
<p>Atualmente, a ANAC está discutindo a revisão das condições gerais de transporte, tema constante da Agenda Regulatória da Agência. As condições gerais de transporte estabelecem condições mínimas que devem integrar o contrato de transporte, visando proteger o passageiro, padronizando determinadas práticas, assegurando direitos mínimos e garantindo a correta compreensão dos usuários acerca dos serviços oferecidos pelas empresas aéreas.</p> <p>Sob esse tema, está em desenvolvimento normativo que, entre outros assuntos, abordará parte específica para o transporte de bagagem, propondo inovações como, por exemplo, a majoração dos deveres dos transportadores aéreos nos casos de extravio de bagagem. Contudo, não há intenção da Agência em normatizar tempo de restituição de bagagem, via Resolução, pois a infraestrutura aeroportuária no Brasil tem natureza dinâmica e diversificada (e.g. aeroportos concedidos, aeroportos operados pela Infraero). Ademais, há de se ter em mente que o processo de restituição de bagagem não é dependente exclusivamente de uma ação direta das empresas aéreas; ele está presente em um contexto que envolve empresa aérea, aeroportos, e, em algumas situações, empresas auxiliares ao transporte aéreo. Ainda, destaca-se que o estabelecimento de tempo máximo de restituição de bagagem não é praxe no mercado de aviação civil internacional, que é um benchmarking obrigatório para a ANAC em função da Política Nacional de Aviação Civil, aprovada pelo Decreto nº 6.780/2010, e que visa, entre outros objetivos, a promover a integração do país no contexto internacional.</p> <p>A minuta de Resolução referente à revisão das condições gerais de transporte entrará em Audiência Pública este ano e estará aberta para contribuições, que serão analisadas para a confecção da Resolução definitiva. O período estimado para o encerramento da etapa de Audiência Pública é setembro de 2016 e a etapa de Deliberação Final da Proposta está prevista para ser finalizada até dezembro de 2016.</p> <p>Acrescenta-se, ainda, que a ANAC, no ano de 2015, levou à discussão pública a proposta de edição do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº. 159, denominado “qualidade de serviço aeroportuário – indicadores de nível de serviço”, que traz à superfície o debate sobre a adoção de medidas que promovam a melhoria da qualidade dos serviços aeroportuários. Este normativo, que é focado em aeroportos não concedidos, contém, entre os indicadores operacionais propostos, aquele denominado de “<i>disponibilidade do sistema de restituição de bagagens (desembarque)</i>” que abrange o percentual de tempo em que os equipamentos que compõem o sistema que processa a restituição das bagagens no aeroporto estiveram disponíveis para uso. Destaca-se, por fim, que os aeroportos que são objetos de contrato de concessão já têm regras específicas para promoção de qualidade nesta área.</p>				

Ressalta-se, por fim, que não há determinações/recomendações decorrentes de julgamento de contas da Agência pendentes de atendimento.

TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Em relação à Ciset/PR, foi acompanhado, em 2015, o cumprimento do Plano de Providências Permanente – PPP, oriundo da última Auditoria Anual de Contas realizada na Agência, referente ao exercício de 2013, por meio do Sistema de Execução e Monitoramento das Ações de Controle – SEMAC da Presidência da República.

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

QUADRO 22 – MEDIDAS ADOTADAS PARA APURAÇÃO E RESSARCIMENTO DE DANOS AO ERÁRIO

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
0	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI/SICONV

DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

Os pagamentos de serviços tomados e bens adquiridos pela Agência, por fonte de recursos, observa a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

As compras e serviços com mesmo prazo para pagamento são classificados por ordem de chegada do documento fiscal. Nos casos em que há falha na liquidação da despesa, o credor é reposicionado na ordem cronológica após a regularização. Não há controle paralelo, este é dispensado, considerado o fluxo de pagamento extremamente célere adotado pela Agência, via de regra, de um dia para o registro da liquidação e um dia para pagamento, imediatamente após a entrada da Nota Fiscal, salvo casos raros de não haver recurso financeiro disponível ou na hipótese de documentação comprobatória em desacordo com o contrato.

INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

As revisões dos contratos firmados com empresas beneficiadas pelo Regime de Desoneração da Folha de Pagamento foram sobrestadas, em 1º de abril de 2015, a partir da publicação de informativo pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MP), no Portal de Compras Governamentais, por força do conhecimento do pedido de reexame com efeito suspensivo pelo Plenário do Tribunal de Contas da União (Processo TC 013.515/2013-6). Esta Agência aguarda novas orientações, a serem expedidas pela SLTI/MP após o exame final da matéria pelo TCU, para continuidade daquelas revisões sobrestadas.

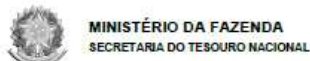
INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

A Agência não possui qualquer contrato de publicidade e propaganda firmado em 2015.

ANEXO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO 1 – BALANÇO FINANCEIRO



TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2015	PERIODO DEZ (Aberto)
-------------------	-------------------------

EMISSAO 11/04/2016	PAGINA 1
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	380.755.699,52		Despesas Orçamentárias	461.747.750,06	
Ordinárias	44.123.449,78		Ordinárias	69.948.978,38	
Vinculadas	337.118.331,28		Vinculadas	391.798.771,68	
Educação			Educação		
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)	8.537.112,66	
Operação de Crédito			Operação de Crédito	252.159.828,51	
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais		
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		
Doações			Doações		
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	142.656.540,59		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	111.156.093,68	
Outros Recursos Vinculados a Fundos	194.461.790,69		Outros Recursos Vinculados a Fundos	19.945.736,83	
Demais Recursos			Demais Recursos		
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-496.081,54				
Transferências Financeiras Recebidas	895.870.637,08		Transferências Financeiras Concedidas	793.813.510,72	
Resultantes da Execução Orçamentária	612.992.331,93		Resultantes da Execução Orçamentária	491.206.531,22	
Cota Recebida			Cota Concedida		
Repasso Recebido	321.956.870,75		Repasso Concedido	171.070,04	
Sub-repasso Recebido	491.035.461,18		Sub-repasso Concedido	491.035.461,18	
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		
Valores Diferidos - Baixa			Valores Diferidos - Baixa		
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		
Correspondência de Débitos			Correspondência de Créditos		
Cota Devolvida			Cota Devolvida		
Repasso Devolvido			Repasso Devolvido		
Sub-repasso Devolvido			Sub-repasso Devolvido		
Independentes da Execução Orçamentária	82.878.305,15		Independentes da Execução Orçamentária	302.606.979,50	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	25.453.311,66		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	6.725.013,81	
Demais Transferências Recebidas	64.719,23		Demais Transferências Concedidas		
Movimentação de Saldos Patrimoniais	57.360.274,26		Movimento de Saldos Patrimoniais	295.881.965,69	
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos		
Aporte ao RPPS			Aporte ao RPPS		
Aporte ao RGPS			Aporte ao RGPS		
Recebimentos Extraorçamentários	31.413.481,23		Despesas Extraorçamentárias	31.973.655,44	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	10.778.830,15		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	556,98	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	20.220.302,07		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	31.884.433,99	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	124.111,51		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	88.664,47	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	290.237,50		Outros Pagamentos Extraorçamentários		
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos		
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		



TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2015	PERIODO DEZ (Aberto)
-------------------	-------------------------

EMISSAO 11/04/2016	PAGINA 2
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	290.237,50		Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		
Variação Cambial			Variação Cambial		
Valores para Compensação			Valores Compensados		
Valores em Trânsito			Valores em Trânsito		
DARF - SISCOMEX			Ajuste Acumulado de Conversão		
Ajuste Acumulado de Conversão			Demais Pagamentos		
Demais Recebimentos					
Saldo do Exercício Anterior	677.170.317,81		Saldo para o Exercício Seguinte	697.675.219,42	
Caixa e Equivalentes de Caixa	677.170.317,81		Caixa e Equivalentes de Caixa	697.675.219,42	
TOTAL	1.985.210.135,64		TOTAL	1.985.210.135,64	


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2015	PERIODO DEZ (Aberto)
EMISSAO 11/04/2016	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	41.929.015,84	58.857.413,70			
Bens Móveis	37.696.011,90	55.601.189,88			
Bens Imóveis	57.686.268,03	80.119.669,34			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-20.000.256,13	-24.518.479,46			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	4.243.003,94	3.256.223,82			
Bens Imóveis	4.466.802,83	3.416.248,76			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-223.798,89	-160.024,94			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	7.520.290,83	1.924.909,48			
Softwares	7.520.290,83	1.924.909,48			
Softwares	8.752.278,74	4.619.551,23			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-1.231.987,91	-2.694.641,75			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.110.702.810,32	1.122.995.998,16	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.110.702.810,32	1.122.995.998,16

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	1.056.290.501,31	1.093.803.316,43	PASSIVO FINANCEIRO	750.351.818,04	854.359.123,44
ATIVO PERMANENTE	54.412.309,01	29.192.081,73	PASSIVO PERMANENTE	7.843.524,44	-43.136.195,95
SALDO PATRIMONIAL	-	-	SALDO PATRIMONIAL	351.907.467,84	317.773.070,67

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	4.631.938,80	4.457.932,86	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	311.167.948,15	180.326.798,68


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2015	PERIODO DEZ (Aberto)
EMISSAO 11/04/2016	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Execução dos Atos Potenciais Ativos	4.631.938,80	4.457.932,86	Execução dos Atos Potenciais Passivos	311.167.948,15	180.326.798,68
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	4.631.938,80	4.457.932,86	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congén	5.493.333,63	135.025,32
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	305.674.614,52	180.191.773,36
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	4.631.938,80	4.457.932,86	TOTAL	311.167.948,15	180.326.798,68

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			-8.763.253,32
Recursos Vinculados			314.101.936,59
Operação de Crédito			-2.520.705,23
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			316.522.642,82
TOTAL			305.338.683,27

ANEXO 3 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ (Aberto)
EMISSÃO 11/04/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	315.856.017,00	315.856.017,00	380.755.699,52	64.899.682,52
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	158.461.393,00	158.461.393,00	219.515.551,26	61.054.158,26
Contribuições Sociais	158.461.393,00	158.461.393,00	219.515.551,26	61.054.158,26
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	79.130.614,00	79.130.614,00	85.677.950,93	6.547.336,93
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	79.130.614,00	79.130.614,00	85.677.950,93	6.547.336,93
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	59.667.625,00	59.667.625,00	56.710.656,29	-2.956.968,71
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	18.596.385,00	18.596.385,00	18.851.541,04	255.156,04
Multas e Juros de Mora	15.302.101,00	15.302.101,00	15.892.944,26	590.843,26
Indenizações e Restituições	-	-	180.058,71	180.058,71
Receita da Dívida Ativa	3.294.284,00	3.294.284,00	2.758.569,05	-535.714,95
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	19.969,02	19.969,02
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ (Aberto)
EMIÇÃO 11/04/2015	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	315.856.017,00	315.856.017,00	380.755.639,52	64.899.682,52
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	315.856.017,00	315.856.017,00	380.755.639,52	64.899.682,52
DÉFICIT	-	-	80.992.050,54	80.992.050,54
TOTAL	315.856.017,00	315.856.017,00	461.747.750,06	145.891.733,06
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ (Aberto)

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EMISSAO 11/04/2016 PAGINA 3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPEGA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPEAS CORRENTES	472.026.775,00	490.897.413,00	452.253.410,93	435.458.563,63	424.679.733,48	38.644.002,07
Pessoal e Encargos Sociais	296.792.631,00	318.115.472,00	316.066.660,89	314.286.768,71	305.702.586,45	2.048.811,11
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	175.234.144,00	172.781.941,00	136.186.750,04	121.171.794,92	118.977.147,03	36.595.190,96
DESPEAS DE CAPITAL	11.921.672,00	11.621.672,00	9.494.339,13	6.068.884,36	6.068.884,36	2.127.332,87
Investimentos	11.921.672,00	11.621.672,00	9.494.339,13	6.068.884,36	6.068.884,36	2.127.332,87
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	151.899.502,00	151.899.502,00	-	-	-	151.899.502,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPEAS	635.847.949,00	654.418.587,00	461.747.750,06	441.527.447,99	430.748.617,84	192.670.836,94
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	635.847.949,00	654.418.587,00	461.747.750,06	441.527.447,99	430.748.617,84	192.670.836,94
TOTAL	635.847.949,00	654.418.587,00	461.747.750,06	441.527.447,99	430.748.617,84	192.670.836,94

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	6.846.326,02	25.371.425,11	18.353.779,86	18.300.471,21	6.963.147,76	6.954.132,16
Pessoal e Encargos Sociais	5.358.035,95	4.962.881,74	2.579.599,10	2.579.599,10	5.448.327,97	2.292.990,62
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.488.290,07	20.408.543,37	15.774.180,76	15.720.872,11	1.514.819,79	4.661.141,54
DESPEAS DE CAPITAL	933.946,82	13.930.309,89	13.583.962,78	13.583.962,78	30.604,99	1.249.688,94
Investimentos	933.946,82	13.930.309,89	13.583.962,78	13.583.962,78	30.604,99	1.249.688,94
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7.780.272,84	39.301.735,00	31.937.742,64	31.884.433,99	6.993.752,75	8.203.821,10

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	-	556,98	556,98	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ (Aberto)

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EMISSAO 11/04/2016 PAGINA 4

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	556,98	556,98	-	-
DESPEAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	556,98	556,98	-	-

ANEXO 4 – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2015	PERIODO DEZ (Aberto)
EMISSAO 11/04/2016	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.446.432.644,8	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	219.516.996,77	-
Contribuições Sociais	219.515.551,26	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	1.445,51	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	56.751.193,98	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	56.751.193,98	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	66.024.079,23	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	318.907,92	-
Variações Monetárias e Cambiais	27.220,38	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	85.677.960,93	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	903.089.264,10	-
Transferências Intragovernamentais	895.670.637,08	-
Transferências Intergovernamentais	1.605,08	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	7.227.021,94	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.113.400.595,2	-
Reavaliação de Ativos	1.031.659,34	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	4.164.870,94	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.108.204.064,9	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	67.640.515,47	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2015	PERIODO DEZ (Aberto)
EMISSAO 11/04/2016	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	41.589.066,68	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	26.051.448,79	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.418.710.381,5	-
Pessoal e Encargos	317.461.252,21	-
Remuneração a Pessoal	242.100.204,14	-
Encargos Patronais	48.837.323,85	-
Benefícios a Pessoal	10.465.209,16	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	16.058.515,06	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9.852.524,84	-
Aposentadorias e Reformas	8.532.619,74	-
Pensões	1.289.782,52	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30.122,58	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	136.362.846,99	-
Uso de Material de Consumo	583.429,06	-
Serviços	127.540.955,48	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	8.238.462,45	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.172,43	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	138,33	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	1.034,10	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	812.365.553,65	-
Transferências Intragovernamentais	793.813.510,72	-
Transferências Intergovernamentais	66.055,52	-
Transferências a Instituições Privadas	839,06	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	18.485.148,35	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.142.080.361,6	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	52.969.568,54	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	5.587,94	-
Incorporação de Passivos	1.088.707.417,2	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	62201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2015	PERIODO DEZ (Aberto)
EMISSAO 11/04/2016	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	397.787,93	-
Tributárias	119.796,65	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.107,82	-
Contribuições	107.690,83	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	466.871,13	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	466.871,13	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	27.722.263,22	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014